

TEMÁTICAS

ARQUIVO

Ano 2 nº 3 1º Semestre 94

DOUTORANDOS EM CIÊNCIAS SOCIAIS
IFCH/UNICAMP

TEMÁTICAS

Ano 2 nº 3 1º Semestre 94

DOUTORANDOS EM CIÊNCIAS SOCIAIS
IFCH/UNICAMP

TEMÁTICAS

Temáticas é uma publicação semestral dos doutorandos em Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas

Conselho Editorial:

Andréa L. M. Zhouri, Carla Bassanezi, Célia A. F. Tolentino, Christina de Rezende Rubim, Débora Mazza, Francisco Luiz Corsi, Giovanni A. P. Alves, Ignez Navarro de Moraes, Inês S. Vitorino Sampaio, Marcos Costa Lima, Sérgio Lessa, Stela M. Borges, Wilson José Barp

Conselho Executivo

Maria Odete Santos, Maria Orlanda Pinassi, Christina de Rezende Rubim, Marcos Costa Lima, Wilson José Barp, Andréa L. M. Zhouri, Giovanni A. P. Alves

Editora Responsável

Maria Odete Santos

Secretária de Redação

Maria Orlanda Pinassi

Diagramação e Revisão

Maritza A. Silva
Mada Pentecado

Capa

Vlademir José de Camargo

Impressão

Gráfica do IFCH/UNICAMP

IFCH/UNICAMP

Diretor

João Quartim de Moraes

Diretor Associado

Armando Boito Junior

Coordenação de Doutorado

Maria de Nazareth Baudel Wanderley

Coordenação de Cursos de Pós-Graduação

Maria Teresa Salles de Melo Suarez

SUMÁRIO

Apresentação	v
Autores	vii
<i>A Astúcia do Marxismo Reflexões sobre a problemática do trabalho no final do milênio</i>	
Juarez Guimarães	01
<i>Marx por Habermas: uma apropriação problemática</i>	
Maria Odete Santos	13
<i>Habermas e a fundamentação da Ciência Social Crítica. Da teoria do conhecimento ao conceito de ação comunicativa</i>	
Ricardo Silva	61
<i>E.P. Thompson e a História</i>	
Carla S. B. Bassanezi	83
<i>Do operário padrão ao operário patrão</i>	
Ana Elizabete Mota	109
Normas para apresentação de artigo	147

APRESENTAÇÃO

Este segundo número da revista *TEMÁTICAS* emerge das lides acadêmicas em meio a um clima saturado de comemorações e expectativas: passadas as festas de julho, especula-se sobre o que advirá em outubro. Em disputa na preferência nacional, evento esportivo e espetáculo político “mobilizam” e dão ensejo a reações de semelhante festividade. Longe, porém, de ser mera casualidade ou episódio atípico, este tem sido o espírito que move a nação; ou seja, por jamais ter superado o estado da observação e da espera, é levada a não discernir entre as conseqüências decorrentes de um gol cravado na rede ou de um voto depositado na urna.

Euforia, senão histeria coletiva, onde pretextos vãos convertem-se em manifestações falaciosas de felicidade – simultaneamente incitadas e espontâneas – reproduzem-se em imagens constrangedoras, nas quais é possível identificar uma participação popular frustrada em destinações verdadeiramente para si. Abalam o Brasil prometido pequenos detalhes do cotidiano: enquanto o Congresso legitima a corrupção como instituição nacional, crescem a mortalidade infantil, a fome, o desemprego, as epidemias; falecem os sistemas de saúde, educação e previdência; milhões de brasileiros sem-teto e sem-terra desafiam e quase sempre fracassam diante da miséria. Nada, porém, que novidades ou circunstâncias fugazes, embaladas a jingles e vinhetas, não tentem apagar da memória a instantânea comoção causada pelos revezes da nossa condição social. Uma nítida tentativa de transformar em fruição os próprios elementos da pobreza – cooptando-a segundo os modismos mais aperfeiçoados – potencializa a tragédia espiritual brasileira.

Diante dessa realidade difusa, dessa dissolução cultural, vivenciadas pela sensação do “eterno presente”, ainda se encontra quem busque interferir na história e reverter o quadro da sua perversidade. Nós, na qualidade de estudiosos das Ciências Sociais, que tradicionalmente vínhamos comprometidos com tal perspectiva, hoje, somos pressionados pelo devir da técnica da oportunidade. Em nosso ofício, encontramos crescentemente à disposição uma farta coleção de “flashes” informativos e estatísticas mutantes que quantificam e separam os contra dos a favor, os atentos dos dispersos, os sábios dos ignorantes. Nos é dificultada a possibilidade da argumentação complexa, obstaculiza-se a distinção entre o que importa do que importa menos. Sem critérios, tudo passa a ter potencial de validade para converter-se no desconcertante manancial de dados que a “ciência” elabora e analisa. É, portanto, cada vez mais difícil e aquartelada a apreensão da totalidade.

Como evitar, porém, o risco de termos nosso instrumental, invadido pela técnica imediata e impactante do ensaio jornalístico? Com isso, a revista *TEMÁTICAS*, ao tomar o rumo das opções menos fáceis, faz a sua apresentação alertando para o fato de que as deformações sociais, culturais e psíquicas têm nos atingido de maneira bastante acentuada, o que não significa, no entanto, que seja unanimidade. Parte considerável de nós permanece insensível à sedução das novidades efêmeras; resiste ao mundo da falsa consciência, cujo irracionalismo apresenta os fatos como predestinações ou fatalidades. Parte considerável de nós continua a postar-se criticamente frente a realidade contaminada de termos que desqualificam o conhecimento.

Os Editores

AUTORES

JUAREZ GUIMARÃES

Mestre em Sociologia (UNICAMP). Doutorando em Ciências Sociais na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Área de interesse: Trabalho e Sindicalismo.

MARIA ODETE SANTOS

Mestrado em Sociologia Rural. Professora da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Doutoranda em Ciências Sociais na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) Área de interesse: Desenvolvimento e Pensamento Social.

ANA ELIZABETE MOTA

Assistente Social. Professora da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Doutoranda em Ciências Sociais na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Área de interesse: Trabalho e Sindicalismo.

RICARDO SILVA

Mestrado em Ciência Política. Doutorando em Ciências Sociais na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Área de interesse: Desenvolvimento e Pensamento Social.

CARLA S. B. BASSANEZI

Mestrado em História Social. Doutoranda em Ciências Sociais na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Área de interesse: Família e Questão de Gênero

A ASTÚCIA DO MARXISMO

REFLEXÕES SOBRE A PROBLEMÁTICA DO TRABALHO NO FINAL DO MILÊNIO

Juarez Guimarães

O chamado “mundo do trabalho”, campo de referência e inspiração das proposições socialistas, chega ao final do milênio sob intensas pressões que, em seus fundamentos, são objetivas, isto é, têm uma realidade material derivada das profundas mutações próprias da era da microeletrônica e da informática.

As classes trabalhadoras, na medida que em geral não são protagonistas deste processo, sofrem objetivamente transformações desestruturantes da sua coesão, homogeneidade e integridade:

- em decorrência das medidas de *flexibilização*, vivenciam fortes mudanças no regime de trabalho (trabalho parcelar, precário, diferencial), que moldam as condições mais propícias para uma nova etapa de valorização do capital;

- enfrentam situações de *desemprego estrutural*, tanto pela menor taxa de crescimento médio do capitalismo, como pela “economia de trabalho” propiciada pelas novas tecnologias;

- experimentam a pressão sistemática para uma conformação *dual* do mercado de trabalho, seja através da diferenciação de regimes de contratação, seja através da *desregulamentação* que incide

diretamente sobre os direitos e conquistas do conjunto dos trabalhadores;

- deparam-se com alterações na sua *composição*, não apenas pelo deslocamento dos polos mais dinâmicos de valorização do capital, como por uma tendência à redução qualitativa da participação dos operários fabris no conjunto dos assalariados.

A estas pressões objetivas, soma-se uma erosão da “cultura do trabalho”, em parte identificada aos padrões de civilização conquistados ao longo do século, ou seja, de valores, idéias e atitudes que formavam um cinturão protetor em torno da valorização social do trabalho frente às virtualidades mais selvagens da lógica mercantil. Está em processo a mitificação da potência tecnológica em detrimento da potência criativa do trabalho humano; a interdição do mundo sindical como anacronismo; a desvalorização da política como arte da representação, mediação e universalização de interesses e projetos de classes ou agrupamentos sociais definidos; a dissolução, enfim, da própria aura da “dignidade do trabalho”, tão formadora de comportamentos na sociedade burguesa.

Há, por certo, um lugar onde estas pressões objetivas e subjetivas se amalgamam e se alimentam mutuamente. Este lugar é o da “sociabilidade do trabalho”, o espaço de travessia entre o “mundo do trabalho” e o “mundo da reprodução social”. Este espaço, em um período histórico já tão marcado pela ação das redes homogeneizadoras da mídia e pela intensa penetração das mercadorias, antes desconstitui do que projeta a personalidade do trabalhador na sociedade. Tudo que se convencionou chamar de pós-modernidade – a cultura da fragmentação – reflete esta passagem problemática, desestruturante, do “mundo do trabalho” ao “mundo social”.

Diante de tal rede de pressões, os socialistas têm diante de si três campos possíveis de postura:

1. virar a face ou desvalorizar o processo de mutação sofrido pelo trabalho nas sociedades contemporâneas, a partir de formas fi-

xas e estabelecidas do marxismo, opondo um “sistema fechado de conceitos” à lógica hostil do real em mutação: transformar o marxismo em cidadela de resistência mais do que em ponte para o futuro;

2. em nome de um certo apego às realidades tangíveis da vida, adesão, como “ala esquerda”, ao processo em curso de mutação do trabalho. Aqui, o campo de referências deixa cada vez mais de ser o marxismo em sua autonomia ideológica e intelectual e passa a ser o próprio campo “desestruturante” do trabalho, aceito nas suas premissas e apenas relativizado em suas conseqüências;
3. “flexibilizar” o campo do marxismo, renovando a sua capacidade explicativa, de denúncia e utópica, a partir das contradições próprias das mudanças em curso.

Este pequeno ensaio é uma tentativa de reflexão crítica sobre estas três possibilidades.

O ARDIL DO TRABALHO

“De um lado, o recurso à psicologia racionalista da utilidade marginal e da combinação ótima dos fatores de produção reflete e justifica os papéis capitalistas (acumulação, inovação etc.); de outro lado, a afirmação do papel primordial do trabalho desempenhado na produção das riquezas exprime ao nível teórico os esforços de auto-apreciação dos assalariados em sua resistência à exploração. Trata-se, na verdade, de duas ‘subjetividades’ sociais que buscam encontrar fundamentos objetivos para as suas práticas; os pontos de vista divergem inegavelmente, mas não impedem os economistas dos dois campos de incidir na fetichização da economia, desta economia que eles partilham, mesmo se chocando frontal-

mente. Pode-se ser tentado, é verdade, a recusar análise esta relembrando o historicismo resolutivo dos marxistas que, em sua esmagadora maioria, enfatizam a incompletude ou imperfeição do capitalismo como modo de produção. Mas não há aí um historicismo naturalizado ou um naturalismo historicizado que pretende elucidar uma dinâmica social a partir de algumas matrizes básicas, razoavelmente marcantes e identificáveis?". (VINCENT, 1987)

Ao se pretenderem uma espécie de crítica ao capitalismo a partir da ótica do trabalho, as formas dominantes do marxismo, durante este século, essencializaram esta categoria transformando-a em algo como o alicerce de todo um edifício teórico petrificado. Este edifício, apesar de sempre legitimado pela letra do texto original de Marx (não submetido a uma leitura historicizada), representava, na verdade e no fundamental, um caminhar no sentido inverso ao esforço de Marx. Isto se expressa em diferentes dimensões:

- na limitação do campo marxista ou, pelo menos, na ênfase desequilibrada do seu esforço analítico na dimensão econômica do capitalismo, desvalorizando sistematicamente as outras instâncias da vida social (como a cultura) ou derivando-as da base econômica (a determinação, em última instância ou na sua forma mais mecanicista, da "superestrutura" pela "infra-estrutura"). O esforço de Marx foi justamente de criticar a naturalização das categorias econômicas, revelando os caminhos pelos quais o processo de valorização do capital operava a metamorfose de coisas em relações sociais e vice-versa;

- na configuração, dentro deste campo economicista de análise, de uma naturalização de categorias, em busca de leis de evolução do capitalismo para além da sua historicidade concreta. O exemplo maior desta naturalização é justamente a "teoria do valor-trabalho", transformada em chave explicativa primeira e incondicionada. Ora, a naturalização das categorias era exatamente o limite da economia

política inglesa, inclusive no seu representante mais lúcido, David Ricardo, que Marx pretendeu superar. Para ele, a análise da plena vigência da lei do valor, naquele momento de desenvolvimento do capitalismo, implicava em considerar as seguintes condições: a) plena liberdade de circulação de mercadorias; b) existência de mercado de trabalho livre; c) mínima interferência e participação do Estado; d) inexistência de mecanismos de regulamentação de preços; e) plena liberdade de concorrência. O desenvolvimento do capitalismo no século XX não fez senão construir os elementos de um bloqueio sistemático à lei do valor;

- na construção de uma ontologia do ser social, a partir da categoria “trabalho”, cujo subproduto mais estridente era exatamente o envolvimento das classes trabalhadoras em uma metafísica do sujeito, isto é, a atribuição, à classe operária, para além de sua concretude, de uma consciência e papel históricos. Tinha-se, aí, um caminho novamente inverso ao de Marx, na medida em que isto significou alienação perante as classes trabalhadoras no real, em um período histórico em que, como fruto da progressão da divisão social do trabalho, processava-se a sua diferenciação em profundidade. Toda a trajetória política de Marx foi marcada por um esforço de aproximação do movimento real da classe operária do seu tempo, em uma oposição crítica e sistemática às seitas utópicas;

- na perseguição de leis intrínsecas ou tendenciais de desenvolvimento do capitalismo, que impregnou as formas dominantes do marxismo de determinismo histórico, congelando pela negativa, de forma simétrica aos apologetas do capitalismo, o rico veio historicista do marxismo original;

- na angulação economicista da crítica ao capitalismo que, por sua vez, contaminou as construções utópicas do marxismo de produtivismo e fetichização das forças produtivas, deprimindo ou subordinando as virtualidades do marxismo como humanismo radical. Aqui, muitas vezes as formas dominantes do marxismo foram presas elas próprias nas redes da “religião do trabalho”, típicas de um

período em que o capitalismo buscava prioritariamente disciplinar massivamente a força de trabalho nas regras do reino mercantil.

Religião laica do “mundo do trabalho”, estas formas dominantes do marxismo tornaram-se prisioneiras do seu excesso. Quando o capital, empenhado em abrir novos horizontes de valorização, submete este “mundo do trabalho” à crítica corrosiva do mercado, são também estas formas sólidas do marxismo que se desmancham no ar.

O ARDIL DO CAPITAL

“A questão não será mais tornar-se um mundo, mas ir em direção ao mundo”. (VINCENT, 1987)

Desfeitas em seu auto-centramento, estas formas dominantes do marxismo encontram-se ante o desafio de ir ao mundo. Um retorno com mil riscos, para quem vem do exílio de um país estranho: o maior de todos, o *desencantamento do trabalho*. Tomar o que é pelo que deve ser e o que deve ser como expressão do real: a inexorável rota do trabalho para o nada.

Adam Schaff, por exemplo, em *A sociedade informática*, atribui às transformações abertas pela micro-eletrônica importância semelhante às da revolução industrial. Chamando-as de “segunda revolução industrial”, estabelece aquilo que julga ser a diferença fundamental entre elas: *“enquanto a primeira revolução conduziu a ‘diversas facilidades’ e a um incremento no rendimento do trabalho humano, a segunda, por suas conseqüências, aspira à eliminação total deste”.* (SCHAFF, 1990)

Claus Offe, em *Trabalho: Categoria Sociológica Fundamental?*, critica a centralidade da categoria trabalho como fruto da expansão exponencial do “setor de serviços”, retirando desta categoria a condição de fundamento organizativo da sociedade. A expansão de posições de classe “intermediárias” ou “mescladas”, as novas clivagens entre formas de trabalho “produtoras de bens” e formas de

trabalho “geradoras de serviços”, a nova vitalidade do setor informal e o aprofundamento das diferenciações do mercado de trabalho criariam uma nova estratificação social, inapreensível pelas referências tradicionais da categoria trabalho.

André Gorz, em seu *Adeus ao proletariado*, faz uma crítica extremada ao operariado industrial, típico da indústria capitalista: “*esta classe operária tradicional não passa de uma minoria privilegiada*”. (GORZ, 1982) Em contrapartida, vê a aparição de um neoproletariado, uma não classe de não produtores:

“a maioria da população pertence a esse neoproletariado pós-industrial dos sem estatuto e dos sem classe, que ocupam os empregos precários de ajudantes, de tarefeiros, de operários de ocasião, de substitutos, de empregados em meio expediente (empregos esses que, num futuro não muito distante, serão abolidos pela automatização), cuja qualificação determinada por tecnologias de rápida duração muda continuamente e, de qualquer modo, não tem relação com os conhecimentos e ofícios que podem ser aprendidos nas escolas ou faculdades”.
(Idem).

À anúncio das possibilidades do fim do trabalho corresponde, em alguns autores, uma antecipação da angústia do ser social desvalido do trabalho. Schaff argumenta que a redução progressiva da jornada de trabalho “*até que cheguemos a uma cifra de uma ou meia hora semanal*” seria absurda do ponto de vista das experiências psíquicas do trabalhador: “*abaixo de um certo mínimo de horas de trabalho*” (qual mínimo?), o chamado tempo livre se converteria em carga psíquica. Produz-se de fato uma “*poluição do tempo livre*”. (SCHAFF, 1900:33)

Alec Nove, em *A economia do socialismo possível*, ao discorrer sobre as mudanças tecnológicas e suas repercussões nas necessidades humanas, considera que pode “*até acontecer que a eliminação de certas tensões crie novos conflitos: assim a falta de luta e de esforço*

podem levar ao tédio e o tédio pode ser fonte de desordem social." (NOVE, 1987:303)

Hannah Arendt, em *A condição humana*, nos fala da "bênção ou alegria do labor", da "recompensa das fadigas e das penas (que) está na fertilidade da natureza", na tranqüila certeza de que cumpriu sua parte de "fadigas e penas". Além de perder esta bênção, Arendt considera "uma ilusão de uma filosofia mecanicista" a suposição de que a energia da força de trabalho, "se não dissipada e exaurida nas tarefas pesadas da vida, nutrirá outras atividades superiores." (ARENDR, 1987:118-120)

Se antes falamos do ardil do trabalho, é preciso agora falar do ardil do capital. Pois há, em todo este debate em torno das previsões da extinção do trabalho e das angústias daí decorrentes, uma ilusão de ótica, mais propriamente falando: a substituição do mundo contraditório da valorização do capital por uma alegoria de um mundo recriado pelo vôo livre da tecnologia.

Este vôo livre (na verdade, a expansão de fronteiras da valorização do capital) implica em abolir a cena histórica, o ritmo desigual de desenvolvimento do capitalismo no espaço e no tempo (a sua natureza cíclica), bem como as formas contraditórias da sociabilidade em um ambiente de crescente redução do tempo de trabalho nos marcos de uma sociedade hierarquizada pela dominação capitalista. Implica, sobretudo, em abolir o desenvolvimento explosivo de uma contradição que ameaça a própria reprodução de uma economia capitalista de mercado. A abolição progressiva do trabalho assalariado, combinada com a expansão da capacidade produtiva, gerará de forma crescente uma crise de superprodução, isto é: como serão realizados os lucros dos capitalistas em um contexto em que haverá cada vez menos renda assalariada para comprar as mercadorias produzidas? A abolição do trabalho em sua forma pura levaria, em seu rastro, à própria abolição da economia mercantil.

A ASTÚCIA DO MARXISMO

O roubo de trabalho alheio, sobre o qual se funda a riqueza atual, aparece como uma base miserável comparado com este fundamento, recém desenvolvido, criado pela própria indústria. Tão logo quanto o trabalho em sua forma imediata deixa de ser a grande fonte de riqueza, o tempo de trabalho deixa, e tem que deixar, de ser sua medida e portanto o valor de troca (deixa de ser a medida) do valor de uso. O sobretrabalho da massa deixou de ser condição para o desenvolvimento da riqueza social, assim como o não trabalho de uns poucos deixou de sê-lo para o desenvolvimento dos poderes gerais do intelecto humano. Com isso, desmorona a produção fundada no valor de troca.” (MARX, 1972:229)

Driblando o “ardil do trabalho” e o “ardil do capital”, o marxismo está desafiado a se renovar pela *flexibilização* do seu campo analítico. Trata-se de retomar a capacidade de analisar o *curso das contradições* do capitalismo contemporâneo, isto é, de evitar tanto as cosmovisões planas ou positivistas como os conceitos que fixam, congelam as contradições. Isto implica em operar quatro deslocamentos analíticos fundamentais:

1. reconhecer o *deslocamento relativo* da centralidade do trabalho na constituição da vida social, a partir da significativa redução da jornada de trabalho verificada ao longo do século e do intenso adensamento das redes de sociabilidade (cultura, mídia etc.). Em troca, é preciso abertura para incorporar toda uma série de espaços vitais que cresceram contraditoriamente à margem do espaço do trabalho;
2. analisar o deslocamento em curso dos setores vitais das classes trabalhadoras e sua nova configuração na época da microeletrônica. Uma nova sociologia dessas classes – com seu mundo plural e dissonante – precisa ser construída;

3. reconhecer a autonomização relativa mas crescente da produção social de riquezas em relação ao “*trabalho em sua forma imediata*”. Isto implica, em contrapartida, na capacidade de entendimento das formas de regulação social das fronteiras científicas e tecnológicas contemporâneas;
4. reconhecer a obstaculização estrutural da operação da lei do valor em meio às formas do capitalismo contemporâneo, deslocando os eixos do estudo das contradições da acumulação para a análise dos monopólios e da regulação estatal. O que repõe, em consequência, a capacidade de pensar o que seria o controle social – as mediações ideológicas, políticas e sociais – dos monopólios e do Estado moderno.

O DESAFIO DA ASTÚCIA

Abrir-se ao mundo, tornar-se mundo: retomar as polaridades originais do marxismo, entendido como filosofia de uma práxis, em si mesma problemática, em um período histórico em que o capitalismo avança em sua capacidade de ocupar toda a vida e o imaginário social.

Frente à tentação de dissolver a autonomia do marxismo ou de presevá-lo em suas formas congeladas está o exercício difícil da astúcia: entender que é do ponto de vista da construção de uma nova hegemonia, isto é, de um novo princípio civilizatório que não o mercantil, que se pode atualizar a crítica das contradições explosivas geradas pelos processos recentes de mutação do capitalismo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARENDDT, Hannah, *A condição humana*, Rio de Janeiro, Forense, 1987.
- GORZ, André, *Adeus ao proletariado*, Rio de Janeiro, Forense, 1982.
- MANDEL, Ernest, "Marx y el porvenir del trabajo humano", in **Revista Inprecor**, n.º 50, outubro de 1956.
- MARX, Karl, *Grundrisse*, tomo II. México, Ed. Siglo XXI, 1972, tomo II.
- NOVE, Alec, *A economia do socialismo possível*, São Paulo, Ática, 1987.
- OFFE, Claus, "Trabalho: categoria sociológica fundamental?", *Trabalho e sociedade*, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1985, vol. I.
- PAULA, João Antonio de, *A crise da teoria econômica marxista*, Belo Horizonte, 1993, (mimeo).
- SCHAFF, Adam, *A sociedade informática*, São Paulo, UNESP/Brasiliense, 1990.
- VICENT, Jean-Marie, *Critique du travail, le faire et l'agir*, Paris, Presses Universitaires de France, Paris, 1987.

MARX POR HABERMAS: UMA APROPRIAÇÃO PROBLEMÁTICA

Maria Odete Santos

Este ensaio busca uma aproximação com o pensamento de Jürgen Habermas e, considerando o caráter híbrido de sua obra, que incorpora termos do pragmatismo e da teoria da ação americanos em uma tradição frankfurtiana, (Anderson, 1984:69) restringiu-se à abordagem ao livro *A crise de legitimação do capitalismo tardio*. Elaborado no final dos anos 60, este livro tematiza questões que interessam diretamente à discussão sobre o capitalismo contemporâneo.¹ Tendo em vista os desdobramentos do *Welfare State* desde então, a obra adotada pode não ser, no seu todo, representativa do pensamento do autor sobre o tema, na atualidade. Considera-se, no entanto, que, através dela, é possível dialogar com o referencial analítico habermasiano sobre os problemas estruturais do capitalismo avançado. Escrita anteriormente à crise do Estado do Bem-Estar e da ofensiva neo-liberal, pode-se dizer que as preocupações

¹Para um melhor entendimento dessa obra e face a evidentes problemas de tradução da edição brasileira utilizada, foi realizada uma confrontação desta edição com a edição italiana: *La crisi della razionalità nel capitalismo maturo*, Laterza & Figli, Roma-Bari, 1975.

metodológicas de Habermas já se inserem no contexto da chamada “crise de paradigmas na Sociologia”. (IANNI:1990) Nesta perspectiva, ela se relaciona criticamente com as posições mais recentes que tensionam as Ciências Sociais e questionam desde a razão moderna até a inteligibilidade dos processos sociais.

Esta reflexão busca atender, ainda, à necessidade de o marxismo ampliar fronteiras e dialogar com outras tradições teóricas. A *démarche* de Habermas, alicerçada de forma crítica e original nas grades teóricas da modernidade, se apresenta como exemplar: ele *“pode ser considerado o pensador mais produtivo de uma nova versão da teoria crítica do momento. Suas reflexões em torno dos problemas de legitimação do Estado moderno (...) e a elaboração de uma teoria da ação comunicativa (...) exemplificam os esforços de Habermas em preservar o cunho crítico dos teóricos de Frankfurt no interior de uma reformulação e inovação teórica que os supera e transcende”*. (FREITAG, 1990:28-9)

Nesse momento, em que se reedita uma certa “pressão anti-marxista” nos círculos acadêmicos, a abertura para o diálogo contribui para a própria revitalização desse campo de análise, que vem recebendo críticas aligeiradas mesmo dos que dele se apropriam. A falta de rigor, própria das vulgarizações do marxismo e a dos seus críticos recentes, acabam por constituir, assim, lados de uma mesma moeda. Isto é corroborado pela afirmação de um representante da teoria da regulação francesa que, a despeito de questionar a utilidade atual da teoria marxista, ressalta:

“Enquanto na ‘imprensa burguesa’ só se fala de produtividade e de repartição do valor agregado (ou seja, em bom marxismo: do inverso matemático do valor, e da mais valia relativa), a idéia de uma relação estreita entre o tempo de trabalho e o valor das mercadorias só consegue suscitar total reserva dos ex-cavaleiros do marxismo.” (LIPIETZ, 1991:225)

O aligeiramento das críticas ao marxismo traduz uma tendência reducionista e fragmentadora das categorias de análise marxianas, que acabam por produzir interpretações economicistas, mecanicistas e/ou dogmáticas do pensamento de Marx. Em *A crise de legitimação do capitalismo tardio*, encontramos estes traços no manejo das categorias analíticas marxianas.

Nesse estudo, pretende-se explicitar tais traços e, ao mesmo tempo, dialogar com o autor destacando na obra o que pode ser particularmente útil para a discussão do capitalismo de hoje.

Para atender a este objetivo, o ensaio está estruturado em três partes. Na primeira, um pouco longa em função da abrangência do tema e da tentativa de não reduzir ou simplificar o pensamento do autor, busca-se realizar uma síntese do instrumental teórico de Habermas, explicitando a caracterização que o mesmo faz do capitalismo avançado e as possibilidades de crise por este engendradas. Na segunda, tenta-se chamar a atenção para os limites de seu entendimento da teoria do valor de Marx. Neste ponto interessa salientar que o questionamento habermasiano da aplicabilidade da teoria do valor nas sociedades capitalistas avançadas sugere, se não se despreza o elemento intrinsecamente histórico do método de Marx, uma caracterização “pós-capitalista” dessas sociedades. Nas considerações finais, procura-se apontar os elementos da teoria da ação comunicativa que permeiam esta obra, salientando sua contribuição e seus limites para o entendimento das relações sociais no capitalismo do Estado do Bem-Estar Social e destacando, dentre esses limites, a ausência de sujeitos históricos na sua análise das transformações estruturais do capitalismo.

1. AS POSSIBILIDADES DE CRISE SEGUNDO HABERMAS

A análise de Habermas sobre as possibilidades de crise do capitalismo avançado funda-se no entendimento de que a contradição

básica da sociedade capitalista permanece sendo a apropriação privada da riqueza produzida socialmente, cuja legitimação é fragilizada quando submetida à examinação discursiva.

A crítica habermasiana assumiria, para McCarthy, uma forma marxista: o que é moralmente exigido está sendo empiricamente formado; as sementes da sociedade futura são seres humanos formados no “ventre do passado”. Mas esta seria *“uma crítica marxista com importantes diferenças”*. Diferença marcante estaria dada pela *“super ênfase do marxismo à esfera econômica”*, enquanto que o acento de Habermas estaria na esfera sócio cultural. Deste modo, as tendências de crise não estariam mais *“localizadas imediatamente na reprodução das condições materiais de vida”* mas na reprodução de *“estruturas confiáveis de intersubjetividade”*. (McCARTHY, 1978:358)

Habermas inicia sua obra discutindo com a teoria dos sistemas e a teoria da ação norte-americanas. Considera que um conceito de crise concebido sócio-cientificamente precisa apreender a conexão entre *“integração sistêmica”* e *“integração social”*. Estas duas expressões, segundo o autor, derivam de tradições teóricas diferentes.

A integração sistêmica tem em vista *“os desempenhos condutivos específicos de um sistema auto-regulado. Os sistemas sociais são considerados aqui segundo o ponto de vista da sua capacidade de manter seus limites e sua existência contínua, dominando a complexidade de uma circunstância inconstante”*. (HABERMAS, 1980:15)

A integração social diz respeito *“aos sistemas de instituições nas quais os sujeitos da palavra de ação estão socialmente relacionados. Os sistemas sociais são vistos aqui enquanto mundos vitais que estão simbolicamente estruturados”*. (Idem, ibidem)

Os distúrbios de integração sistêmica somente ameaçam a existência contínua do sistema no momento em que a integração social esteja ameaçada, isto é, *“quando os fundamentos consensuais das estruturas normativas forem tão danificados que a sociedade se torne anacrônica. Os estados de crise assumem a forma de uma desintegração das instituições sociais”*. (Idem:14)

As crises devem sua objetividade ao fato de decorrerem de problemas de condução não resolvidos. Os problemas de condução dizem respeito à integração sistêmica e criam problemas secundários, que afetam a consciência de forma específica, ameaçando a integração social. Para Habermas, faltam instrumentos conceituais adequados que permitam à teoria dos sistemas e à teoria da ação realizar este nexos:

“do ponto de vista do mundo vital, tomaremos como tema as estruturas, valores e intuições normativas de uma sociedade. Analisamos acontecimentos e situações do ponto de vista da sua dependência diante de funções de integração social (no vocabulário de Parsons, integração e manutenção do padrão), enquanto os componentes não normativos do sistema servem como condições limitantes. Na perspectiva sistêmica, tomamos como tema o mecanismo de condução da sociedade e a extensão da meta de contingência. Analisamos acontecimentos e situações do ponto de vista da sua dependência de funções de integração sistêmica (no vocabulário de Parsons, adaptação e alcance de meta), enquanto os valores-metas servem como dados. Se compreendemos um sistema social enquanto um mundo vital, então o aspecto condutor é excluído. Se compreendemos uma sociedade enquanto sistema, então o fato da realidade social consiste na objetividade das pretensões de validade reconhecidas, com frequência polêmicas, que não são tomadas em consideração”. (Idem:16)

Para dar conta da conexão entre “estruturas normativas” e “problemas de condução”, Habermas busca uma análise historicamente orientada dos sistemas sociais, que “permita ajuizar um determinado caso conforme o limite da tolerância dentro do qual os valores-metas de um sistema possam variar sem sua contínua existência vir a ser criticamente ameaçada. Os limites deste alcance de variação são manifestados enquanto limites de continuidade histórica”. (Idem:19)

Considerando que a análise dos alcances das variações estruturais só pode se dar dentro do quadro de uma “teoria da evolução social”, Habermas se utiliza da categoria marxista de formação social:

“para fazer isto, o conceito marxista de formação social é útil. A formação de uma sociedade é, em dado momento, determinada por um princípio fundamental de organização, que delimita no abstrato as possibilidades de alteração das situações sociais. Por ‘princípios de organização’ eu entendo regulamentações altamente abstratas brotando com propriedades emergentes em degraus evolucionistas improváveis e caracterizando, em cada nível, um novo estágio de desenvolvimento”. (Idem:19)

Estes “princípios organizacionais” determinam os limites em que uma sociedade tem capacidade de aprender sem perder sua identidade. Dentro desta concepção, os problemas de condução podem ter efeito de crise somente se não puderem ser resolvidos dentro do alcance de possibilidades que é circunscrito pelo princípio organizacional da sociedade. São os princípios organizacionais que determinam, em primeiro lugar, o mecanismo de aprendizado do qual depende o desenvolvimento das forças produtivas; em segundo lugar, o alcance da variação dos sistemas interpretativos que asseguram a identidade social e, por último, fixam os limites institucionais para a possível expansão da capacidade de condução. (Idem:19)

A construção de Habermas é densa e nem sempre está exposta de forma clara. Mas pode-se tentar, neste ponto, adiantar uma síntese de seus pressupostos. Ele parte da teoria da ação e da teoria dos sistemas. Aproxima-se de Marx através do reconhecimento da necessidade de referenciar historicamente a análise dos sistemas sociais, utilizando o conceito de formação social. Deve diferenciar-se de Marx, no entanto, por considerar que este superdimensiona a esfera econômica ao entender que momentos de crise ocorrem

quando o desenvolvimento das forças produtivas entram em contradição com o conjunto das relações sociais. Sua proposta é a de deslocar esta ênfase para os “*princípios organizacionais*” referenciados pelo “*mundo vital*” e pela “*intersubjetividade*”.

Registra-se, já neste momento, a questão não pouco relevante, de que Habermas, ao partir de programas de pesquisa de orientação positivista, carrega a dificuldade de trabalhar o conceito de formação social – tratado historicamente por Marx – enquanto construção que busca apreender o tecido social em termos da reciprocidade dialética entre múltiplas instâncias. Não é por acaso que ao referir-se a esta categoria, Habermas está preocupado em inserir nos programas de pesquisa dos quais parte, a questão por ele denominada de “*evolução social*”. Deixa assim de tratar da dinâmica, do processo, da contradição, enquanto dimensões inerentes ao método de Marx, que se incorporam em suas categorias de análise e não apenas enquanto momentos particulares da realidade. Daí se depreende a necessidade de ler Marx como um privilegiador da instância econômica; como se em Marx o “*mundo da vida*” (termo usado por Habermas) pudesse ser isolado do econômico, ou vice-versa. O que se infere desta questão é o risco da adoção de uma perspectiva funcional.

Ao se referir a “*princípios organizacionais*”, Habermas está partindo não do universo da integração sistêmica, onde estariam localizados os problemas de “*condução*” da produção material, mas da integração social. Esta é a esfera do “*mundo da vida*” que, em Habermas, não apenas apresenta autonomia mas parece ser determinante. O “*mundo da vida*” é dependente de pretensões de validade, opera através dos meios típicos de expressões que admitem verdades e normas que necessitam de justificação. Mas, também o controle sobre a natureza, o trabalho ou a ação instrumental, que é governado por regras técnicas, incorpora “*pressupostos empíricos que implicam pretensões de validade, isto é, pretensões redimíveis discursivamente e criticáveis fundamentalmente*”. (*Idem*:21)

Os sistemas sociais podem se manter diante da natureza externa através de ações instrumentais (conforme regras técnicas que são dependentes de verdade) e diante da natureza interior (conforme normas válidas), porque o comportamento é reorganizado sob imperativos de pretensões de validade:

“esta reorganização é efetivada em uma estrutura de intersubjetividade produzida linguisticamente. A comunicação linguística tem uma dupla estrutura, pois a comunicação sobre o conteúdo proposicional pode ocorrer apenas com simultânea meta-comunicação a respeito de relações interpessoais. Esta é uma expressão do interrelacionamento especificamente humano dos desempenhos cognitivos e emotivos para a ação com intersubjetividade linguística”. (Idem:22)

Os processos psíquicos, tais como sensações, necessidades e sentidos, são adaptados à estruturas de intersubjetividade linguística e transformados em conteúdos intencionais, *“isto é, congnições em declarações, necessidades e sentidos em expectativas normativas (preceitos e valores)”*. As expressões e normas aparecem como *“pretensão de generalidade”*. Esta generalidade significa *“objetividade de conhecimento”* e *“legitimidade de normas válidas”*. (Idem, ibidem)

Habermas conclui que estas mesmas estruturas intersubjetivas regulam, *“ao nível dos sistemas, o controle da integração externa e da integração interna na natureza, isto é, os processos de adaptação à sociedade que, por conta das competências de indivíduos socialmente relacionados, operam através dos meios típicos de expressões que admitem verdade e normas necessitando justificação”*. (Idem, ibidem)

O controle da natureza externa se dá pela ciência. A história do conhecimento e da tecnologia é a história da aproximação do homem à natureza externa *“através de êxitos manipulados pela verdade”*. Do mesmo modo, a adaptação da natureza interior do homem à sociedade tem um componente cognitivo, que também opera através

de pretensões de validade discursiva. Partindo do mito, através da religião, para a filosofia e a ideologia, a história da humanidade tem sido a história de uma crescente demanda em favor da retenção discursiva de pretensões de validade normativa. (*Idem*:23)

Mas à esta situação está associada uma peculiaridade das sociedades. A natureza interior não faz parte do conjunto do sistema do mesmo modo que a natureza exterior. Uma vez que os indivíduos socialmente relacionados resistem à extensão de sua individualização, a natureza interna permanece como uma “*circunstância interna*”. Com individualização crescente, a imunização dos indivíduos socializados ganha força contra o centro de controle. (*Idem*:26)

Em decorrência, enquanto o desenvolvimento das forças produtivas sempre amplia o escopo da contingência do sistema social, avanços nas estruturas dos sistemas interpretativos podem restringir a autonomia deste sistema. E isto estaria ocorrendo no capitalismo avançado:

*“considerarei (...) a tese pretendendo que precisamente isto aconteceu no capitalismo avançado, porque os valores-metas permitidos no domínio de legitimação de uma ética comunicativa são irreconciliáveis com um crescimento exponencial da complexidade do sistema e, por razões relacionadas à lógica do desenvolvimento, outras legitimações não podem ser produzidas. A proposição que os valores-metas dos sistemas sociais variam historicamente, precisa ser acrescentada a proposição de que a variação em valores-metas é limitada por uma lógica do desenvolvimento das estruturas das visões do mundo, uma lógica que não está à disposição dos imperativos de argumentação de poder”. (*Idem*: 25)*

Nesta perspectiva, o ponto de vista subordinante não é o sistema, nem a “*auto-direção*”; é o mundo vital e a intersubjetividade. A teoria da linguagem é que pode conceber esta conexão. Percebe-se, assim, muitos dos pressupostos de sua teoria da ação comunicativa, que vão balizar a análise dos problemas de legitimação do capitalismo avançado.

A evolução em direção a um crescente controle da natureza externa e à integração social da natureza interna ocorre na forma de um processo de aprendizado direcional que opera através de pretensões de validade. Por sua vez, a evolução social é dependente de uma negação deste aprendizado. Neste sentido, afirma Habermas:

“é minha conjectura que o mecanismo fundamental para a evolução social em geral deve ser encontrado numa inabilidade automática de não aprender.(...); o não aprendizado é o fenômeno que requer explicação no estágio sócio-cultural de desenvolvimento. (...) O nível de aprendizado que uma sociedade torna possível poderia depender do fato de que o princípio organizacional da sociedade permita: (a) diferenciação entre questões teóricas e práticas e (b) transição do aprendizado não reflexivo (pré-científico) ao aprendizado reflexivo”. (Idem: 27-28)

O “*aprendizado reflexivo*” ocorreria através de discursos com pretensões de validade que são submetidos a dúvidas institucionalizadas, redimidas ou superadas à partir de argumentos. O “*aprendizado não reflexivo*” dar-se-ia em contextos de ação nos quais as pretensões de validade, teórica e prática, são aceitas ou rejeitadas sem consideração discursiva.

Colocada a questão nestes termos, Habermas passa a buscar “*os princípios organizacionais que determinam a capacidade de aprendizado e, assim, o nível de desenvolvimento de uma sociedade, acima de tudo em relação às suas forças de produção e aos seus sistemas interpretativos asseguradores de identidade*”. (Idem:29) Os princípios organizacionais determinariam, então, qual subsistema pode assumir primazia funcional numa sociedade e a condução da evolução social.

Neste ponto, é importante lembrar que, para o autor, os “*princípios organizacionais*” são regulamentações altamente abstratas que definem alcances de possibilidades. Isto é por ele ressaltado na medida em que estes princípios definirão sua proposta de dis-

tinção entre três tipos de formação social, que não devem ser confundidos com “*formações sociais em termos do comando dos meios de produção, isto é, como relações de produção*” (Idem:29), conforme a sua apreensão desta categoria analítica marxiana.

Com este entendimento, Habermas apresenta as seguintes tipificações (exemplificadoras) de formações sociais, distinguindo seus princípios de organização e as possibilidades de crise que permitem.

FORMAÇÃO SOCIAL PRIMITIVA. Os papéis primários de idade e sexo formam o princípio organizacional. O cerne institucional é o sistema de parentesco, que neste estágio representa uma instituição total. O mecanismo de aprendizado, “*inserido no âmbito funcional da ação instrumental, conduz, através de largos períodos, a uma seqüência aparentemente ordenada de inovações menos fundamentais*”. (Idem:31) Uma vez que nenhum imperativo contraditório decorre deste princípio organizacional, é a mudança externa que sobrecarrega a capacidade de condução.

FORMAÇÃO SOCIAL TRADICIONAL. O princípio de organização é a dominação de classe em forma política. Com o crescimento de um aparelho burocrático de autoridade, diferencia-se um sistema de controle a partir do sistema de parentesco. O sistema de parentesco transfere as funções centrais de controle para o Estado. Nestas sociedades, a crise emerge de contradições internas. A contradição existe porque as pretensões de validade não podem permitir explicitamente que a estrutura de classes determine privilégios na apropriação da riqueza produzida socialmente. “*Lutas de classe finalmente ameaçam a integração social e podem levar a uma derrubada do sistema político e a novos fundamentos da legitimação, isto é, a uma nova identidade de grupo*”. (Idem:34)

FORMAÇÃO SOCIAL LIBERAL CAPITALISTA. O princípio de organização é o relacionamento entre trabalho assalariado e capital, ancorado no sistema do direito civil burguês. A troca econômica é o meio dominante de condução. O exercício do poder do Estado é limitado. A troca econômica exige a ordem política de legitimação. A

troca de equivalentes em um mercado livre é a base da legitimação. As funções do Estado restringem-se à proteção do comércio burguês de acordo com o direito civil; à proteção dos mecanismos de mercado dos efeitos laterais auto-destrutivos; à satisfação dos pré-requisitos de produção na economia como um todo (educação pública, transporte e comunicação); e à adaptação do direito às necessidades emergentes do processo de acumulação (tributação, rede bancária e direito comercial).

Enquanto nas formações sociais tradicionais a dominação de classe se dá de forma política, na formação liberal capitalista ocorre uma *“anonimização política da dominação de classe”*. O efeito integrativo da forma de valor, no entanto, pode ser restringido à classe burguesa. A subordinação do proletariado urbano envolve outros fatores, como a mistura de laços tradicionalistas, o desejo fatalista de obediência, a falta de perspectiva, a repressão e a influência das ideologias burguesas. Mas *“isto não diminui o significado integrador social deste novo tipo de ideologia, numa sociedade que não mais reconhece a dominação política em forma pessoal”*. (Idem:36)

As forças produtivas não têm limite de desenvolvimento. O princípio organizacional não estabelece estes limites. *“As forças normativas também alcançam um largo esforço para desenvolvimento, pois o novo princípio de organização permite (pela primeira vez) sistemas universalistas de valor.”* (Idem:37) O princípio organizativo transfere o potencial de conflito da oposição de classe para a dimensão condutora, onde se expressa de forma naturalizada em crises econômicas. As crises tornam-se endêmicas quando os problemas de condução, produzidos pelo processo de acumulação em intervalos mais ou menos regulares, ameaçam a integridade social. O mercado no capitalismo liberal assume uma dupla função: a de mecanismo condutor num sistema de trabalho social regulado pela moeda e a de institucionalização de relações de poder entre trabalhadores assalariados e proprietários dos meios de produção. Dessa forma, as relações de classe são despolitizadas:

“porque o poder social do capitalista é institucionalizado enquanto uma relação de troca na forma de contrato de trabalho privado e a extração de excedente disponível privadamente, substitui a dependência política, assumindo o mercado, ao lado de sua função cibernética, uma função ideológica. A relação de classe pode assumir a forma anônima apolítica de dependência salarial”. (Idem:40)

Habermas considera, então, que aplicada ao capitalismo liberal, a teoria do valor de Marx revela tanto o mecanismo de condução do mercado como a ideologia básica da sociedade burguesa. *“A teoria do valor serve, ao mesmo tempo, para a análise funcional do sistema econômico (...) e como crítica da dominação de classe.” (Idem:40)*

No capitalismo liberal, o antagonismo de classe é deslocado da intersubjetividade do mundo vital em direção à base desse mundo. As crises derivadas do processo econômico, que Habermas identifica nos moldes da teoria das crises cíclicas do capital, se apresentam à sociedade como fatalidades, acontecimentos naturais. *“O fetichismo das mercadorias é ao mesmo tempo uma ideologia residual secularizada e o princípio condutor que faz funcionar o sistema econômico. A crise perde pois o caráter de uma fatalidade acessível à auto-reflexão e adquire a objetividade de acontecimentos naturais, inexplicáveis, contingentes. O cerne ideológico deslocou-se pois para o nível da base.” (Idem:45)*

A necessidade de expôr estes acontecimentos a um exame objetivo estaria refletida na crítica de Marx à economia política. Mas a teoria do valor de Marx, apesar de pretender realizar a crítica do fetichismo da mercadoria e da ideologia burguesa, permaneceria restrita a uma análise diretamente vinculada aos processos econômicos. Neste sentido, Habermas faz a seguinte ressalva:

“as categorias fundamentais da teoria do valor são assim estabelecidas de tal maneira que as proposições que se seguem de uma teoria da acumulação contraditória do capital podem ser transformadas em hipóteses teóricas de ação da teoria de

classes. Marx opta abertamente pela possibilidade de retraduzir os processos econômicos de utilização do capital, ocorrendo dentro dos limites da estrutura de classes, rumo a processos sociais entre classes – de qualquer modo ele é o autor de O 18 Brumário tanto quanto d' O Capital". (Idem:46).

A “retradução” sociológica desta teoria, que se vincula diretamente “aos problemas de condução econômica”, é que permaneceria dando margem a dificuldades na análise das novas condições vigentes no capitalismo avançado.

1.1 ESTADO E CRISE NO CAPITALISMO AVANÇADO

Para Habermas, no capitalismo avançado, os sistemas econômico, administrativo e de legitimação sofrem alterações que precisam ser apreendidas para o entendimento da atual estrutura de classes. O sistema econômico é marcado por um setor privado oligopolista que funciona com pequena margem de competição e se relaciona com trabalhadores fortemente organizados em sindicatos; um outro setor, privado, ainda regulado por intensa competição e que recruta trabalhadores não organizados e, finalmente, um setor – estatal ou privado –, que trabalha com demandas determinadas pelo Estado, indiferentes em relação ao mercado e que se relaciona também com trabalhadores sindicalmente organizados.

No plano administrativo, o Estado desempenharia inúmeras funções, das quais dependeria o ciclo econômico. Para Habermas, enquanto o planejamento global manipula as condições de limite das decisões em que opera a empresa privada,

“o Estado de fato substitui o mecanismo de mercado, sempre quando crie e melhore as condições para realização do capital: através do fortalecimento da capacidade competitiva da nação (...); através de consumo governamental improdutivo (por exemplo, armamento, exploração espacial);

através da condução de acordo com a política estrutural, do fluxo do capital rumo a setores negligenciados por um mercado autônomo; através da melhoria da infra-estrutura material (transporte, educação, saúde, recreação, planejamento urbano e regional, construção imobiliária etc.); através da melhoria da infra-estrutura imaterial (promoção geral das ciências, investimentos e pesquisa em desenvolvimento, estabelecimento de patentes etc.), através da elevação da produtividade do trabalho humano (sistema geral de educação, escolas vocacionais, programas para treinamento de reeducação etc.); através do alívio de custos sociais e materiais resultantes da produção privada (compensação do desemprego, previdência social, reparação de danos ecológicos)". (Idem:51)

A maioria destas medidas objetiva aumentar a produtividade do trabalho e, conseqüentemente, o valor de uso do capital. Os investimentos públicos em pesquisa tecnológica que são colocados gratuitamente à disposição de capitais particulares ou em geral, por exemplo, alteram substantivamente a capacidade destes de extrair mais-valia relativa, sem o correspondente aumento no custo do capital constante. No entanto, o Estado, ao "substituir" o mercado na condução da economia, provoca um efeito colateral ao nível da legitimação. A ideologia burguesa baseada na livre competição e na troca de equivalentes entra em colapso. Ocorreria, assim, uma repolitização das relações de produção:

"reacoplar o sistema econômico ao político, que de certo modo repolitiza as relações de produção, cria uma crescente necessidade de legitimação. O aparelho de Estado não mais como no capitalismo liberal, apenas assegura as condições gerais de condução (no sentido de pré-requisito para a contínua existência do processo de reprodução), mas está agora ativamente nele engajado. Precisa, portanto, como um Estado pré-capitalista, ser legitimado, embora não mais possa depender dos resíduos de tradição que foram minados e esgotados durante o desenvolvimento do capitalismo." (Idem:51)

O problema de legitimação é enfrentado através da democracia formal, pois uma participação efetiva da sociedade nos processos de formação da vontade política resultaria em uma conscientização da contradição entre a produção socializada e a contínua apropriação privada do seu resultado: *“a fim de manter esta contradição longe de ser objeto de discussão, então o sistema administrativo precisa ser suficientemente independente da formação da vontade legitimante”*. (Idem:51).

O Estado buscaria, então, despolitizar suas ações, transformando-as em assunto técnico. Estratégias deste tipo são o *“uso simbólico de audiências, julgamento de peritos, requisitos judiciários, e também, as técnicas de publicidade”*. (Idem:91)

As relações de classe, na análise habermasiana, parecem bastante alteradas. Os conflitos distributivistas, seja na luta dos setores organizados dos trabalhadores por salário, seja na disputa individual ou coletiva dos capitalistas pelas ações do Estado que garantam ou ampliem as condições de acumulação do capital, deslocam a luta por preço, salário e lucro do mercado para a esfera política. A consequência são preços “quase políticos” para a força de trabalho e, também, para as mercadorias em geral, fruto de acordos entre empresas oligopolistas, e entre estas e o Estado.

Neste sentido, Habermas destaca as seguintes características do capitalismo avançado, que denotam alterações substantivas nas relações de produção:

“(a) uma forma alterada da produção da mais-valia que afeta o princípio de organização social; (b) uma estrutura salarial quase política, que expressa um acordo salarial; (c) a crescente necessidade de legitimação do sistema político, que traz ao jogo demandas orientadas aos valores de uso (demandas que, em certas circunstâncias, estão em competições com as necessidades de realização do capital)”. (Idem:74)

Nestas condições, a teoria do valor de Marx não mais se aplicaria à explicação das relações de produção no capitalismo avançado. Na

mesma medida que o mercado deixa de ser o mecanismo condutor da economia, a troca de equivalentes deixa de ser o “*princípio organizador*” da sociedade. Estas funções passam a ser exercidas pelo Estado, que se divide entre a necessidade de garantir a manutenção do processo de acumulação e a de atender demandas por políticas públicas.

“a atividade governamental agora busca a meta declarada de condução do sistema para evitar crises e, por conseqüência, o relacionamento de classe perde sua forma apolítica. Por estas razões, a estrutura de classe precisa ser mantida em lutas em torno da distribuição administrativamente mediada dos incrementos no produto social. Também a estrutura de classe pode ser agora diretamente afetada pelas disputas políticas. (...) Hoje o Estado tem de cumprir funções que nem são explicadas com referência aos pré-requisitos da contínua existência do modo de produção, nem derivadas do movimento imanente de capital. Este movimento não é mais realizado através de um mecanismo de mercado que pode ser compreendido na teoria do valor, e sim um resultado das forças condutoras econômicas ainda efetivas e de uma ativa contrapartida política, na qual encontra expressão um deslocamento das relações de produção.” (Idem:71-2)

A argumentação teórica que respalda a afirmação de Habermas de que a teoria do valor não se aplica às condições do capitalismo avançado será desenvolvida no item seguinte deste trabalho. Aqui, para o prosseguimento da exposição de suas idéias centrais, importa registrar que ele continua trabalhando com a referida teoria:

“essa reflexão mostra, em primeiro lugar, que as categorias clássicas fundamentais da teoria do valor são insuficientes para a análise da política governamental em educação, tecnologia, ciência. Também mostra que é uma questão empírica se a nova forma de produção de mais valia pode compensar a queda tendencial da taxa de lucro, isto é, se pode operar contra crises econômicas.” (Idem:76)

O Estado, no capitalismo avançado, não pode ser entendido nem como um órgão que age a reboque das determinações econômicas, nem como um órgão planejador a serviço do capital monopolista. O Estado está envolvido diretamente no processo de produção, uma vez que alterou as próprias determinações do processo de reprodução do capital. Deve se equilibrar, então, entre a tarefa de oferecer condições ao processo de acumulação e a de atender as demandas por valores de uso dos vários grupos populacionais. A primeira tarefa é complicada pela competição entre os interesses dos capitalistas individuais e do capital em geral. Dela, no entanto, depende a capacidade do Estado de responder à segunda, ou seja, atender às demandas por serviços públicos, de forma a manter a legitimação.

É neste quadro, em que o Estado é entendido enquanto um “acordo de classes” e crescentemente responsável pela condução da economia, em substituição ao mercado, que Habermas vai desenvolver uma classificação de possíveis tendências de crise, no capitalismo avançado. Estas dizem respeito ao sistema econômico, político e sócio-cultural.

As *crises econômicas* deslocam-se, nas novas condições do capitalismo avançado, para o sistema político, podendo se traduzir em crises de racionalidade ou, indiretamente, em crises de legitimação. É importante reafirmar que o autor permanece trabalhando com o pressuposto de que a economia capitalista contém contradições inerentes ao seu funcionamento: *“sustento que as sociedades capitalistas avançadas, pressupondo que não tenham no conjunto superado a susceptibilidade da crise intrínseca do capitalismo, estão em perigo pelo menos diante de uma destas possibilidades de crise”*. (Idem:67)

As *crises de racionalidade* dizem respeito aos problemas de condução da economia. Decorrem da incapacidade do sistema administrativo de responder aos imperativos do sistema econômico: *“a crise de racionalidade é uma crise sistêmica deslocada, a qual, como a crise econômica, expressa a contradição entre a produção socializada e interesses não generalizados e imperativos de condução”*. (Idem:64)

As crises de legitimidade decorrem da impossibilidade de o Estado atender o nível de expectativa de consumo dos grupos populacionais sem ameaçar as condições de reprodução do capital. Na tentativa de evitar estas duas modalidades de crise, o Estado deve se equilibrar entre duas tarefas:

“De um lado, supõe-se que eleve o nível necessário de impostos, subtraindo lucros e rendas, e use os impostos disponíveis racionalmente, de modo que os distúrbios das crises de crescimento possam ser evitados. Por outro lado, o soerguimento seletivo de impostos, o padrão discernível de prioridades do seu uso e os próprios desempenhos administrativos precisam ser constituídos de tal maneira que a necessidade de legitimação possa ser satisfeita. Se o Estado falha na tarefa anterior, há um déficit na racionalidade administrativa; se falha na primeira, resulta um déficit de legitimação.” (Idem:82)

O êxito dessas ações do Estado estariam comprometidas por inúmeros fatores. Por um lado, os agrupamentos individuais de capitalistas exercem influência nas decisões do Estado (às vezes, privatizando esferas da administração pública), em contradição com as necessidades do processo de acumulação em geral. Neste ponto, Habermas questiona a capacidade de o Estado funcionar como *“vontade coletiva do capital”*. No mesmo sentido, as decisões do Estado muitas vezes não estão respaldadas em um nível de informação tão elevado quanto o que é comum nas empresas monopolistas, ou as informações dependem dos próprios setores privados, impossibilitando a distância necessária à tomada de decisões independentes. Por outro lado, na medida que o Estado avança na compensação dos efeitos destrutivos do mercado, passa a admitir mais e mais elementos estranhos ao sistema, em uma situação em que se estende a necessidade de ações em busca de legitimação.

Habermas conclui, então, que: *“o teorema de crises baseia-se agora na reflexão que a crescente socialização da produção, ainda ajustada às metas privadas, consigo traz demandas irrealizáveis,*

porque paradoxais, perante o aparelho referido. Por outro lado, supõe que o Estado aja à maneira do capitalista coletivo. Ainda por outro lado, capitais individuais competitivos não podem formar ou executar uma vontade coletiva enquanto a liberdade de investimento não for eliminada.” (Idem:83)

Conseqüentemente, todas as modalidades de crise irrompem através do sistema sócio-cultural, uma vez que a integração social de uma sociedade depende da capacidade deste sistema produzir motivação. O sistema sócio-cultural produz motivações que garantem legitimação ao sistema político e, também, aos subsistemas educacionais e ocupacionais. Uma crise de motivação ocorre quando o sistema sócio-cultural muda de tal modo que seu produto se torna disfuncional para o Estado e para o sistema de trabalho social.

Para Habermas, as mais importantes motivações produzidas pelo sistema sócio-cultural consistem no privatismo civil e familiar-vocacional. O privatismo civil corresponde a estruturas do domínio público e denota o interesse na condução e manutenção dos desempenhos do sistema administrativo. O privatismo familiar-vocacional complementa o privatismo civil: diz respeito à orientação familiar para interesse em consumo e lazer, de um lado, e para a orientação de carreira adaptável à competição, de outro lado. Para demonstrar que ambos os padrões de motivação estão sendo destruídos, Habermas apresenta duas teses distintas: a) a ocorrência de erosão das tradições nos contextos em que estas atitudes eram previamente produzidas; b) o não desenvolvimento de equivalentes funcionais, pela lógica do desenvolvimento das atuais estruturas sociais.

As estruturas motivantes necessárias à sociedade burguesa seriam apenas parcialmente produzidas pela ideologia burguesa. As sociedades capitalistas sempre teriam sido dependentes das condições e limites culturais que não podiam reproduzir, alimentando-se parasitariamente dos restos de tradições, de heranças pré-capitalistas. A religião, tendo se transformado em crença subjetiva, não poderia mais satisfazer às necessidades negligenciadas de comunicação:

“mesmo em conjunção com os componentes seculares da ideologia burguesa (isto é, uma teoria empiricista ou racionalista do conhecimento, a nova física e o sistema de valores universais do moderno Direito Natural e do utilitarismo). Ideologias genuinamente burguesas, que vivem somente da sua própria substância, não oferecem apoio, em face dos riscos básicos da existência (culpa, doença, morte), às interpretações que superem a contingência; nem diante das necessidades individuais de salvação, quando estão desconsoladas; não tornam possíveis relações humanas com uma natureza fundamentalmente objetivada (com a natureza externa ou com o próprio corpo); não permitem acesso intuitivo às relações de solidariedade dentro de grupos ou entre indivíduos; não permitem ética política real; em qualquer caso, na vida política e social, acomodam-se a auto-interpretações objetivistas dos sujeitos atuantes.” (Idem:102)

A erosão das visões tradicionais do mundo ocorre em função da incompatibilidade destas com as forças generalizadoras sociais do sistema econômico e administrativo, por um lado, e, por outro, o desenvolvimento cognitivo decorrente de um sistema de ciência.

A mudança crescente das estruturas sociais também tem enfraquecido as orientações privatistas para o êxito profissional: o mercado perdeu sua credibilidade enquanto um mecanismo de distribuição de oportunidades de vida; o sistema educacional está se tornando crescentemente independente do sistema ocupacional, por consequência desfaz-se a conexão entre escolarização e mercado ocupacional; processos fragmentados e monótonos de trabalho estão crescentemente penetrando até naqueles setores, nos quais uma identidade podia previamente ser formada através do papel ocupacional; a motivação intrínseca do êxito é cada vez menos apoiada pela estrutura do mercado; aos níveis sub-proletários, uma crescente “*linha de pobreza*”, sustentada pelo Estado do Bem Estar Social, tende a se igualar aos padrões de vida dos grupos de baixa renda e dos grupos temporariamente libertos do processo de trabalho.

Todos esses indícios de crise de motivação alimentariam o processo de perda de legitimação do sistema. Uma vez que não há possibilidade de produção administrativa de significados, o Estado deve, em compensação, produzir respostas ao nível do valor de uso: *“a falta de legitimação precisa ser ultrapassada por recompensas conforme o sistema. Uma crise de legitimação surge assim que as demandas por tais recompensas cresçam mais rapidamente do que a quantidade disponível de valor, ou quando cresçam expectativas que não podem ser satisfeitas com tais recompensas.”* (Idem:96)

As contradições da estrutura de classes, ao serem deslocadas da esfera econômica para a administrativa, produziriam uma pressão universal em favor da legitimação, esvaziando a situação de auto-legitimação estabelecida anteriormente. A contradição fundamental pode irromper, assim, num questionamento das normas que estão baseando a esfera administrativa. O Estado busca sobretudo dirigir a atenção para tópicos secundários. A ampliação da esfera pública, no entanto, faz crescer as dificuldades em assuntos que outrora foram culturalmente considerados estabelecidos. Também o desenvolvimento da ciência faz crescer a demanda por critério de verdade. O sistema político assume a tarefa de planejamento ideológico. Mas *“não há produção administrativa de significado. A produção comercial e o planejamento administrativo de símbolos exaurem a força normativa das pretensões de validade contra os fatos. A busca de legitimação se auto-derrota, logo que o modo de procura é descoberto”*. (Idem:92)

3. MARX E O MARXISMO POR HABERMAS

Conforme detalhado, Habermas elabora uma caracterização do capitalismo avançado e avalia as perspectivas de que este sofra crises. O capitalismo avançado, amadurecido no período pós Segunda Guerra Mundial, é analisado tendo como contraponto o capitalismo

liberal. Neste último, a troca de equivalentes em um mercado competitivo é considerada o princípio organizativo da sociedade, o que conduz o sistema e o que lhe oferece legitimação. As funções do Estado, neste período, são reduzidas.

No capitalismo avançado, a troca de equivalente não é mais o princípio organizativo. Ocorre uma repolitização das relações de produção, que agora deslocam suas contradições para a esfera administrativa. A estrutura de classes foi alterada por um “*acordo de classes*”, que passa a ser o princípio organizativo da sociedade. O Estado tem suas funções modificadas na perspectiva de conduzir o processo econômico, evitando crises, e de garantir legitimação ao sistema. As modificações nas relações de produção tornam as categorias clássicas da teoria do valor de Marx insuficientes para a análise dos processos econômicos da sociedade capitalista avançada.

Diante do exposto, considera-se importante dialogar com o autor em duas perspectivas. Primeiro, buscando demonstrar que o entendimento que este tem da teoria do valor expressa os traços reducionistas mencionados inicialmente, ou seja, ocorre uma apropriação das categorias a despeito do método. Esta é uma leitura de Marx que pilha seus conceitos em uma relação que estranha o conjunto da obra. Segundo, apontando para a possibilidade de Habermas estar tratando o capitalismo avançado, na verdade, como uma sociedade “*pós-capitalista*”. Se assim o for, a teoria do valor e as suas categorias analíticas, de fato, não mais se aplicam ao seu entendimento, uma vez que estas, para Marx, são absolutamente históricas. Neste sentido, o autor não estaria questionando o “*núcleo duro*” do marxismo em função de sua inaplicabilidade às condições atuais do capitalismo e sim o “*núcleo duro*” do próprio capitalismo.

Para a caracterização do capitalismo avançado, Habermas parte de três elementos indicativos de alterações nas relações de produção, que tornam insuficientes as categorias clássicas fundamentais da teoria do valor. A primeira dessas alterações diz respeito à produção de mais-valia relativa. A participação do Estado na geração de

infra-estrutura utilizável pelo capital produtivo (como no desenvolvimento técnico-científico, no sistema educacional e na qualificação da força de trabalho) torna-se elemento indireto de geração de mais-valia relativa.

Habermas trabalha aqui com dois problemas para a aplicação da teoria do valor a esta nova situação. O primeiro diz respeito ao tratamento dado por esta teoria ao “trabalho reflexivo”. Segundo Habermas, esta teoria entende este trabalho como improdutivo:

“o trabalho reflexivo, isto é, o trabalho aplicado a si mesmo com o objetivo de incrementar a produtividade do trabalho, poderia ser olhado à primeira vista como uma mercadoria coletiva natural. Hoje ele é internalizado no ciclo econômico, pois o Estado (ou iniciativa privada) hoje gasta capital para adquirir a força de trabalho indiretamente produtiva de cientistas, engenheiros, professores etc., e para transformar os produtos do seu trabalho em bens diminuidores de custos da categoria a que se referir. Se alguém se apegar a uma estratégia dogmática conceitual e concebe o trabalho reflexivo como um trabalho improdutivo (no sentido marxiano), a específica função deste trabalho para o processo de realização é subestimado. O trabalho reflexivo não é produtivo num sentido de produção direta da mais-valia. Mas não é também improdutivo; pois então não teria efeito líquido na produção de mais valia.” (Idem:75-6)

Neste ponto, pode-se detectar uma dificuldade patente na apreensão das categorias da teoria do valor. Marx não diferenciou trabalho produtivo e improdutivo segundo o valor de uso do seu resultado. Para Marx, o trabalho é produtivo ou improdutivo dependendo do valor de uso deste para o seu empregador, ou seja, se a força de trabalho é utilizada ou não para produção de mais-valia:

“Trabalho produtivo portanto é o que - no sistema de produção capitalista - produz mais-valia para o empregador ou que transforma as condições materiais de trabalho em capital e o dono delas em capitalista, por conseguinte traba-

lho que produz o próprio produto como capital." (MARX, 1980:391)

Habermas está polemizando com a teoria do valor quando afirma que hoje o Estado ou a iniciativa privada usam capital para comprar a força de trabalho "*indiretamente produtiva de cientistas, engenheiros, professores etc.*". Mas, indiretamente produtiva, por que? Segundo a teoria do valor, se ela é comprada com capital e para valorizar capital, conforme afirma Habermas, é simplesmente força de trabalho produtiva. Marx oferece inúmeros exemplos para clarear o seu entendimento desta categoria:

"A mesma espécie de trabalho pode ser produtiva ou improdutiva. Milton, por exemplo, que escreveu o Paraíso perdido por 5 libras esterlinas, era um trabalhador improdutivo. Ao revés, o escritor que fornece à editora trabalho como produto industrial é um trabalhador produtivo. (...); o proletário intelectual de Leipzig, que sob a direção da editora produz livros (por exemplo, compêndios de economia), é um trabalhador produtivo; pois, desde o começo, seu produto se subsume ao capital e só para crescer o valor deste vem à luz." (MARX, 1980:396)

Habermas pressupõe, ainda, que Marx trata a ciência como a natureza, um "*bem livre coletivo*". Veja-se como ele interpreta uma citação de *O Capital*:

"Marx viu precisamente 'que até como dada magnitude do capital operacional, a força de trabalho, a ciência e a terra (pela qual são estendidas economicamente todas as condições de trabalho fornecidas pela natureza independente do homem), corporificada nele, formam poderes elásticos ao capital, permitindo-lhe, dentro de certos limites, um campo de ação independentemente da sua própria magnitude'. Porém ele foi capaz de tratar 'ciência' enquanto 'natureza', como um bem livre coletivo, sem ter de considerar o trabalho reflexivo expedido na sua produção como um fator peculiar de produção." (HABERMAS, 1980:76).

Certamente, no que diz respeito aos “*poderes elásticos*” do capital, Marx e Habermas estão oferecendo tratamento igual à questão. Mas o primeiro trata a ciência não como natureza – como diz o segundo, e sim como “*o produto do desenvolvimento histórico geral em sua quinta-essência abstrata*”. Quando tem seus resultados mobilizados produtivamente pelos trabalhadores assalariados,

“a ciência realizada na máquina se revela capital. E na realidade todo esse emprego, fundado no trabalho social e em grande escala, da ciência, das forças naturais e dos produtos do trabalho só aparece mesmo como meios de explorar trabalho, de apropriação de trabalho excedente, portanto, para o trabalhador, como aplicação das forças pertencentes ao capital.” (MARX, 1980:387)

Na verdade, o que Habermas parece estar querendo discutir é o fato de o Estado funcionar no capitalismo avançado como mediador desta produção de ciência, ou “*trabalho reflexivo*”, oferecendo-o gratuitamente para o capital. Primeiramente, considera-se que a mediação do Estado nesta produção, fornecendo infra-estrutura material e imaterial que aplainam o caminho da acumulação do capital, em nada modifica as relações de produção nos processos produtivos que, a partir desta mediação, se desenvolverão. De fato, esta função mediadora do Estado está presente na sociedade burguesa desde os seus primórdios, como reconhece Oliveira:

“De fato, a formação do sistema capitalista é impensável sem a utilização de recursos públicos, que em certos casos funcionaram quase como uma ‘acumulação primitiva’ desde o casamento dos tesouros reais ou imperiais com banqueiros e mercadores na expansão colonial até a despossessão das terras dos índios para cedê-las às grandes ferrovias particulares nos Estados Unidos, a privatização de bens e propriedades

da Igreja de Henrique VIII até a Revolução Francesa". (OLIVEIRA, 1988: 9).²

Quanto à questão de o trabalho reflexivo contratado pelo Estado ser ou não produtivo, isto independe, segundo a teoria marxiana do valor, do valor de uso que o seu resultado apresenta para o consumidor final. Depende, sim, do valor de uso para o seu empregador. Se é extraída mais-valia desse processo, então considera-se que o Estado está agindo indiretamente como capitalista, e os "trabalhadores reflexivos" que ele assalaria são produtivos. Se se considera que os salários deste setor são pagos com renda extraída de toda a sociedade, sob a forma de impostos e taxas, e o produto do trabalho devolvido gratuitamente aos capitalistas, esta ciência - ou este trabalho reflexivo - é, sim, um "bem" produzido e sustentado coletivamente, mas "livre" para os capitalistas.

Se se adota a primeira opção, pode-se comparar esta ação do Estado, enquanto potencializador da extração de uma parcela da mais-valia relativa para os capitalistas, com outra, do mesmo Estado, fornecedor de salários indiretos - e aí se trata de uma parte do capital variável, subsidiado através de benefícios sociais. Ambas as ações só podem ser analisadas no âmbito das lutas que capitalistas e assalariados desenvolvem pelo produto do trabalho, sendo o fundo público a forma que este trabalho assume.

Se se opta pela segunda, o Estado fornecendo um "bem livre" para os capitalistas, não se pode deixar de considerar que este trabalho, reflexivo ou não, é parte do trabalho social. Este trabalhador, por sua vez, é parte do trabalhador coletivo; se não se relaciona, ao nível do processo produtivo específico com o capitalista, se relaciona ao nível global com o capital. Todas estas construções, no entanto,

²No artigo "O surgimento do antivalor: capital, força de trabalho e fundo público", Oliveira analisa alterações profundas no processo de reprodução do capital na vigência do *Welfare State*, a partir da teoria do valor.

derivam da teoria do valor, que pode permanecer um instrumental útil, desde que bem compreendida. Utilizá-la para a análise da sociedade contemporânea passa por preservá-la no seu núcleo, para além das exegeses. O que significa flexibilizá-la em direção ao aproveitamento crítico de suas potencialidades. Aqui, cabe questionar a pertinência teórica de inúmeras formulações desenvolvidas no interior da tradição marxista, a respeito do caráter de cada categoria de trabalhador surgida no capitalismo das últimas décadas.

Muito deste programa de pesquisa foi mobilizado em discussões que buscavam dar conta da participação ou não de diferentes categorias na produção de mais-valia; centrando-se na definição do trabalho produtivo. O olhar atento para o interior dos diferentes processos produtivos acabou, muitas vezes, por desprezar o fato de que só na aparência importa ao capitalista a forma como ele explora os seus operários e empregados. Na realidade, os capitalistas exploram o conjunto da sociedade, incluindo os não proletários, os camponeses, os empregados etc.; mas, em primeiro lugar, exploram diretamente o proletariado. A massa de mais-valia reparte-se pelas diversas frações, incluindo os proprietários do solo, os comerciantes, as profissões ditas liberais etc., e essa repartição tem lugar a nível global. (Lefebvre, 1972:128) Neste sentido, a análise dos processos produtivos individuais não pode servir de biombo para a constituição, expansão e diferenciação do que é fundamental para a sociedade capitalista: o trabalhador coletivo. Se é verdade que a ofensiva do capital busca fragmentá-lo e diferenciá-lo, é, também verdade que qualquer projeto de emancipação passa por considerá-lo.

O mérito dessa discussão, em Habermas, diz respeito aos alcances e limites da ação do Estado em compensar a queda tendencial da taxa de lucro. Neste ponto, a despeito de afirmar que *“as categorias clássicas fundamentais da teoria de valor são insuficientes para a análise da política governamental em educação, tecnologia e ciência”*, ele conclui que *“é uma questão empírica se a nova forma*

de produção de mais valia pode compensar a queda tendencial da taxa de lucro". (Idem:76)

Ora, se Habermas pressupõe em funcionamento a lei tendencial da queda da taxa de lucro e vê a ação do Estado como tentativa de compensá-la, depreende-se que o núcleo da teoria marxiana do valor é resgatada. Pode-se, então, concluir com o autor, que a manutenção deste papel pelo Estado deve concorrer com outros para os quais os fundos públicos venham a ser demandados.

A segunda das alterações nas relações de produção apontadas por Habermas refere-se a uma "*estrutura salarial quase política, que expressa um acordo salarial*". Trata-se de discutir aqui se este fato questiona a atualidade da teoria do valor. Segundo o autor, estes preços políticos que ocorrem em setores do capital monopolista que contracenam com segmentos fortemente organizados dos assalariados, são majorados em relação ao que seria o salário fruto de um mercado de trabalho competitivo:

"não conhecemos padrão para os custos de reprodução da força de trabalho, independente das normas culturais, nem Marx parte de tal padrão. Sem dúvida, alguém pode apegar-se a uma estratégia dogmática conceitual e equacionar, por definição, o salário médio com os custos de reprodução da força de trabalho. Mas ao agir assim, prejudica num nível analítico a (sem dúvida) questão empiricamente substancial de saber se a nível de classe, organizada politicamente através de sindicalização, talvez tenha havido um efeito estabilizador apenas porque houve êxito num sentido econômico e alterou visivelmente a taxa de exploração em favor das partes melhor organizadas da classe operária." (Idem:77)

Não parece haver dúvida de que o estranhamento de Habermas diz respeito aos mecanismos de determinação do salário, que estariam provocando um desvio em relação ao que, por suposto, segundo a teoria marxiana do valor, deveria corresponder a um salário fixado em torno de um valor determinado em um mercado (comum) con-

correncial, situado em torno dos custos de reprodução da força de trabalho e adequado a padrões culturais da sociedade. O que para Habermas parece uma excrescência, para Marx é parte viva da lei:

“O valor da força de trabalho é formado por dois elementos, um dos quais físico e outro histórico ou social. (...) Se compararem os salários normais, isto é, os valores do trabalho em diferentes países e épocas históricas diferentes no mesmo país, verificareis que o valor da força de trabalho, em si, não constitui uma grandeza física, mas variável (...). O seu grau apenas é determinado pela luta incessante entre o capital e o trabalho (...). Tudo se reduz à questão da relação das forças dos combatentes.” (MARX, 1980:52-3)

Assim, “preços políticos” para a força de trabalho é uma redundância. Este preço é sempre resultado de embates, sendo o mercado e o padrão cultural componentes que interagem nesta arena. Por outro lado, quando Habermas parte do salário para chegar ao valor da mercadoria força de trabalho, coloca-se próximo aos economistas burgueses criticados por Marx, que procuravam a formação do valor na esfera da circulação.

Na verdade, o rigor no entendimento da teoria do valor implica em reconhecer que o valor da força de trabalho é o valor do próprio capital novo, produzido no processo de trabalho. Quando Marx relaciona o valor da força de trabalho com o valor das mercadorias necessárias à sua produção e reprodução está, de fato, explicando valor com outro valor também redutível a trabalho. Concretamente, à proporção em que este valor novo vai se dividir entre salário e lucro, trabalho pago e mais-valia, ou ainda salário, lucro, juro e renda fundiária, em nada altera a quantidade de valor produzida, que é determinada pela produtividade social do trabalho. Portanto, falar de valor da força de trabalho é falar de capital. Falar de salário é falar de correlação de forças e luta de classes, seja no mercado, seja na arena política.

A maneira pela qual esta correlação de forças se desenvolve, não só entre capital e trabalho, mas também entre capitais individuais que disputam a mais valia social, vai determinar o quanto cada classe, fração de classe ou capitalistas individuais vão se apropriar do valor produzido.

A redução do trabalho socialmente necessário à produção e reprodução do trabalhador, por outro lado, é fundamental para a mais-valia relativa. O quanto do resultado de uma maior produtividade vai se traduzir em salário, por sua vez, é consequência direta da luta de classes. Se esta luta se desloca crescentemente da esfera imediata da produção em direção a espaços institucionalizados como sindicatos, parlamentos etc. - gerando o que Habermas chama de "*preços políticos*" - é porque os instrumentos forjados historicamente pelo trabalho indicam a necessidade de este contracenar com o capital em geral.

As elaborações de Habermas parecem ainda estranhar, no conjunto, o elemento luta de classes como parte constitutiva da lei do valor, como se esta fosse uma elaboração puramente econômica, da qual Marx deduziu um relacionamento entre classes. Nesse sentido, é esclarecedor repetir uma passagem habermasiana já anteriormente citada:

"Embora a teoria do valor seja também destinada a cumprir a tarefa e uma crítica do fetichismo da mercadoria e dos fenômenos culturais derivados da sociedade burguesa, ela é diretamente uma análise do processo econômico de reprodução. As categorias fundamentais da teoria do valor são assim estabelecidas de tal maneira que as proposições que se seguem de uma teoria de acumulação contraditória do capital podem ser transformadas em hipóteses teóricas de ação da teoria de classes. Marx opta abertamente pela possibilidade de retraduzir os processos econômicos de utilização de capital, ocorrendo dentro dos limites da estrutura de classes, rumo a processos sociais entre classes - de qualquer modo ele é o autor do O 18 Brumário tanto quanto d'O Capital."
(Idem:45)

A primeira ressalva a ser feita a Habermas é a de que a própria cronologia da obra de Marx corrobora a tese de que seu processo intelectual vai do entendimento dos conflitos sociais em direção a seus fundamentos econômicos. Já nos seus primeiros trabalhos, “Introdução a uma Crítica da Filosofia do Direito de Hegel” e a “Questão Judaica”, publicados em *Os Anais Franco-Alemães*, em 1844, esboça-se a noção de luta de classes como motor da história. Seus estudos posteriores não só reafirmam este princípio como já traduzem sua preocupação em relacionar teoria e prática. Em 1852, com a publicação de *O 18 Brumário*, sua teoria é aplicada a uma situação histórica concreta. Quando em 1859 publica *Para a Crítica da Economia Política* generaliza o que parece ser a sua trajetória intelectual, afirmando que “os homens adquirem consciência dos conflitos que se verificam no mundo econômico no terreno das ideologias”. No posfácio da segunda edição de *O Capital*, datado de 1873, Marx faz um alerta aos leitores sobre o nível de abstração de sua obra que, por certo, não foi suficientemente considerado por Habermas:

“é, sem dúvida, necessário distinguir o método de exposição formalmente, do método de pesquisa. A pesquisa tem de captar detalhadamente a matéria, analisar as suas várias formas de evolução, rastrear sua conexão íntima. Só depois de concluído esse trabalho é que se pode expor adequadamente o movimento real. Caso se consiga isso, e espelhada idealmente agora a vida da matéria, talvez possa parecer que se esteja tratando de uma construção a priori.” (MARX, 1988:26)

Mas o fundamental é que a análise econômica de Marx não pode ser separada da análise sociológica ou política. Quando Habermas afirma que as as categorias fundamentais da teoria do valor são transformadas em hipótese teórica de ação da teoria de classes, ignora que a teoria do valor, tal qual aparece em *O Capital*, é uma elaboração que, no concreto, é inseparável da luta de classes. O próprio capital, por sua vez, não é tratado como uma categoria econômica

que se desenvolve em uma “estrutura de classes”, como parece supor Habermas. O capital é entendido enquanto uma relação social, ou seja, enquanto um processo social entre classes. No mesmo sentido, para Marx o proletariado não é uma categoria estática ou isolada, ela é relacional. Quando, no primeiro livro de *O Capital*, Marx parte da mercadoria, é porque considera que nesta encontram-se as relações sociais reificadas. Assim, “na mercadoria já está incluída, e mais ainda na mercadoria como produto do capital, a reificação das determinações sociais da produção e a subjetivação dos fundamentos materiais da produção”. (MARX, 1986:313) Nisto consiste o “economicismo” de Marx.³

Na análise habermasiana o terceiro indicador de alterações nas relações de produção diz respeito “à crescente necessidade de legitimação do sistema político, que traz ao jogo demandas orientadas aos valores de uso (demandas que, em certas circunstâncias, estão em competição com as necessidades de realização do capital)”. (Idem, 1980:74)

Este ponto é, com certeza, o de maior interesse para o entendimento da caracterização que o autor faz do capitalismo avançado, ou de suas tendências de desenvolvimento e de crise:

“O interesse atrás do exame das tendências de crise nas sociedades de classe tardiamente capitalistas e pós-capitalistas”⁴

³É interessante registrar que Habermas despreza, neste texto, interloquções fundamentais para a discussão da obra de Marx, como exemplo, a de Lukács, do qual, como atestam outras de suas obras, é leitor. A seguinte afirmação de Lukács (1974:35) seria suficiente para provocar um questionamento da leitura habermasiana de Marx: “O que distingue, decisivamente, o marxismo da ciência burguesa não é a tese de um predomínio dos motivos econômicos na explicação da história; é o ponto de vista da totalidade.”

⁴Habermas inclui aqui as sociedades socialistas: “designo sociedades de socialismo de Estado, tendo em vista sua disposição elitista dos meios de produção, como ‘sociedades pós-capitalistas’”. (Idem:30).

está na exploração das possibilidades de uma sociedade “pós-moderna”, isto é, um princípio historicamente novo de organização e não um nome diferente para o surpreendente vigor de um capitalismo idoso.” (Idem:30)

Habermas parece já encontrar este “princípio historicamente novo” na sociedade capitalista avançada. Assim, ao discutir o que ele considera alterações nas relações de produção e estrutura de classes, o que está em questão é o que, pelo menos para na análise marxiana – e neste ponto é com este instrumental que Habermas está trabalhando – caracteriza uma formação histórica capitalista. Neste sentido é que se entende a proposição de que a relação de troca deixou de ser mediadora das relações sociais. Na verdade, no capitalismo avançado, as relações sociais se desenvolveriam, crescentemente, em torno de valores de uso:

“A questão é se – e até que ponto, a estrutura de classes e o princípio de organização que se desenvolvera no capitalismo liberal fora alterado através do acordo de classes – não pode ser examinada sob o ponto de vista do modo pelo qual o princípio de escassez e o mecanismo da moeda se comportam ao nível do sistema social. Pois a monetarização da propriedade fundiária e do trabalho e a ‘monetarização progressiva dos valores de uso diários da vida, que assim foram excluídos da circulação monetária’, não indicam conclusivamente que a troca permaneceu o meio dominante sobre as relações sociais. (...) O que é decisivo, para a estrutura de classes, é se a renda real do trabalhador dependente é ainda baseada numa relação de troca ou se a produção e apropriação da mais-valia, são limitadas e modificadas pelas relações de poder político, em vez de depender apenas do mecanismo de mercado.” (Idem:54-5)

Retomando, Marx – uma vez que Habermas utiliza estas alterações nas relações de produção para negar a utilidade da teoria do valor na análise do capitalismo avançado – distingue duas características fundamentais da sociedade capitalista:

“São dois os traços característicos que de antemão distinguem o modo de produção capitalista. Primeiro. Ele produz seus produtos como mercadorias. Produzir mercadorias não o diferencia de outros modos de produção; mas sim que ser mercadoria é o caráter dominante e determinante de seu produto. Isso implica inicialmente que próprio trabalhador só aparece como vendedor de mercadoria e, daí, como assalariado. Depois do que já foi desenvolvido até agora, é supérfluo demonstrar de novo como a relação entre capital e trabalho assalariado determina todo caráter do modo de produção.(...) A segunda característica que marca especialmente o modo de produção capitalista é a produção da mais valia como finalidade direta e motivo determinante da produção.” (MARX, 1986:312)

O que diferencia esta produção de mercadoria na sociedade capitalista, por sua vez, é a produção socialmente determinada de seu valor, cujo valor de uso é apenas suporte:

“Os valores de uso constituem o conteúdo material da riqueza, qualquer que seja a forma social desta. Na forma de sociedade a ser por nós examinada, eles constituem, ao mesmo tempo, os portadores materiais do valor de troca.” (MARX, 1988:46)

É neste sentido que podemos entender a mercadoria como suporte de troca do trabalho humano e objetivando relações sociais.

Assim, quando Habermas aponta para a possibilidade de que no capitalismo avançado as relações sociais estejam sendo crescentemente determinadas por valores de uso, ele está, de fato, aventando a possibilidade de se estar convivendo com um modo de produção diferente do capitalista. Nesta perspectiva, a teoria do valor, elaborada a partir de relações sociais historicamente determinadas, certamente se mostrará insuficiente. Como assinalamos anteriormente, Habermas acaba colocando em questão o “núcleo duro” do capitalismo e não o da teoria do valor.

Quando Habermas questiona a troca como meio determinante das relações sociais, o faz partindo da proposição de que troca econômica exclui a determinação política. Desta forma, os acordos de salários e a disputa política por ações do Estado que potencializem a extração de mais-valia, descaracterizariam a relação de troca que possa ser apreendida pela teoria do valor. Não se pode deixar de registrar aqui, inclusive – uma vez que esta caracterização é feita tendo como contraponto o capitalismo liberal – que ocorre na análise deste último, uma certa idealização. É como se este estivesse, durante seu desenvolvimento, livre de lutas políticas: um mercado de trabalho absolutamente desregulado, mercados nacionais plenamente concorrenciais e ação do Estado restrita a regulamentações superestruturais.

Considera-se, pelo contrário, que as lutas políticas acompanham todo o desenvolvimento do capitalismo e que Marx as apreendeu, na teoria do valor, a partir da luta de classes. Insistir nisto não significa dizer que o capitalismo não mudou. Mas, considerar que as modificações observáveis no capitalismo ao longo de sua história possam ser explicadas pela luta de classes e pela concorrência capitalista. O Estado, por sua vez, é parte e resultado desse processo. Como são parte e resultado desse processo os preços de monopólio que acompanham o desenvolvimento do capitalismo bem antes do *Welfare State*. Nesses últimos, os preços se afastam do valor em função dos mecanismos exercidos pelas empresas ao nível do mercado, sem que a lei do valor deixe de se encontrar em funcionamento.

Aqui, uma questão é particularmente pertinente. Habermas considera que o Estado agora busca “*a meta declarada de condução do sistema para evitar crises*” e, por isso, “*o relacionamento de classe perde sua forma apolítica*” que caracterizava o capitalismo liberal, que tinha o mercado como condutor. Para manter a legitimação, em uma situação de repolitização das suas ações – que tem que dar conta de demandas sociais, pressões de grupos de interesses privados (onde incluem-se os capitalistas) e de manter o funcionamento do

sistema, ou seja, o processo de acumulação — o Estado necessita de uma estrutura de classes mantida em lutas em torno da distribuição “administrativamente mediada dos incrementos do produto social”.

Para Habermas, esta legitimação é dependente de “estruturas de domínio público despolitizado”.

“Na extensão em que o Estado não mais representa apenas a supraestrutura de um relacionamento político de classe, os meios formalmente democráticos em busca de legitimação se demonstram peculiarmente ativos. (...) Um privatismo civil estruturalmente assegurado torna-se necessário para a contínua existência, porque não há equivalente funcional para ele (o mercado). Donde, surge um novo nível de suscetibilidade à crise que não pode ser apreendido pela posição ortodoxa.” (Idem:78)

A “posição ortodoxa”⁵ com a qual Habermas pretende dialogar parece se vincular a idéia de um Estado absolutamente subordinado aos interesses de classe da burguesia. Um Estado fruto de “acordo de classes”, tal como Habermas identifica no capitalismo avançado, estaria em franca contradição com a análise marxiana. Embora seja forçoso reconhecer que em Marx o Estado em essência representa os interesses da classe mais potente e dominante na sociedade, a teoria marxiana do Estado é, como interpreta Hobsbawm,

“bastante mais complexa que a simples equação: poder coercitivo do Estado = domínio de classe. Reconhece-se ao Estado pelo menos a função de mecanismos negativos que impede a

⁵É importante registrar que, a despeito de Habermas insistir em dialogar com as posições mais dogmáticas produzidas pelos vulgarizadores de Marx (desprezando posições mais ricas e um amplo debate no interior do marxismo), em *A crise de legitimação do capitalismo tardio* é possível se identificar, mesmo que para se opor ao que considera marxismo “ortodoxo”, aspectos políticos e culturais (inclusive linguísticos) que já haviam sido objeto das preocupações de Gramsci ao tratar da questão da hegemonia. Mas Gramsci não é mencionado nessa obra.

desagregação social na sociedade de classes, e de mecanismo positivo para a regulamentação do conflito entre interesses privados e públicos da burguesia. Reconhece-se, ademais, o elemento de dissimulação do poder mediante a mistificação ou a ostentação do consenso, implícito no fato de que o Estado parece estar acima da sociedade. Por outro lado, são evidentes as razões pelas quais na prática política de Marx e do movimento proletário não se insistia nesses elementos". (HOBSBAWM, 1987:309)

É nesta perspectiva que Marx, quando analisa os regimes posteriores a 1848 na França, como o de Napoleão III, não os define simplesmente como governos da burguesia. Pelo contrário, vai identificar nestes, uma relativa independência do Estado com relação à "sua" classe. (*Idem*:306) No *Manifesto Comunista*, por sua vez, texto que objetiva intervir na luta de classes e colher adesão a um projeto político, o "governo do Estado moderno não é senão um comitê para gerir os negócios comuns de toda a classe burguesa". (MARX, 1985:10)

Mas a questão que se depreende da por Habermas colocada é a seguinte: o Estado no capitalismo avançado – e aqui entenda-se o *Welfare State* – fruto da luta dos assalariados por conquistas sociais e, também, dos capitalistas por intervenção nas crises econômicas, politiza a luta de classes? O Estado, ao ser responsabilizado por parte da reprodução da classe trabalhadora, desfetichiza a mercadoria força de trabalho?⁶

Para Habermas, o Estado é fruto de um acordo de classes e tanto o valor da força de trabalho como a mais-valia são frutos de acordos

⁶Uma variante desta questão é discutida por Lucien Goldmann (1967) em "A reificação" – ensaio publicado em 1959 e que desenvolve as teses de *História e consciência de classe*, de Lukács. Neste ensaio, Goldmann aponta para a possibilidade de um enfraquecimento progressivo de reificação e reforço do papel do valor de uso em decorrência da crescente intervenção do Estado nas economias capitalistas após 1933.

políticos. O Estado deve administrar este acordo. Isto, segundo o autor, invalida a teoria do valor e modifica a estrutura das relações de produção.

Diferentemente de Habermas, adota-se a perspectiva de que a crescente determinação do preço da força de trabalho, através de lutas políticas que resultam em salários indiretos como seguro de desemprego, aposentadoria proporcional, auxílio gestante, educação, saúde e outros elementos do *Welfare State*, aprofunda o conflito capital-trabalho e a politização das relações de produção na sociedade. Em especial, contribui para desmistificar a suposta troca de equivalentes operada no mercado. Aqui nos permitimos lançar mão da teoria do valor para concordarmos com Habermas em relação à crise de legitimação. A teoria do valor, nesta perspectiva, ao invés de perder sua eficácia explicativa, encontra-se crescentemente revelada nas próprias lutas que as diferentes classes ou frações de classe desenvolvem pelo produto do trabalho.

O quanto isto é traduzido em uma maior transparência da sociedade capitalista não pode ser, entretanto, linearmente deduzido. O Estado e as articulações de várias espécies e em vários planos que desenvolvem os proprietários dos meios de produção, têm como pressuposto uma racionalidade que é intrinsecamente mistificadora. Habermas, com propriedade, destaca os mecanismos que estes podem desenvolver quando analisa a busca de legitimação do Estado no capitalismo avançado. Da mesma forma, não se pode garantir que ocorra, por parte dos trabalhadores, uma apropriação crítica dessa nova realidade de classe. Pode-se inferir, contudo, uma desfetichização da força de trabalho, enquanto mercadoria, na medida que se reivindica o sustento da mesma com base em necessidades, aspirações, produtividade etc., por fora da referência do mercado. Aí, o ataque ao "núcleo duro" do capitalismo é realizado, como se poderia depreender pela teoria do valor, a partir da luta de classes. Ou, como preferiria Habermas, pela ação comunicativa. Mas pela ação comunicativa entre sujeitos forjados historicamente; que

têm apresentado a capacidade de se constituírem em atores numa interlocução que, a partir da anonimação anti-classe de Habermas, se revelaria em um diálogo de surdos, muito ao gosto das posturas “pós-modernas”.

3. EM BUSCA DE UM SUJEITO: CONSIDERAÇÕES FINAIS

Iniciou-se o segundo item desse ensaio esclarecendo que, para Habermas, a contradição básica do capitalismo avançado permanece sendo a apropriação privada da riqueza produzida socialmente. Esta contradição se revela na medida em que é submetida à examinação discursiva.

Os problemas da sociedade mundial (de natureza ecológica, antropológica, de equilíbrio internacional), no entanto, não podem ser analisados como expressões de crise específica do sistema capitalista. As sociedades capitalistas, por sua vez, determinam os limites dentro dos quais estes problemas podem ser tratados. Quando discute o equilíbrio ecológico, no entanto, Habermas é conclusivo:

“As sociedades capitalistas não podem seguir imperativos de limitação de crescimento sem abandonar seu princípio de organização; uma transferência do crescimento natural, não planejado, para o crescimento qualitativo, requeriria que a produção fosse planejada em termos de valores de uso. O desenvolvimento das forças produtivas não pode entretanto, ser desacoplado da produção de valores de troca sem violar a lógica do sistema.” (HABERMAS, 1980:59)

Atentando para esta afirmação, não se pode deixar de enfatizar uma certa dubiedade em sua obra, na medida que no centro de sua caracterização do capitalismo avançado está a identificação de alterações nas relações de produção em função do esvaziamento das relações de troca, como princípio condutor da economia.

Paradoxalmente, o desenvolvimento das forças produtivas permanece determinado pela produção de valores de troca. Mesmo quando analisa a ação do Estado, Habermas identifica a dificuldade de este intervir racionalmente na condução da economia, em função das contradições entre os interesses dos capitalistas individuais e do capital em geral. Preserva, assim, a lógica dos capitais individuais de perseguirem a lucratividade máxima e o caráter anárquico da produção capitalista.

Esta dubiedade, entretanto, parece dever-se a uma certa necessidade de autonomizar as esferas econômica, social e política, diferenciando-se de um privilegiamento da esfera econômica, que seria, segundo o autor, característico da análise marxiana. O efeito parece ser o de uma funcionalização das esferas, que resulta, segundo a classificação que o mesmo opera, em um privilegiamento do político nas formações sociais tradicionais, do econômico na formação capitalista liberal e, por último, de uma repolitização do econômico no capitalismo avançado. Considera-se que Habermas perde, com isto, a possibilidade de proceder uma análise que apreenda a articulação dialética entre estas esferas, conforme preocupação de Marx, acabando por ganhar, no método, uma aproximação do “economismo” que nele critica.

Como salientado no desenvolvimento deste ensaio, Habermas opera com os pressupostos da sua teoria da ação comunicativa. Nesta linha, sua tese para a perda de legitimação do capitalismo avançado baseia-se no estabelecimento de uma contradição entre as necessidades de condução do sistema e o desenvolvimento de uma ação comunicativa, que é dependente de pretensões de validade. Esta ação comunicativa desenvolve-se na esfera do “*mundo da vida*” e é a partir dela que Habermas coloca para a sociedade a utopia da comunidade. Quando fala nas relações que se estabelecem no “*mundo da vida*” parece estar resgatando as ações do tipo “*afetivas*”, em contraposição às ações “*instrumentais*”, tal e qual a tipificação weberiana.

Deste modo, ele vislumbra uma saída para a “prisão de ferro” de Weber (1981:131) e, no mesmo sentido, distancia-se do pessimismo da Escola de Frankfurt. Analisando o conjunto de sua obra, diz Freitag:

“Habermas acredita no potencial de racionalidade inerente à razão comunicativa, parcialmente institucionalizada na linguagem cotidiana. Além da linguagem, a razão comunicativa encontra-se também concretizada, até certo ponto, nos procedimentos políticos das democracias parlamentares ocidentais e nas diferentes esferas de valor (arte, ciência, direito e moral), que constituem ‘nichos’, de racionalidade das sociedades contemporâneas. A razão comunicativa e a nova concepção de verdade que dela decorre não são, por isso mesmo, encaradas como uma utopia que aguarde indefinidamente sua concretização social, mas como realidades sociais que, apesar de ainda esparsamente institucionalizadas, já fazem parte do nosso cotidiano, nos mais diferentes níveis.” (FREITAG, 1990:113)

Se a análise que Habermas desenvolve do capitalismo avançado é otimista – sem deixar de ser crítica – no que diz respeito às possibilidades da emancipação humana, em *A crise de legitimação do capitalismo tardio*, as possibilidades dessa emancipação parecem estar ancoradas na desintegração social desta sociedade. Assim, quando ele afirma que a “reprodução de estruturas confiáveis de intersubjetividade” encerra contradições com a estrutura de classes, esta reprodução parece se dar sem a necessidade de intervenção articulada, armada de uma visão de mundo, que se contraponha à esta estrutura. Da mesma forma, quando ele demonstra a erosão da visão tradicional de mundo e das estruturas geradoras de motivação, está delineando uma perspectiva de desintegração social que não se articula com a construção de uma nova forma de integração.

Inferese daí que Habermas, ao buscar se diferenciar do que seria uma perspectiva determinista em Marx (que partiria da reprodução

das condições econômicas em direção à uma ação entre classes), acaba por reproduzir, através da perspectiva da comunicação, uma outra matriz de determinismo. Dizer isto, por sua vez, não significa desprezar o esforço do autor no sentido de realizar uma análise compreensiva da sociedade, em que se destaca a tentativa de captação do sentido das ações dos indivíduos, dos nexos que as determinam e das suas relações com os mecanismos estruturais que esta sociedade desenvolve.

Mas, a despeito deste esforço, evidencia-se a total ausência de sujeitos na transformação estrutural que ele vislumbra para o capitalismo. A dimensão de uma ação organizada em termos de classe social é excluída, nos seguintes termos:

“Sou de opinião que a contradição da produção socializada para fins particulares, portanto, diretamente assume uma forma de nova política, naturalmente não aquela de guerra política de classes. Porque, em políticas do capitalismo avançado, ocorrem na base do sistema, crises processadas e reprimidas em constantes disputas (entre coalisões desluzantes e com fragmentada consciência de classe), que podem alterar os termos de acordo de classes.” (Idem, 1980:55-6)

Habermas não oferece, no entanto, alternativas para o problema da articulação de uma vontade coletiva que se contraponha à estrutura da sociedade capitalista. O sujeito das transformações parece ser a própria comunicação. Qualquer pretensão de organizar essa vontade, para ele, parece situar-se em um plano monológico.

Em texto mais recente, Habermas explicita melhor seu pensamento nesta área. Diferencia três arenas na sociedade que podem agir no direcionamento político: uma primeira, onde situam-se as elites políticas que atuam no interior do Estado; uma segunda, de um grande grupo de atores coletivos que influem uns sobre os outros, formando coalizões, controlando o acesso aos meios de produção e comunicação e, já menos nitidamente reconhecível, delimitando o campo para a tematização e resolução das questões políticas e uma

última arena que se encontra abaixo, onde os atores não disputam poder mas rivalizam com a hegemonia cultural. Nesta arena,

“não se luta diretamente por dinheiro ou poder, mas por definições. Trata-se da integridade e da autonomia de estilos de vida, como, por exemplo, a defesa de subculturas tradicionalmente estabelecidas ou a transformação da gramática de formas de vida legadas. Exemplos de um oferecem movimentos regionais e, de outro, os movimentos feministas ou ecologistas. Essas lutas permanecem quase sempre latentes, elas têm lugar nos microdomínios da comunicação cotidiana, apenas de vez em quando condensam-se em discursos públicos e em intersubjetividade de nível mais alto.” (HABERMAS, 1987:113)

Sua conclusão é de que qualquer projeto que queira redirecionar as forças em favor do *“exercício solidário do governo”* tem que mobilizar esta última arena em detrimento das duas primeiras. A respeito da ação dos partidos políticos, no entanto, adverte:

“As esferas públicas autonômas teriam de alcançar uma combinação de poder e autolimitação mediada que poderia tornar os mecanismos de autoregulação do Estado e da economia suficientemente sensíveis diante dos resultados orientados-a-fins da formação radicalmente democrática da vontade. Provavelmente isso só pode dar certo se os partidos políticos renunciarem irremediavelmente (isto é, sem dar lugar sequer a um equivalente funcional) a uma de suas funções: a produção da lealdade de massas.” (Idem:113-14)

Sem dúvida, a crítica de Habermas é dirigida aos partidos de esquerda ou partidos socialistas, uma vez que a *“adesão”* das massas à ordem capitalista não é, no principal, construída a partir de partidos políticos, mas de um conjunto de esferas que vai da escola, à empresa, aos meios de comunicação, à igreja etc. Sem dúvida, também, a quase totalidade dos partidos políticos de esquerda, ao longo de suas histórias, tem ensejado todo tipo de crítica.

Mas, aqui, importa mais registrar que esta ordem capitalista tem sido capaz de engendrar, em todas as áreas, de todas as formas, questões novas que acabam por se constituir em “cortinas de fumaça” que obscurecem sua velha e profunda contradição. A própria fragmentação da classe trabalhadora, impossível de não ser reconhecida e considerada, tem sido utilizada, por posições políticas e teóricas de diferentes matizes, como argumento contra a necessidade ou possibilidade de construção unitária de um projeto político emancipador.

É assim que se pode inferir uma certa adesão à ordem por parte do discurso pós-moderno, com o qual Habermas, apesar de polemizar, nesta questão oferece um paralelo. Ao destacar a identidade de grupos, desligada da contradição que reconhece como a fundamental da sociedade capitalista; ao questionar a disputa de direção política por parte dos partidos, Habermas acaba por calar frente à “lealdade” das massas ao capital. Relativiza, na verdade, sua crítica à sociedade do capital.

Dizer isto não significa desprezar as diferenças ou as novas formas de expressão dos movimentos sociais. Neste sentido, é fundamental a formulação de Harvey, atentando para a necessidade do tratamento da diferença e da “alteridade” se dar

“não como uma coisa a ser acrescentada às categorias marxistas mais fundamentais (como classe e forças produtivas), mas como algo que deveria estar onipresente desde o início em toda tentativa de apreensão da dialética da mudança social. A importância da recuperação de aspectos da organização social como raça, gênero, religião, no âmbito do quadro geral da investigação materialista histórica (com a sua ênfase no poder do dinheiro e na circulação do capital) e da política de classe (com sua ênfase na unidade da luta emancipatória) não pode ser superestimada.” (HARVEY, 1993: 320)

Por último, se o capitalismo encerra contradições inerentes ao seu funcionamento e se o seu desenvolvimento atual revela condições

de perda de legitimidade, as condições suficientes para sua superação não estão dadas e encontram-se “num plano mais profundo, inseridas na dialética internalizada do pensamento e da produção de conhecimento. Pois sempre é verdade que, como disse Marx ‘erigimos nossa estrutura na imaginação antes de a erigirmos na realidade’”. (HARVEY, 1993:307)

BIBLIOGRAFIA

ANDERSON, P., *A crise da crise do marxismo. Introdução a um debate contemporâneo*. São Paulo, Brasiliense, 1984.

FREITAG, B., *A teoria crítica ontem e hoje*. São Paulo, Brasiliense, 1980, 3ª edição.

GOLDMANN, L., *Dialética e cultura*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1967.

HABERMAS, J., *La crisi della razionalità nel capitalismo*. MATURO. Roma-Bari, Laterza & Figli, 1975.

———. *A crise de legitimação do capitalismo tardio*. Rio de Janeiro, Edições Tempo Brasileiro, 1980.

———. “A nova intransparência”. In: **Novos Estudos Cebrap**, n.º 18, set. São Paulo, 1987.

HARVEY, D., *Condição pós-moderna*. São Paulo, Edições Loyola, 3ª edição, 1993.

HOBSBAWM, E. J., “Aspectos políticos da transição do capitalismo ao socialismo”. *História do Marxismo. O marxismo no tempo de Marx*. São Paulo, Paz e Terra, 3ª edição, 1987.

IANNI, O., “A crise de paradigmas na sociologia”. In: **CADERNOS DO IFCH**, n.º 20, IFCH, UNICAMP, 1990.

- LEFEBVRE, H., *O pensamento marxista e a cidade*. Lisboa, Editora Ulisséia, 1972.
- LIPIETZ, A., *Audácia. Uma alternativa para o século 21*. São Paulo, Editora Nobel, 1991.
- LUKÁCS, G., *História e consciência de classe*, Biblioteca Ciência e Sociedades, Publicações Escorpião, Lisboa, 1974.
- MARX, K., “Salário, preço e lucro”. In: *Coleção Os Pensadores*, Abril Cultural. 2ª edição, 1978.
- . *Teorias da mais-valia. História crítica do pensamento econômico*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1980.
- . *Manifesto comunista*. São Paulo, Editora Nova Stella, 6ª edição, 1985.
- . *O Capital*. Livro III, Vol. III. São Paulo. Nova Cultural, 1986.
- . *O Capital*. Livro I, vol. I. São Paulo, Nova Cultural, 3ª edição, 1988.
- MCCARTHY, T., *The critical theory of Jürgen Habermas*. MIT Press, Cambridge, Mass. e Londres, 1985.
- OLIVEIRA, F., “O surgimento do antivalor: capital, força de trabalho e fundo público”. In: **Novos Estudos Cebrap**, nº 22, out. São Paulo, 1988.
- WEBER, M., *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo, Editora Pioneira, 2ª edição, 1981.

HABERMAS E A FUNDAMENTAÇÃO DA CIÊNCIA SOCIAL CRÍTICA

DA TEORIA DO CONHECIMENTO AO CONCEITO DE AÇÃO COMUNICATIVA

Ricardo Silva

1. INTRODUÇÃO

Jürgen Habermas tem se afirmado rapidamente como um autor clássico nas Ciências Sociais contemporâneas. Continuador originalíssimo da tradição iniciada pela Escola de Frankfurt, Habermas tem realizado contribuições nas áreas da epistemologia, metodologia e em questões substantivas de teoria social, as quais tem sido objetos do interesse de inúmeros críticos e seguidores de sua obra.

A finalidade deste artigo é reconstruir os elementos principais do esforço habermasiano de fundamentação de uma Ciência Social crítica com intenção prática.

Inicialmente procuraremos analisar a primeira tentativa de síntese sistemática dos fundamentos da teoria crítica, elaborada por Habermas em *Conhecimento e interesse*. Veremos como o autor procede à crítica do positivismo através da tentativa de fundamentar o conhecimento humano em interesses cognitivos constituintes da espécie humana enquanto tal.

Em seguida, mostraremos algumas das debilidades presentes nesta primeira tentativa de síntese dos fundamentos da teoria crítica, as quais foram percebidas pelo próprio autor e por seus críticos pouco depois da publicação da obra citada.

Por último, nossa atenção irá concentrar-se na reelaboração dos fundamentos da teoria crítica motivada pela percepção das debilidades da síntese anterior. Veremos como, através do abandono da filosofia da consciência e de uma ênfase mais acentuada na filosofia da linguagem, Habermas constrói o conceito de ação comunicativa, elemento chave de sua atual teoria crítica.

2. TEORIA DO CONHECIMENTO

Ao final dos anos sessenta, Habermas realiza o que se pode considerar sua primeira tentativa de oferecer uma síntese sistemática dos fundamentos de uma teoria crítica da sociedade. Com a publicação de *Conhecimento e interesse*, em 1968, consagrou-se o esforço do autor na elaboração de uma crítica à epistemologia positivista – que expandia sua influência no meio acadêmico alemão – em termos diferentes daqueles propostos por outros representantes da teoria crítica, particularmente por Adorno, cuja concepção exclusivamente negativa do movimento do pensamento crítico acabava, paradoxalmente, resultando na supressão dos próprios fundamentos da crítica.

A epistemologia positivista sustenta que todo conhecimento científico deve pautar-se por critérios que lhe assegurem a neutralidade axiológica e a aplicabilidade prática no controle e previsão dos processos objetivados. O conhecimento científico deve assumir a forma de enunciados e proposições de caráter instrumentalizável, bem como deve apresentar-se na forma de predições empiricamente refutáveis.

O positivismo também sustenta que não há qualquer distinção entre as ciências naturais e as ciências sociais, no que se refere ao método empregado. Esta proposta de unidade do método científico,

porém, atribui uma superioridade inquestionável aos métodos prevalentes nas ciências naturais, especialmente na Física, resultando numa espécie de assimilação das ciências sociais nas regras das ciências naturais. Tal assimilação traz implícita a pressuposição de que grande parte da história das ciências sociais não mereceria o *status* de conhecimento científico. A tradição histórico-hermenêutica, por exemplo, malgrado constituir-se numa das disciplinas constitutivas centrais das ciências sociais, é interpretada pelo positivismo como uma disciplina pré-científica cujos resultados careceriam do grau de neutralidade axiológica e de universalidade necessários ao conhecimento científico.

A racionalidade técnico-instrumental, típica das ciências empírico-analíticas como a Física, quando transplantada para as ciências sociais, resulta na proposta de uma “tecnologia social” como modelo para o estudo da sociedade, como se pode observar em Popper. “*O único caminho aberto às ciências sociais é esquecerem tudo acerca dos jogos de artifícios verbais e enfrentarem os problemas práticos de nosso tempo com o auxílio dos recursos que são fundamentalmente os mesmos em todas as ciências. Refiro-me aos métodos de ensaio e erro, de inventar hipóteses que possam ser praticamente comprovadas e de submetê-las a provas práticas. É necessária uma tecnologia social cujos resultados possam ser submetidos à prova da mecânica social gradual.*”¹ Ainda que admitam exemplos de ciências sociais bem sucedidas, como seria o caso da teoria econômica de inspiração neoclássica, os positivistas advogam o predomínio dos métodos das ciências naturais com base no argumento do relativo “atraso” das ciências sociais. Segundo Popper, “as ciências sociais ainda não encontraram seu Galileu”.²

¹POPPER, Karl. *A sociedade aberta e seus inimigos*, vol. II, EDUSP/Itatiaia, São Paulo, 1979, p. 229.

²POPPER, Karl. *A miséria do historicismo*, Cultrix, São Paulo, 1980, p. 5.

A crítica habermasiana ao positivismo procura refutar os referidos argumentos investindo contra as pretensões centrais desse tipo de epistemologia. Primeiro, não há a pretendida objetividade do conhecimento tal como concebida pelos positivistas, ou seja, como independência absoluta do conhecimento em relação a interesses e valores. Segundo, a unidade de método para todas as formas de conhecimento científico é um equívoco gerado pelo predomínio unilateral de uma racionalidade técnico-instrumental.

Para Habermas, o conhecimento técnico, típico das ciências empírico analíticas, é apenas uma das três formas possíveis do conhecimento humano. Há ainda o conhecimento prático que tem sido perseguido pelas ciências histórico-hermenêuticas e o conhecimento emancipatório que é o objetivo das chamadas ciências críticas. Cada uma dessas formas de conhecimento, ao contrário do que propõe o positivismo, é determinada por formas particulares de interesses humanos. No processo de auto-formação da espécie humana, a busca do conhecimento esteve sempre guiada por interesses que são constitutivos da própria espécie. Tais interesses Habermas denomina técnico, prático e emancipatório.

Habermas atribui a esses interesses o *status* de *quasi-transcendentais*. Não se trata de demonstrar, como na teoria marxista das ideologias, que todo conhecimento está impregnado do *ethos* de determinada classe ou grupo social. Os interesses aos quais Habermas se refere são válidos para toda espécie humana e estão presentes em todas as épocas históricas. Por isso são constitutivos da própria espécie enquanto tal.

O interesse técnico que fundamenta as ciências empírico-analíticas tem raízes antropológicas profundas. Relaciona-se à necessidade humana de controle dos processos objetivados pela via da ação instrumental. A transformação da natureza externa ao homem através do processo de trabalho, ou o “metabolismo do homem com a natureza” (na expressão de Marx) constitui-se num exemplo paradigmático do interesse técnico. Embora a forma so-

cial de organização do trabalho seja historicamente determinada, o processo de trabalho enquanto tal, ou seja, enquanto apropriação e transformação da natureza, acompanha a humanidade em todas as épocas históricas. O conhecimento fundamentado no interesse técnico corresponde àquele que o positivismo considera o único tipo de conhecimento científico possível, o qual (além das características já mencionadas) possui caráter cumulativo e deve ser julgado com base no êxito da ação norteada por esse conhecimento.

Segundo Habermas, a absolutização do conhecimento técnico, responsável pela auto-compreensão cientificista das ciências, não é encontrada apenas na tradição do positivismo. Também o marxismo deixou-se aprisionar pela concepção de ciência tal como definida pela estrutura do conhecimento técnico. Esta tendência acentuou-se no final do século XIX, em grande medida devido a Engels. Contudo, nos textos do próprio Marx já se pode perceber o apelo cientificista que constitui um dos polos de uma ambigüidade que acompanha sua obra. Por um lado, em suas análises concretas – sobretudo as de caráter histórico – Marx está perfeitamente consciente da irredutibilidade do conhecimento ao interesse técnico, levando em consideração a dimensão da interação social produzida pela necessidade da espécie humana de manter-se integrada em sociedade. Por outro lado, quando Marx trata de refletir sobre aquilo que julga ser o seu método, a dimensão da interação entre os homens é drasticamente reduzida à categoria de trabalho, a qual pode ser tomada como paradigmática da ação instrumental balizada pelo conhecimento técnico. O famoso prefácio da *Contribuição à crítica da economia política* é um exemplo desta auto-compreensão objetivista de Marx acerca de seu próprio método.

Habermas insiste na distinção entre as categorias de “trabalho” e “interação” como meio de evitar a absolutização cientificista ocasionada pela assimilação da segunda na primeira. Como nos esclarece McCarthy: “Sob a rubrica de trabalho o que Habermas pretende é tematizar o processo no qual o homem se emancipa da natureza, o

crescimento das forças produtivas como função do desenvolvimento tecnicamente explorável e de sua aplicação. Sob a rubrica de interação, o que trata de tematizar são as relações sociais de indivíduos capazes de comunicação”.³ Essa distinção e a consideração da categoria “interação” nos levam ao interesse prático que constitui as ciências histórico-hermenêuticas.

A comunicação lingüisticamente mediada, sustentada e ao mesmo tempo perseguindo formas de entendimento intersubjetivo entre as pessoas, é um elemento essencial no processo de auto-formação da espécie humana. Essa necessidade humana de comunicar-se e entender-se constitui-se no interesse prático, fundador do conhecimento prático perseguido cientificamente pela hermenêutica. O interesse que se oculta por trás da hermenêutica é o interesse pelo diálogo (com os outros, com o passado, com culturas estranhas) sobre as preocupações comuns da vida humana. A orientação hermenêutica não é a do observador neutro, mas a do participante no diálogo. Neste sentido, até mesmo o conhecimento técnico não pode escapar das condições do entendimento intersubjetivo. Mesmo entre técnicos e cientistas há a necessidade de se veicular as pretensões de verdade de determinado enunciado através da linguagem, esperando que o enunciado seja entendido e consensualmente aceito como verdadeiro.

Se o conhecimento técnico tem como procedimento a análise e como forma de apresentar-se a *predição*, o conhecimento prático procede através da *compreensão* e apresenta-se sob a forma de *interpretação*.

Reconstruindo criticamente a história da hermenêutica de Dilthey a Gadamer, Habermas assimila esta tradição de pensamento ao mesmo tempo em que expõe seus limites. Tal como ocorre com o conhecimento técnico, o que deve ser evitado na hermenêutica é precisamente sua absolutização. A hermenêutica, como em Gadamer,

³McCARTHY, Thomas. *La teoría crítica de Jürgen Habermas*, Tecnos, Madrid, 1987, p. 55.

supõe a participação do intérprete no que deve ser compreendido, nos elementos da tradição cultural simbolicamente constituída. Não há possibilidade do intérprete criticar a tradição, pois qualquer pretensão de distanciamento ou objetividade em relação ao objeto da compreensão é mera ilusão. A compreensão tem sempre caráter transitório, já que a cada nova geração abre-se um novo ponto de vista para avaliar a tradição. A conseqüência prática da sua compreensão refere-se à própria auto-compreensão do intérprete e de sua época, pois somos produtos desta mesma tradição. Entretanto a possibilidade de romper com certas tradições não está dada, como se pode observar na hermenêutica filosófica de Gadamer. A tradição deve ser preservada, pois é a única autoridade reconhecida consensualmente. *“O consenso subjacente (à tradição) deve ser tratado como um autêntico e legítimo domínio de concordância e auteridade, pois, na opinião de Gadamer, é impossível situar-se fora deste consenso, inexistente critério pelo qual se possa considerá-lo diferentemente e não há nenhuma linguagem disponível que nos conduzirá além de seus limites de modo a perceber como a realidade, em última análise, é ou deve ser constituída.”*⁴ (Grifos de R.S.)

Habermas critica o conservadorismo implícito nesta absolutização da tradição. A proposta da hermenêutica filosófica de Gadamer parece supor que todo consenso estabelecido pela tradição está baseado em um processo de comunicação livre de distorções. É precisamente neste ponto, segundo Habermas, que reside sua maior debilidade, pois nada impede que os elementos da tradição cultural estejam constituídos sobre consensos induzidos por distorções na comunicação lingüística. Além disso, como lembra Thompson, *“O meio da linguagem, através do qual movem-se as ciências histórico-hermenêuticas, é somente um momento da totalidade social que também reproduz a si mesma através do exercício de controle técnico e do poder político.*

⁴HELD, David, *Introduction to Critical Theory: Horkheimer to Habermas*, University of California Press, Berkeley, 1980, p. 314.

Ignorar estes últimos domínios, e daí hipostasiar a linguagem ao modo de uma filosofia hermenêutica e lingüística, é cair na prisão conservadora de um idealismo submisso e ingênuo.”⁵

Como se pode observar, o procedimento crítico de Habermas com relação às ciências histórico-hermenêuticas segue em linha paralela à crítica às ciências empírico-analíticas. O que o autor procura evitar é a absolutização de cada uma delas como a forma do conhecimento científico possível. Por certo Habermas não nega a legitimidade dessas ciências enquanto conhecimentos representativos de objetos distintos. As ciências empírico-analíticas tratam de processos objetivados, enquanto a hermenêutica trata da intersubjetividade subjacente aos processos de comunicação. A crítica refere-se aos limites da auto-compreensão dessas ciências.

Na verdade, um dos objetivos da teoria do conhecimento de Habermas é fornecer a base sobre a qual possa se estabelecer uma conciliação entre essas formas de conhecimento. Assim, é justa a advertência de McCarthy: *“É importante notar que para Habermas o problema radica em como conciliar ‘sob um mesmo teto’ ambos os enfoques divergentes e não como substituir os métodos da análise causal pelos da compreensão interpretativa ou vice-versa. Não se trata de escolher entre os dois, porém criticar toda pretensão de validade universal e exclusiva por parte de ambos e chegar a algum tipo de síntese superior na qual os dois possam acomodar-se.”⁶*

Resta ainda considerar o terceiro tipo de interesse humano que se encontra na teoria do conhecimento de Habermas: o interesse emancipatório. A vontade de emancipação pode ser entendida como a vontade de viver uma vida plenamente racional. Emancipar-se significa libertar-se de poderes hipostasiados. Exemplos destes poderes estranhos e que se impõem às ações humanas são as neuroses (no

⁵THOMPSON, John B., *Critical Hermeneutics - A Study in the Thought of Paul Ricoeur and Jürgen Habermas*, Cambridge University Press, New York, 1985, p. 82.

⁶McCARTHY, T., *op. cit.*, pp. 170-171.

plano psico-individual) e as ideologias (no plano psico-social).

O interesse emancipatório fundamenta o que Habermas chama de ciências críticas. Um exemplo de ciência crítica pode ser encontrado na psicanálise freudiana. O diálogo terapêutico entre o analista e o paciente tem como fim trazer à consciência do segundo os motivos inconscientes de suas patologias. Habermas, entretanto, está mais interessado no procedimento metodológico da psicanálise freudiana do que em suas teses substantivas. Também nesta disciplina pode-se encontrar traços do que Habermas chama “auto-equívoco cientificista”, inclusive em Freud. No entanto, em seu aspecto metodológico, a psicanálise é um bom exemplo de procedimento através da reconstrução e crítica. O analista precisa reconstruir a história progressiva do paciente a fim de lhe trazer à consciência o que é oculto e o domina. Para isso precisa lançar mão de hipóteses elaboradas a partir de um determinado marco teórico geral. O diálogo é o meio através do qual o paciente comunica os fragmentos de seus complexos ao analista que os toma como dados empíricos para a reconstrução. Ao mesmo tempo, é através do diálogo que o analista comunica ao paciente as hipóteses possíveis do trabalho de reconstrução. Tudo isso com o objetivo de estimular a auto-reflexão do paciente.

É precisamente o conceito de auto-reflexão que constitui-se no procedimento típico das ciências críticas, assim como a análise-predição e a compreensão-interpretação são os procedimentos das ciências empírico-analíticas e das ciências histórico-hermenêuticas, respectivamente.

É preciso ainda notar que o interesse emancipatório tem uma certa peculiaridade em relação ao interesse técnico e ao interesse prático. Conforme Habermas: *“Enquanto o interesse técnico e o interesse prático do conhecimento estão fundamentados em estruturas profundas de ação e experiência, entrelaçados que estão com os elementos constituintes dos sistemas sociais, o interesse emancipatório do conhecimento possui um status derivado. Ele garante o elo do saber teórico com a práxis da vida, isto é, com uma ‘área-de-objeto’*

a qual apenas surge sob as condições de uma comunicação sistematicamente deformada e de uma repressão aparentemente legitimada. O tipo de experiência e ação, o qual corresponde a este domínio de objeto, é assim igualmente derivado.”⁷

O interesse emancipatório tem uma centralidade inquestionável para a fundamentação do projeto de Habermas. É através dos conceitos de emancipação e auto-reflexão que o autor persegue o que considera a principal tarefa de uma teoria crítica da sociedade, ou seja, realizar praticamente seu potencial de razão e libertação.

3. RAZÕES DA REFORMULAÇÃO DO PROJETO DE FUNDAMENTAÇÃO DA TEORIA CRÍTICA

A primeira tentativa de síntese sistemática dos fundamentos da teoria crítica, realizada em *Conhecimento e interesse* pela via da teoria do conhecimento, foi alvo de uma série de críticas, obrigando Habermas a rever seus argumentos. Esta revisão conduziu a uma reorientação do projeto habermasiano para uma busca de fundamentação através de uma teoria da ação comunicativa.

Antes de passar em consideração a teoria da ação comunicativa, vejamos, em linhas gerais, algumas das debilidades percebidas pelo próprio autor e por seus críticos em *Conhecimento e Interesse*.

A primeira deficiência reside na ambigüidade do significado dos conceitos de reflexão e auto-reflexão. Estes conceitos podem ser compreendidos em dois sentidos. A auto-reflexão pode ser entendida em sentido kantiano como a capacidade subjacente à razão de determinar seus limites e possibilidades de aplicação, onde a razão pode captar as condições universais e necessárias dos conhecimentos teóricos e juízos possíveis. Em outro sentido, a auto-reflexão deve ser entendida como o movimento teórico-prático no qual os sujeitos buscam a autonomia

⁷HABERMAS, Jürgen. *Conhecimento e interesse*, Zahar, Rio de Janeiro, 1982, p. 345.

com relação aos poderes hipostasiados como as neuroses e as ideologias. Este é o sentido enfático e emancipatório de auto-reflexão. É verdade que estes dois sentidos estão interligados um ao outro, pois a auto-reflexão emancipatória depende da reconstrução racional das condições universais da razão. Mas o fato de Habermas não distinguir analiticamente entre esses dois sentidos trouxe prejuízos para sua teoria do conhecimento, pois acabava incorrendo na confusão entre os procedimentos da crítica e da reconstrução.

Em seu posfácio a *Conhecimento e Interesse*, apresentado cinco anos depois da publicação do livro em 1968, o autor reconhece o problema. “Minhas investigações em *Conhecimento e Interesse* ...se ressentem da falta de uma diferenciação entre reconstrução e autocrítica no sentido da crítica. Só depois de haver concluído o livro me ficou claro que o emprego tradicional de ‘reflexão’, o qual remonta ao idealismo alemão, abarca ambas as dimensões (e as confunde): tal emprego abrange, por um lado, a reflexão por excelência sobre as condições da possibilidade e da competência do sujeito que conhece, fala e age e, por outro, a reflexão acerca das demarcações de origem inconsciente, às quais um sujeito determinado (ou um grupo determinado de sujeitos ou um sujeito determinado da espécie) se submete, respectivamente, em seu processo de formação.”⁸

Há uma segunda debilidade, a qual está intimamente relacionada com a primeira. Habermas atribui aos interesses que constituem o conhecimento humano o *status* de *quasi-transcendentais*. Não são interesses contingentes ou acidentais, mas básicos e necessários, originados da própria condição humana. Neste sentido são determinados *a priori*, e possuem um *status* universal. Segundo Kant, não podemos justificar a necessidade e a universalidade dos juízos sintéticos *a priori*, a menos que os purifiquemos de todo o seu conteúdo empírico (ou *a posteriori*). Ao afirmar a universalidade dos interesses humanos, Habermas aproxima-se uma vez mais da filosofia transcenden-

⁸HABERMAS, J., *op. cit.*, pp. 352-353.

tal. No entanto, Habermas é também enfático ao afirmar que uma genuína teoria crítica não pode ser levada a cabo mediante uma pura filosofia transcendental. Como observa Bernstein, “*Uma ciência social crítica, que desenvolve hipóteses que são empíricas, científicas e genuínas, exige uma ruptura com este puro legado da filosofia transcendental a priori. Porém, em Conhecimento e interesse, Habermas não nos havia mostrado todavia como podemos justificar ao mesmo tempo a pretensão de que existem umas inevitáveis condições universais da ação comunicativa e da racionalidade, e manter que estas possam descobrir-se de modo científico.*”⁹

Uma terceira dificuldade de *Conhecimento e interesse* conduz à consideração do que Habermas chama de “inflexão lingüística” que sofreria sua obra subsequente. Isto é, a percepção do esgotamento da filosofia da consciência e do sujeito e a ênfase maior na filosofia da linguagem. A filosofia da consciência que atravessa sua teoria do conhecimento supõe a existência de um sujeito autônomo, numa tradição inaugurada por Descartes e que está presente na filosofia alemã em Kant, Hegel e mesmo em Marx. Esta concepção acaba obscurecendo e mesmo bloqueando o modo de captar o caráter intersubjetivo intrínseco e dialógico da ação comunicativa na qual os sujeitos se constituem.

Finalmente, em *Conhecimento e Interesse*, Habermas afirma a possibilidade da construção de uma teoria crítica substantiva, mas não a realiza. Neste sentido, essa obra deve ser entendida apenas como um ponto de partida para o desenvolvimento futuro de uma ciência crítica. Este fato é também assinalado por Bernstein: “... primeira tarefa de Habermas foi demonstrar a viabilidade de uma ciência social crítica. Porém ele havia prometido muito mais. Ainda que se estivesse inclusive persuadido de que tal programa de investigação científica é factível, poder-se-ia seguir sendo cético acerca

⁹BERNSTEIN, R. (org). *Habermas y la Modernidad*, Cátedra, Madrid, 1991, p. 32.

de sua realização substantiva. Existiam sugestões sobre como podia desenvolver-se tal programa de investigação, porém não se havia progredido muito ainda em sua articulação sistemática. *Conhecimento e Interesse* era um prolegômeno de uma futura análise científica e crítica da sociedade".¹⁰

4. TEORIA DA AÇÃO COMUNICATIVA

Passadas pouco mais de duas décadas após a publicação de *Conhecimento e interesse*, Habermas reformula os fundamentos da teoria crítica em sua *Teoria da Ação Comunicativa*. Nesta nova síntese sistemática o autor procura ampliar o conceito de ação social para além do conceito de ação teleológica, desenvolvendo a noção de uma ação orientada para o entendimento racionalmente motivado.

É através da reconstrução da história da sociologia que Habermas procura os elementos que irão possibilitar-lhe apropriar-se da problemática da racionalidade da ação em sentido amplo. O motivo da escolha desta disciplina específica que é a sociologia advém do fato de que, dentre as disciplinas das ciências sociais, a sociologia é a única que sempre manteve uma relação com a problemática global da racionalidade. Quanto à economia e à ciência política, segundo Habermas, estas disciplinas teriam rompido com a problemática da racionalidade ao especializarem-se nos problemas sistêmicos, seja nos problemas dos subsistemas econômicos (economia), seja nos problemas dos subsistemas político-administrativos (ciência política). No plano desses subsistemas impera a ação instrumental, impedindo que se vislumbre a ação orientada para o entendimento. A sociologia, porém, além de preocupar-se com a dimensão sistêmica da sociedade, tem estudado as formas de racionalidade prevalecentes na dimensão daquilo que o autor denomina "mundo da vida", conceito que exprime "... horizonte de processos de entendimento com que os

¹⁰Idem, p. 34.

*implicados chegam a um acordo ou discutem sobre algo pertencente ao mundo objetivo, ao mundo social, ou ao mundo subjetivo de cada um".*¹¹

A problemática da racionalidade da ação está intimamente ligada às relações que o ator estabelece com os mundos objetivo, social e subjetivo. Por isso, para ir adiante na análise, é preciso defini-los. Sempre que o ator age está referindo-se a algo em pelo menos um dos mundos. O mundo objetivo refere-se aos estados de coisas existentes, aos processos objetivados aos quais o ator só pode referir-se através de proposições que encerrem uma pretensão de verdade. O mundo social é o mundo das tradições, das normas e valores compartilhados através de significados simbolicamente estruturados. Ao se referir ao mundo social o ator emite uma pretensão de validade acerca da retidão moral ou não de determinada ação. O mundo subjetivo refere-se à totalidade das vivências às quais o ator tem um acesso privilegiado. A respeito desta definição, entretanto, é importante salientar a advertência de Habermas: *"As vivências subjetivas não devemos entendê-las como estados mentais ou episódios internos; pois com isso cairiam assimiladas a entidades, a ingredientes do mundo objetivo. O fato de ter vivências poderíamos entendê-lo como algo análogo à existência de estados de coisas, porém não devemos assimilar um ao outro. Um sujeito capaz de expressar-se não 'tem' ou 'possui' desejos ou sentimentos no mesmo sentido em que dizemos que um objeto observável possui extensão, peso, cor e outras propriedades similares. Um ator tem desejos e sentimentos no sentido de que, se assim desejar, pode manifestar essas vivências ante um público, de modo que esse público possa atribuir esses desejos e sentimentos ao agente (na medida em que lhe dê crédito) como algo subjetivo."*¹²

¹¹HABERMAS, Jürgen. *Teoría de la acción comunicativa*, vol. 1, Tauros, Madrid, 1987, p. 184.

¹²HABERMAS, Jürgen. *Teoría de la Acción Comunicativa: Complementos y Estudios Previos*, Cátedra, Madrid, 1989, p. 492.

Feita essa breve definição dos mundos possíveis aos quais os atores fazem referência ao agir, podemos iniciar o exame da tipologia da ação racional desenvolvida por Habermas. Antes, porém, cabe ressaltar que o conceito de racionalidade refere-se à pretensões de validade passíveis de crítica. Racional é a ação que pode ser criticada ou fundamentada, segundo as pretensões de verdade, retidão moral ou sinceridade que trazem implícitas. Portanto a racionalidade não diz respeito a um atributo, mas sim a um procedimento. Ou, como assinala Giddens, “Racionalidade, segundo Habermas, significa vermos o conhecimento enquanto tal, do que a maneira pela qual o conhecimento é usado. Se considerarmos as circunstâncias nas quais, falamos de alguma coisa como ‘racional’, veremos que isso se refere seja a pessoas ou a expressões simbólicas as quais incorporam o conhecimento. Dizer que alguém age racionalmente, ou que uma afirmação é racional, é dizer que a ação ou afirmação pode ser criticada ou defendida pela pessoa ou pessoas envolvidas.”¹³

Habermas distingue basicamente três tipos de ação, além do conceito de ação comunicativa que examinaremos adiante. Vejamos, em primeiro lugar o conceito de *ação teleológica*. Neste tipo de ação o ator realiza um fim ou faz com que se produza um estado de coisas desejado, elegendo em uma situação dada os meios mais eficientes e aplicando-os de forma adequada. Como afirma Habermas, “o conceito central é o de uma decisão entre alternativas de ação, endereçada à realização de um propósito, dirigida por máximas e apoiada em uma interpretação da situação”.¹⁴ Neste modelo de coordenação da ação, o ator estabelece relação apenas com o mundo objetivo.

¹³GIDDENS, Anthony. “Reason without Revolution?”, in: GIDDENS, A., *Social theory and modern sociology*, Stanford University Press, Stanford, 1987, p. 229.

¹⁴HABERMAS, J., *Teoría de la Acción Comunicativa*, op. cit., vol. 1, p. 122.

A *ação estratégica* pode ser considerada uma variante da ação teológica. Neste caso, o cálculo que o ator faz para definir seu curso de ação está influenciado pela expectativa que tem das possíveis atitudes de pelo menos um outro ator que também persegue seus próprios fins. É uma das formas da ação social, onde, porém, cada ator procura instrumentalizar o outro segundo seus propósitos. Por isso, também neste modelo de coordenação da ação, o ator só estabelece relação com um único mundo, o mundo objetivo.

Já o conceito de *ação regulada por normas* se refere não a um ator solitário que procura instrumentalizar o mundo ao seu redor, porém aos membros de um grupo social que procuram orientar sua ação de acordo com normas e valores comuns. Neste tipo de ação, o ator estabelece relações simultâneas com dois mundos: o mundo objetivo e o mundo social.

O modelo de coordenação da ação compreendido no conceito de *ação dramática* não faz referência primariamente nem a um ator solitário nem a um membro de um grupo social, porém a participantes que constituem uns para os outros um público ante o qual colocam-se a si próprios em cena. De acordo com o autor, "*O conceito central aqui é o de auto-encenação, que significa, portanto, não um comportamento expressivo espontâneo, porém uma estilização da expressão das próprias vivências, feita com vistas aos espectadores*".¹⁵ Também neste modelo de coordenação da ação, o ator estabelece simultaneamente relação com dois mundos: o mundo objetivo e o mundo subjetivo, pois os "*...elementos de tipo cognitivo tais como as opiniões e as intenções pertencem ao mundo subjetivo; porém estas guardam uma relação interna com o mundo objetivo. Das opiniões e intenções só cobramos consciência como algo de subjetivo quando não lhes corresponde no mundo objetivo nenhum estado de coisas existentes*".¹⁶

¹⁵Idem, p. 124.

¹⁶Idem, p. 133.

Nos modelos de coordenação da ação resumidos acima, percebe-se que não há nenhum exemplo onde a racionalidade da ação abarque relações simultâneas com os três mundos possíveis. Em qualquer um dos casos, a racionalidade da ação não aparece plenamente desenvolvida. Somente no conceito de *ação comunicativa* a racionalidade da ação é completa. Na ação comunicativa o ator estabelece simultaneamente relações com o mundo objetivo, com o mundo social e com o mundo subjetivo. Em outras palavras, ao agir comunicativamente o ator expressa através do discurso uma pretensão de verdade ao referir-se a algo no mundo dos fatos e dos estados de coisas existentes; uma pretensão de retidão normativa ao apresentar sua ação como em conformidade (ou não) com valores e normas compartilhados socialmente; e uma pretensão de veracidade (ou sinceridade), de modo que os outros participantes da ação possam julgar se o discurso corresponde ou não àquilo que o ator tem em mente.

Estas três formas de pretensões de validade compõem o núcleo da "pragmática universal". Segundo Habermas: "*A pragmática universal tem como tarefa identificar e reconstruir as condições universais do entendimento possível. Em outros contextos se fala também de 'pressupostos universais da comunicação'; porém prefiro falar de pressupostos universais da ação comunicativa*".¹⁷ Através da pragmática universal o autor procura distanciar-se do relativismo implícito à teoria ordinária da linguagem, tal como no segundo Wittgenstein. A ação comunicativa possui pressupostos que estão além do contexto ou da situação na qual ela se realiza.

No contexto da ação comunicativa as pretensões de validade estão, como já adiantamos, sempre sujeitas à fundamentação e à crítica. Mas, através de que meio se realiza este processo? Através da argumentação, responde Habermas. Nenhuma outra força, além do melhor argumento, deve interferir como instância de apelação para a

¹⁷HABERMAS, J. *Teoría de la Acción Comunicativa: Complementos y Estudios Previos*, op. cit, p. 299.

continuidade da ação comunicativa quando se produz um desacordo que já não pode ser absorvido pelas rotinas cotidianas. A lógica da argumentação não se reduz às inferências formais clássicas da dedução e indução. “A lógica da argumentação não se refere, como a formal, a relações de inferência entre unidades semânticas (orações), porém a relações internas, também de tipo não dedutivas, entre as unidades pragmáticas (atos de fala) de que se compõem os argumentos.”¹⁸

A argumentação pode ser distinguida em três aspectos. Como *processo* significa a continuação por meios reflexivos da ação orientada para o entendimento; como *procedimento* significa uma forma de interação submetida a uma regulação especial: tematiza-se pretensões de validade problemáticas, e adotando-se uma atitude hipotética examina-se com *razões* tais pretensões. Finalmente a argumentação pode ser compreendida como *produto*. Sob este aspecto a argumentação “...tem por objeto produzir argumentos pertinentes, que convençam em virtude de suas qualidades intrínsecas, com que desempenhar ou rechaçar pretensões de validade. Os argumentos são os meios com cuja ajuda pode-se obter um reconhecimento intersubjetivo para a pretensão de validade que o proponente sustenta de forma hipotética, e com os quais, portanto, uma opinião pode transformar-se em saber”.¹⁹

É importante ressaltar a centralidade que assume o conceito de ação comunicativa no projeto habermasiano de fundamentação da teoria crítica. O conceito de ação comunicativa é ao mesmo tempo um *telos* e um tipo ideal, o qual confere unidade ao esquema conceitual de Habermas. De fato, as condições ideais de fala não são fáceis de reproduzir-se concretamente. Uma comunicação livre de constrangimentos, onde a única força decisiva seja a do melhor argumento, não encontra exemplos abundantes na modernidade ou em outras épocas. Entretanto, e este ponto é crucial, o entendimento é

¹⁸HABERMAS, J., *Teoría de la acción comunicativa*, op. cit., p. 43.

¹⁹Idem, p. 47.

um *telos* imanente à fala. As condições ideais da ação comunicativa estão presentes como hipóteses contrafáticas em todo discurso, ou seja, estão presentes como possibilidade. É verdade que há muitas formas de se empregar a linguagem que não têm como objetivo um genuíno consenso, como é o caso da ação estratégica, na qual a fala é usada para manipulação. Todavia, mesmo neste caso, a pressuposição da busca do entendimento de existir. De acordo com Habermas, “... o emprego da linguagem orientada para o entendimento é o modo original, frente ao qual o entendimento indireto, a compreensão indireta, e dar a entender ou fazer com que outro conceba tal opinião, se comportam de modo parasitário”.²⁰

Para finalizar, vejamos brevemente as implicações do conceito de ação comunicativa na reconstrução habermasiana do processo de racionalização social sob a modernidade. Para Habermas, tanto Weber quanto Marx, seguidos ainda por Lukács e a primeira geração da teoria crítica (principalmente Adorno, Horkheimer e Marcuse) interpretaram de modo unilateral as conseqüências do processo de modernização.

Em Weber, o processo de racionalização social é compreendido, por um lado, como um processo de diferenciação das esferas de valor decorrente do desencatamento das imagens do mundo que garantia às sociedades tradicionais uma unidade na percepção do mundo. As esferas de valor da Ciência, da Religião e da Arte somente passam a autonomizar-se sob a modernidade. Esta diferenciação conduz à perda de sentido da vida moderna, pois não há mais um valor fundamental ao qual recorrer, ou “*um único Deus a servir*” como diria Weber. Por outro lado, a modernidade nos encerra progressivamente numa “jaula de ferro”, na medida em que seu avanço é dominado pela regulamentação e burocratização crescente do Estado e da Economia. Tal processo tende a progredir de forma inelutável sobre todos os domínios da vida social. Assim, o processo de modernização

²⁰Idem, p. 370.

é compreendido por Weber através da conexão de duas teses: a tese da perda de sentido da vida moderna e a tese da perda de liberdade.

Habermas contesta as conclusões pessimistas de Weber acerca da modernidade. Em primeiro lugar afirma que nada garante que deverá ocorrer uma perda de sentido da vida moderna como decorrência da diferenciação das esferas de valor. Se é verdade que a aparição das estruturas de consciência modernas rompe a unidade do verdadeiro, do bom e do perfeito sugerida pelas concepções religiosas e metafísicas do mundo, e, além disso, destrói o conceito substancial de razão, apesar disso, as conclusões de Weber não procedem, segundo Habermas. *“Weber vai demasiado longe quando da perda da unidade substancial da razão infere o politeísmo de uns poderes últimos que lutam entre si e cuja irreconciliabilidade radicaria em um pluralismo de pretensões de validez incompatíveis. Pois é justamente no plano formal que representa a comprovação ou desempenho argumentativo de pretensões de validez que está assegurada a unidade da racionalidade na diversidade das esferas de valor, racionalizadas cada uma conforme seu próprio sentido interno. O que distingue as pretensões de validez das pretensões empíricas é a suposição de que as primeiras podem desempenhar-se mediante argumentos. E os argumentos ou razões têm ao menos isto em comum: que são eles os únicos que sob supostos comunicativos de um exame cooperativo de pretensões de validez consideradas como hipotéticas podem desenvolver a força de uma motivação racional.”*²¹ Ou seja, para Habermas, Weber teria confundido conteúdos empíricos de valor com as pretensões universais de validez, as quais são objeto da pragmática universal. Embora os conteúdos empíricos das diversas esferas de valor sejam distintos e conflitivos, os procedimentos de desempenho das pretensões de validez correspondentes a cada uma das diferentes esferas são os mesmos: os argumentos baseados em razões. Para Habermas, o critério universal de racionalidade possível não é substancial, porém procedimental.

²¹Idem, pp. 323-324.

É a racionalidade comunicativa, a qual Weber não teria vislumbrado.

Quanto a tese da perda progressiva de liberdade, decorrente da burocratização e regulamentação da vida social, Weber estaria igualmente equivocado. Seu pessimismo no diagnóstico que faz da modernidade radica no fato de não conseguir perceber que a racionalidade instrumental, que coordena as ações no plano dos subsistemas econômico e político, é apenas uma das formas de racionalidade possíveis do processo de modernização. Somente através da consideração da racionalidade comunicativa, que está presente no mundo da vida, se poderia perceber as reações e os limites da burocratização progressiva. É neste âmbito que se pode dar a devida importância aos movimentos sociais que reagem à “colonização” do mundo da vida pelos sistemas de ação instrumental.

Também Marx, segundo Habermas, teria percebido de forma unilateral o avanço da modernidade. Neste caso como um progressivo avanço da coisificação da relações sociais. As interações humanas passam a ser mediadas pelo dinheiro, transformando as relações humanas em relações mercantis. Porém, Marx tem uma conclusão algo mais otimista que Weber, na medida que a pressão do desenvolvimento das forças produtivas tenderia, num determinado momento – dado pelo limite que as relações de produção impõe ao desenvolvimento das forças produtivas – a revolucionar as relações sociais coisificadas. Teríamos, então, uma revolução social cujo resultado seria uma forma radicalmente nova e emancipada da interação humana. Também na análise de Marx é a racionalidade instrumental a única considerada como atuante sob a modernidade.

A primeira geração da teoria crítica, sobretudo Adorno e Horkheimer, inspirados por Lukács, conceberam o avanço inelutável da racionalidade instrumental como o processo típico da modernidade. Estes autores procuram conciliar a tese weberiana da racionalização social com a tese de Marx acerca da coisificação das relações sociais. Como em Weber, as conclusões desses teóricos

críticos acerca da modernização é igualmente pessimista. Ao recusarem o determinismo implícito na tese da primazia do desenvolvimento das forças produtivas, esvai-se também a dimensão utópica que animava o pensamento de Marx que extraía a revolução social das conseqüências da dialética da modernização. Para esses pensadores, a utopia de uma sociedade sem classes é recolocada em outro plano. Por isso, como esclarece Wellmer, “... tiveram que repensar a dialética do progresso e da revolução; ou melhor, tiveram que desconectar a dialética do progresso de uma transformação revolucionária da sociedade. A dialética do progresso se faz negativa, aspirando à destruição da razão mais que à sua realização”.²²

É precisamente a noção de auto-destruição da razão e a perda de esperança no projeto iluminista aquilo que Habermas procura evitar com sua reformulação da teoria crítica através do conceito de ação comunicativa.

²²WELLMER, Albrecht, “Razón, Utopía, y la Dialéctica de la Ilustración”, in. BERNSTEIN, R. (org), *Habermas y la Modernidad, op. cit.*, p. 79.

E. P. THOMPSON E A HISTÓRIA

Carla S. B. Bassanezi

E. P. Thompson foi um dos principais historiadores deste século. Tendo aliado preocupações sociais e políticas, ativismo, criatividade e seriedade profissional, foi autor de importantes e polêmicos trabalhos que nos últimos 30 ou 40 anos têm inspirado muitos discípulos pelo mundo e provocado algumas saudáveis controvérsias. Mesmo deixando em segundo plano a atividade acadêmica nos anos 80 para se dedicar mais ativamente à causa anti-nuclear e à ampliação das liberdades civis, Thompson e suas idéias continuaram tendo admiradores, defensores, críticos e comentadores. Apesar de ter explicitado relativamente pouco suas posições teóricas e metodológicas (devido inclusive a convicções pessoais e seu estilo próprio de trabalho) - exceto em seu ensaio mais exaltado contra Althusser, onde é facilitado de certo modo o acesso às suas perspectivas - não é difícil de constatar seu estilo característico de trabalho e sua defesa de posições definidas a respeito de teoria, prática profissional e compromisso social do historiador, além de certas preocupações recorrentes em toda sua obra histórica (como a questão do ator e das determinações sociais).

Ao comentar o trabalho de Thompson, os autores priorizam certos aspectos de acordo com suas preocupações e interlocutores. Assim, o historiador é visto como parte da tradição marxista britânica

(da qual fazem parte M. Dobb, R. Hilton, C. Hill e E. Hobsbawm)¹ e/ou como um ativista político extremamente engajado na luta socialista, contra o stalinismo, o autoritarismo e as ideologias dominantes (o que teria influenciado enormemente seu trabalho e suas visões de mundo). Além disso, muitos não deixam de mencionar detalhes de sua auto-biografia (desde o seu nascimento em uma família de classe média rural em 1924, à morte do irmão na guerra contra o facismo, seu casamento com Dorothy Sale até suas atividades como professor em aulas noturnas para trabalhadores, seu rompimento com o partido comunista em 1956 e sua participação na nova esquerda britânica sempre envolvido com questões sociais de seu tempo)² levando a sério a idéia bastante defendida pelo próprio Thompson de que a experiência influencia a produção intelectual. Alguns consideram Thompson um dos pais da história cultural de tendência marxista devido à sua ênfase pioneira nos valores culturais e morais e na experiência humana e à sua oposição ferrenha ao estruturalismo,³ enquanto outros o criticam por desenvolver algumas vezes posturas voluntaristas.⁴

¹KAYE (1984) analisa a obra de Thompson ao lado das destes outros autores, suas contribuições pessoais e coletivas nas tarefas de transcender o determinismo econômico em direção à história social, explorar o período de transição para o capitalismo e sua expansão e reformular a teoria e a metodologia marxistas.

²Nesta linha, PALMER (1981) escreve *The making of E. P. Thompson* com capítulos de títulos sugestivos tais como "Learning to be left e Libertarian communist"; TRIMBERGER (1984) dedica várias páginas à *The formation of a critical marxist intellectual*, KAYE (1984) e BESS (1993) acrescentam à participação política pautada pelo "socialismo humanista" e às suas atividades profissionais alguns detalhes da vida particular e da personalidade de Thompson, aspectos estes que também vêm à tona na entrevista concedida a MERRIL (MARHO) em 1976.

³HUNT (1992).

⁴ANDERSON (1985) e outros afirmam que Thompson dá pouca atenção às condições materiais e estruturais (por exemplo, em *A Formação*

Thompson também foi um dos primeiros a se preocupar com uma “história vista de baixo”,⁵ com os populares, suas tradições e visão de mundo, com “os esquecidos” pela história oficial, influenciando trabalhos históricos não só sobre seus temas caros como a classe operária ou a plebe, mas também sobre escravidão, cultura popular, movimentos sociais (feministas, anti-colonialistas etc), mulheres etc. Muitos estudos relativos a gênero beberam/bebem na fonte da história social defendida por Thompson, atualmente revista e reforçada a partir das críticas feministas aos vieses masculinistas da prática da disciplina.⁶ Sua proposta de tentar entender “o processo histórico e de integrar a análise da cultura e da ação humana em uma análise macroestrutural de mudança social” seduz não só historiadores como também estudiosos de sociologia histórica e teoria social⁷ (embora seja completamente contra uma teoria fechada, fixa e descolada do empírico verificável através da pesquisa e análise histórica).

Este texto não tem a intenção de examinar todas estas (e outras) facetas do historiador e sua obra, os objetivos são bem mais modes-

da Classe Operária Inglesa) reconhecendo os limites do voluntarismo apenas em algumas passagens de *A Miséria da Teoria*. Seus defensores respondem que nunca foi intenção de Thompson esgotar todas as possibilidades do trabalho histórico e sim apenas apontar novos caminhos, discordam do rótulo “voluntarista” ilustrando seus argumentos com exemplos concretos extraídos da obra do historiador. Ver, por exemplo, KAYE (1984), p. 175.

⁵SHARPE (1992) e KAYE (1984).

⁶Para uma crítica da História Social sob uma certa perspectiva de gênero (“pós-estruturalismo”) ver SCOTT (1988), especialmente o capítulo “Women in The Making of English Working Class”; em resposta, L. TILLY (1990) e VARIKAS (1991) que defendem a História Social como um dos campos mais frutíferos e promissores para os Estudos de Gênero. BAS-SANEZI (1993) estuda esta controvérsia. Ver também TRIMBERGER (1984) sobre o impacto da história social nos estudos feministas e o uso que fazem do conceito de experiência, pp. 237-238.

⁷TRIMBERGER (1984).

tos: estudar alguns aspectos de sua forma de escrever a história (que envolvem teoria e método) e alguns conceitos (bem como a própria noção de “conceito”) tais como “experiência”, “ação”, “determinação” e “hegemonia” confrontando especialmente suas idéias presentes em *A miséria da teoria* e em *Senhores e caçadores*,⁸ o mais elaborado dos seus estudos sobre o século XVIII (trabalhos que contribuíram com uma nova interpretação da história e da sociedade inglesa deste período até então reconhecido por sua estabilidade e ordem).⁹ Estes textos trazem bons exemplos de preocupações recorrentes na obra do autor: visão de história engajada com o presente e moralmente comprometida, oposição ao modelo “base/superestrutura” (e busca de alternativas), valorização da importância da consciência, da ação humana e da herança cultural, destaque para o trabalho empírico (de pesquisa da “história real”)¹⁰ em diálogo com as interpretações e análises teóricas (e crítica à filósofos e cientistas sociais que desconsideraram a história).

⁸*Senhores e caçadores (SC)*.

⁹Sua obra mais conhecida (*A Formação...*) já foi também muito estudada. A opção pelo livro sobre o século XVIII (posterior) justifica-se também por se tratar de um Thompson mais amadurecido (e ciente de algumas das críticas dirigidas a seu trabalho), mas não menos combativo.

Aliás, seu próprio estilo de escrever faz parte de seu projeto que compreende o engajamento político, o acesso à interlocutores fora da academia e de sua antipatia pela linguagem da abstração. Ver PALMER (1981), p. 120.

¹⁰Thompson não comete o equívoco empiricista de acreditar que as fontes e os fatos falam por si e revelam a verdade; para ele, o trabalho histórico requer atenção ao que dizem os documentos, sim, mas a partir de perguntas vindas do historiador; além disso, sabe que os historiadores não são capazes de escapar a todos os seus vieses (valores históricos e conceitos próprios de sua época), portanto, argumenta com a necessidade de um diálogo constante com as fontes históricas e com outros estudiosos além de uma postura aberta à auto-crítica.

TEORIA E PESQUISA

A posição de Thompson com relação à teoria é a de que o historiador deve proporcionar um diálogo entre esta e as evidências empíricas. Mais do que a teoria da História, o que se busca é um *conhecimento da História*.¹¹ Apega-se à tradição marxista (em especial ao materialismo histórico) de investigação aberta, exploratória, inspirada pelo pensamento de Marx (do tipo desenvolvido em textos tais como *A Ideologia Alemã*, *O Manifesto Comunista*, *O 18 Brumário*), reformulando-a e completando seus “silêncios” com novas idéias, conceitos e categorias enriquecidas pelo contraponto com o processo histórico (incompatível com caixotes-prisões analíticas).

A proposta do materialismo histórico, para Thompson, seria *estudar o processo social em sua totalidade*, ou seja, demonstrar de que modo determinado as atividades econômica, política, intelectual, social se interrelacionam, qual a *lógica desse processo* (ao invés de “*lei do movimento*”) e a *racionalidade da causação*.¹² Mais do que estudar “tudo”, o que se busca é uma visão não fragmentada da sociedade, separada em “níveis” (do tipo economia de um lado e política de outro, ou base separada de, superior a superestrutura). Em *Senhores e caçadores*, por exemplo, o estudo das origens de uma lei não se restringe à história do direito, mas abrange diversos e intrincados aspectos da vida social: o processo histórico se desenvolvendo através da luta de grupos de interesse, em diálogo com transformações na vida material, influenciando e sendo influenciado por aspectos culturais.

Neste sentido, a história deveria ser pensada de maneira dialética (*um hábito de pensamento que considera opostos coexistentes ou*

¹¹A *miséria da teoria* (MT), p. 97.

¹²MT, p. 82 e 124. KAYE (1984) p. 213. A idéia de história como totalidade – criticada por alguns (que tomam a expressão ao pé da letra) como utópica, vaga, pretensiosa – é apenas uma negação do modelo dos “níveis” em favor da “história como processo”.

“contrários”) já que se trata de uma realização fluente e contraditória.¹³ Em *Senhores e caçadores*, o próprio título dá uma idéia do emprego deste modo de apreender a realidade de grupos em conflito, plebe e *whigs* com interesses contraditórios, marcada por leis que funcionam como instrumento ideológico dos dominantes e como limites a seu próprio poder, penas capitais em um século de relativa tolerância religiosa e política etc.

Senhores e caçadores estuda a Lei Negra de 1723 e o que este episódio pode revelar sobre a sociedade inglesa do século XVIII. A lei foi uma resposta imediata a certos distúrbios ocorridos nos arredores das florestas de Windsor e Hampshire promovidos por grupos armados e com os rostos pintados de preto que desafiavam as autoridades e os proprietários das terras violando regras das florestas oficiais, quebrando árvores, provocando incêndios, enviando ameaçadoras cartas anônimas, matando guardas. A partir da Lei, criada em defesa da propriedade, numerosas atividades (tais como a caça, coleta ou pesca clandestinas, a destruição da cabeceira de lagos, as ameaças, o uso de disfarces, os incêndios, o abate de árvores etc) foram caracterizadas como crime e condenadas a penas capitais em uma manobra jurídica sem precedentes (o livro procura explicações de como isso foi possível e que funções ocupou essa lei em sua época).

Adepto do diálogo com o empírico,¹⁴ ciente da natureza do conhecimento que este tipo de procedimento produz (nunca a verdade absoluta, sempre marcada por viéses, provisória e seletiva ainda que respaldada pelo confronto com as evidências encontradas e, portanto, verossímil), Thompson beneficia-se de um intenso trabalho com as fontes documentais e reconhece que, tendo partido da *experiência dos humildes moradores das florestas*, seguindo as linhas

¹³MT, p. 128 e 129.

¹⁴Ou “uma dialética” entre a mente do historiador e os artefatos e resquícios concretos, físicos e textuais do passado. Ver BESS (1993), p. 30.

que os ligavam ao poder, sua maneira de encarar a sociedade da época tem a marca destas fontes: a partir “de baixo”.¹⁵ O livro está estruturado de modo semelhante à realização da pesquisa¹⁶ o contexto, os episódios e a análise relativos às florestas de Windsor e de Hampshire, “os Negros” (que não deixaram manifestos ou documentos próprios, tornando imprescindível a contextualização de suas ações para que algo possa ser deduzido sobre seus motivos) e os Whigs (ênfatizando a ideologia e as práticas dos homens que fizeram as leis).

A preocupação com a ação humana, com os homens concretos fazendo a história, com valores, moral e cultura próprios, perpassa todo o livro. Frequentemente os personagens são nomeados, há espaço para a expressão de seus sentimentos (medo, apreensão, revolta), interesses¹⁷ e experiências e, sempre que possível, para considerações sobre o alcance de suas ações. Thompson interpreta a ação dos Negros como uma forma de resistência da comunidade diante das tentativas, por parte do Estado e dos grandes proprietários de terra, de afirmação e extensão de autoridade sobre o uso das florestas. Os Negros procuravam reforçar os antigos direitos constituídos pelos costumes tradicionais dos habitantes das florestas lutando contra os cercamentos das terras comunais, os pedágios e as perdas sofridas pela extensão da propriedade privada. Os senhores, proprietários e autoridades, viam nos distúrbios uma ameaça que clamava urgentemente por uma lei severa: o que constituía uma “emergência” era a reiterada humilhação pública das autoridades; os ataques simultâneos à propriedade real e privada; a idéia de um movimento confederado que vinha ampliando suas exigências sociais (...) os sintomas de algo próximo a uma guerra classista, com a fidalguia lega-

¹⁵SC, p. 17.

¹⁶O que também ilustra suas opiniões sobre o trabalho do historiador elaboradas em MT, especialmente no capítulo sobre *A lógica histórica*.

¹⁷*Interesse é aquilo que interessa às pessoas, inclusive aquilo que lhes é mais caro.* MT, p. 194.

lista nas áreas afetadas sofrendo ataques, num lastimável isolamento nas suas tentativas de impor a ordem (...) era esse deslocamento da autoridade (...) que constituía uma emergência aos olhos do governo. E a Lei Negra (ao lado da Lei de Tumultos) acabou fornecendo-lhes um poderosíssimo instrumento de repressão para várias formas de expressão do descontentamento social (o que, para Thompson, explica, mas não justifica tamanho ato de terror e desprezo pela vida humana).¹⁸ Além disso, a criação da lei está ligada ao desenvolvimento do capitalismo e aos interesse mais imediatos dos Whigs, especialmente Walpole (primeiro ministro) e seus aliados, sendo um passo a mais na ascensão *whig*. Entretanto, afirma Thompson, confirmando sua preocupação com os valores culturais (parte da experiência humana), tal lei não seria possível sem a existência de um consenso sobre os valores da propriedade na *mente* de seus autores, homens de seu tempo, e que passou a ser compartilhado pela classe dirigente, os fidalgos e os patrões. A crescente despersonalização das relações de classe exigiu a imposição de novos métodos de controle e disciplina: a disciplina dos salários baixos e da fome e o exemplo do terror, a pena de morte. Não mudaram os “fatos” do crime, mas mudou a *categoria* “crime” como os proprietários a definiam: o objeto da punição não era mais uma ofensa entre homens, mas um delito contra a propriedade. Desta forma, a lei assume uma aura de imparcialidade: defende a propriedade (de terras, do produto

¹⁸SC, pp. 246-247.

Para ANDERSON (1985), esta lei foi mais uma exibição legislativa destinada a intimidar que um instrumento executivo de castigos cotidianos, p. 98.

Thompson afirma que, pelo atual estágio do conhecimento, é difícil avaliar o grau de aplicação da Lei Negra, mas com certeza sua manutenção serviu como um exemplo intimidador de terror diante dos possíveis distúrbios rurais especialmente os caracterizados por insubordinação de classe. SC, p. 332.

do trabalho etc.).¹⁹ Entretanto essa “exigência” deve ser somada ao desenvolvimento da sensibilidade – uma resposta prática de Thompson aos estruturalistas – que dava cada vez mais peso à propriedade diante da justiça *até que a própria justiça não passava, aos seus olhos, das fortificações e defesas da propriedade e seu concomitante status (...) em certo sentido, essa elevação da propriedade acima de todos os outros valores era um estado mental whig.*²⁰ A vida política inglesa destes tempos – descreve Thompson – é dominada por parasitas interessados em satisfazer seus interesses imediatistas, sugando parte das rendas públicas, fazendo tráfico de influências e mantendo-se no poder, entre outras coisas, pelo reforço de seu *status* através da ostentação de riquezas materiais e simbólicas (os parques e os cervos faziam parte desse esquema exibicionista e também por isso seu controle era tão importante).²¹

As causas da criação da Lei Negra, portanto, estão ligadas a contingências (defesa dos interesses *whig* diante da plebe e das atividades dos Negros), a contextos estruturais (pré-capitalismo e capitalismo) e à ascensão de uma ideologia, interesses e sensibilidades específicos dos que *reagiram a tais contingências* pautados por estes três fatores.²²

¹⁹SC, pp. 281-283.

²⁰SC, p. 254.

²¹ANDERSON (1985) discorda do julgamento de Thompson sobre a degradação moral do governo *whig* de Walpole afirmando que este era um governo estável que controlava um império colonial organizado e que servia bem aos interesses dos blocos agrários e mercantis dominantes; Walpole era um político que favorecia habilmente as classes proprietárias. Anderson acusa Thompson de fazer julgamentos morais de indivíduos de outras épocas (tanto ao criticá-los como ao tomá-los como exemplos edificantes): uma atitude imprópria para um historiador. (pp. 97-101, 107)

Com relação à “estabilidade”, Thompson lembra que ela, não menos que uma revolução, pode ter seu próprio tipo de Terror. SC, p. 348.

²²SC, p. 291. Thompson é a favor da utilização de hipóteses de explicação causal na medida em que auxiliem o historiador a entender.

Quanto aos Negros, Thompson recusa-se a defini-los como “bandidos”, “criminosos”, “chantagistas”, exemplos de uma “subcultura do crime” (como fazem outros historiadores). Prefere ater-se às suas opiniões e às evidências históricas (quem eram, como viviam, quais suas motivações) ao invés de comprar as definições dos legisladores e proprietários. Faz referências às tensões sociais e econômicas nas florestas (os infratores *estavam submetidos à uma pressão econômica e social e defendiam certos direitos*) e procura evitar julgamentos morais baseados em preconceitos e anacronismos ao mesmo tempo em que se nega a romantizar o crime como mera resistência à opressão. Os Negros eram gente comum que compartilhava dos valores da comunidade plebéia; ao causarem certos distúrbios nas florestas, foram classificados de “criminosos” sendo que a partir daí alguns deles passaram a agir como tal vivendo na clandestinidade e tornando-se mais violentos. No século XVIII, afirma o autor, é provável que apenas uma fração dos que eram apanhados pela lei fosse constituída por bandidos “profissionais”.²³

Com as breves, mas incisivas considerações que faz sobre as *categorias* (“crime”, “subcultura”, “lei”) em *Senhores e caçadores*, Thompson mostra como aplica, na prática, suas lições sobre *conceitos* e *categorias históricas*²⁴ (postura que desenvolve em muitos outros trabalhos seus por exemplo, com os conceitos de “classe”, “consciência de classe”, “luta de classes”,²⁵ hegemonia”,

a partir da organização conceitual das evidências, determinadas formações sociais no passado ou seqüências particulares de causação e relação. Thompson fornece explicações, mas não as utiliza como modelos para previsões. Ver MT, p. 221 e TRIMBERGER, 1984, pp. 241-226.

²³SC, pp. 248-252.

²⁴Por *conceito*, Thompson entende *categorias gerais* (*classe, estado-nação, feudalismo etc.*) ou *formas e seqüências históricas específicas* (*crise de subsistência, ciclo de desenvolvimento familiar etc.*) MT, p. 221.

²⁵Especialmente em *A Formação da Classe Operária Inglesa e A Sociedade Inglesa do século XVIII: Luta de Classes sem Classes?*.

“exploração” – e que se deve a sua ênfase no diálogo entre os conceitos dos teóricos e os dos atores históricos e na investigação do processo histórico):²⁶ *Certas categorias e conceitos críticos do materialismo histórico só podem ser compreendidos como categorias históricas, isto é, categorias ou conceitos próprios para a investigação de processo, ao escrutínio dos “fatos” que no momento mesmo da interrogação, modificam sua forma (ou conservam sua forma, mas modificam seus “significados”), ou se dissolvem em outros fatos; conceitos adequados ao tratamento de evidências não passíveis de representação conceitual estática, mas apenas como manifestação ou como contradição*”.²⁷ Em outras palavras, os conceitos e regras históricas devem ser cotejados com a realidade (não tanto como “modelos”, mas antes como “expectativas” que facilitam a indagação das evidências), devem ser flexíveis, mas precisos na medida em que são confrontados com o contexto histórico e obedecem a uma lógica histórica.²⁸ Além disso, para Thompson, o estudo da história não serve para fazer previsões ou ajudar no controle social, proporciona somente a criação de uma auto-consciência por parte dos homens que pode afetar o presente e o futuro.²⁹

²⁶TRIMBERGER (1984), p. 229.

²⁷MT, p. 56.

²⁸MT, p. 56-57, 124, 125. ANDERSON (1985) discorda de Thompson; para ele o fato de o processo histórico ser flexível faz com que se exija uma maior elaboração teórica dos conceitos que devem ser claros e exatos fixando uma estrutura de invariabilidade por mais variação interna que permitam (pp. 10-11). No caso de SC, a própria densidade das descrições e caracterizações de Thompson o torna praticamente imune às críticas de impreciso, genérico, vago, em geral seus conceitos (“plebe”, “senhores”, “lei”, “condições materiais”, “mentalidade”, “crime”, “pré-capitalista” etc) são bem claros e definidos.

²⁹TRIMBERGER (1984), p. 227.

EXPERIÊNCIA

Um dos principais conceitos empregados por Thompson é o de *experiência*, um termo médio entre o *ser social* (as vivências, as relações determinadas de homens e mulheres em sua vida material) e a *consciência social* (a auto-consciência destas relações). A experiência influencia a cultura (as experiências na vida material são apreendidas pelas pessoas culturalmente), os valores e o pensamento e *é por meio da experiência que o modo de produção exerce uma pressão determinante sobre outras atividades*.³⁰ O ser social coloca certos limites e exerce pressões, que são experienciadas, sobre as possibilidades de ação e a consciência dos atores históricos. Para Thompson (e outros da tradição marxista britânica), a experiência é, em última instância, gerada na vida material – conseqüentemente o ser social determina a consciência social, mas sua influência é relativamente restrita já que as maneiras pelas quais as pessoas “manipulam” a experiência não são previsíveis nem totalmente determinadas.³¹ Esta última afirmação pode dar margem à interpretações ambíguas se isolada do contexto da obra de Thompson (ele afinal concorda com a primazia do ser sobre a consciência?). Thompson, como um adepto do materialismo histórico, afirma que a experiência se transforma com as mudanças no ser social e que esta experiência exerce pressões sobre a consciência social existente propondo novas questões e fornecendo “material” para o desenvolvimento do pensamento.³² O pensamento relaciona-se com o real apropriando-se dele, não em quaisquer ter-

³⁰MT, p 112.

³¹MT, p. 189.

³²Thompson reconhece também as experiências diferenciais de classe e as predisposições ideológicas decorrentes, mas não aprofunda esta idéia “teoricamente” em MT, p. 16. Posteriormente, as feministas procurariam trabalhar com a noção de experiência diferencial relacionada a gênero e outros historiadores ainda incluiriam raça e grupo étnico.

mos, mas de maneiras determinadas (tanto com relação aos procedimentos quanto com relação aos resultados) pelas características, propriedades, da realidade.³³ Entretanto, Thompson ressalta a existência de um *diálogo entre o ser social e a consciência social que se processa em ambas as direções*, a consciência (cultura, mito, ciência, lei, ideologia etc) *atua de volta sobre o ser*.³⁴ Thompson considera a questão de qual dos interlocutores tem mais peso (se as pressões do ser sobre a consciência ou se da ideologia ou do pensamento sobre o ser social) uma questão difícil, enfrentada mais satisfatoriamente pela análise histórica e cultural que pela mera teoria. (Thompson, como se se desculpasse por talvez ter ressaltado mais as determinações do ser sobre a consciência em *A miséria da teoria*, coloca suas observações “tendenciosas” apenas como um contraponto aos marxistas que enfatizaram demais a dominação ideológica e a Althusser que praticamente ignora o conteúdo empírico da vida material).³⁵

As definições de experiência presentes em *A miséria da teoria* podem parecer um pouco ambíguas, como constatou Anderson.³⁶ mas talvez isso se deva ao fato de que a materialidade e a idealidade não devem, para Thompson, ser concebidas, a não ser teoricamente, como esferas separadas (*não podemos conceber nenhuma forma de ser social independente de seus conceitos e expectativas organizadores, nem poderia o ser social reproduzir-se por um único dia sem o pensamento*).³⁷ Daí, algumas vezes a experiência parecer estar situada *dentro da consciência, como reação subjetiva a dados objetivos*³⁸ (*a experiência compreende a resposta mental e emocional, seja de um indivíduo ou de um grupo social a mui-*

³³MT, p. 26.

³⁴MT, p. 26.

³⁵MT, p. 17, 18.

³⁶ANDERSON (1985), p. 28.

³⁷MT, p. 16.

³⁸ANDERSON (1985) p. 28.

tos acontecimentos inter-relacionados ou a muitas repetições do mesmo tipo de acontecimento).³⁹ Enquanto que em outras, ela aparece entre o ser social e a consciência e é elaborada subjetivamente (processo de aprendizado) para produzir respostas culturais, particularmente de classe, podendo modificar ações objetivas posteriores:⁴⁰ *homens e mulheres retornam como sujeitos dentro desse termo [experiência] – não como sujeitos autônomos ou “indivíduos livres”, mas como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas como necessidades e interesses e como antagonismos e em seguida “tratam” essa experiência em sua consciência e sua cultura (...) das mais complexas maneiras (sim, relativamente “autônomas”) e em seguida (muitas vezes, mas nem sempre, através de estruturas de classe resultantes) agem, por sua vez, sobre sua situação determinada*.⁴¹ Assim a experiência é tanto estruturada quanto determinante, mas também pode ser moldada pela intervenção humana. A nova consciência que nasce da nova experiência é configurada pelos seres humanos parcialmente através de sua antiga consciência – os padrões culturais e os valores concebidos pela experiência passada. As pessoas podem apegar-se a valores e costumes tradicionais mesmo quando a vida econômica está mudando, ao mesmo tempo podem usar estes valores para ativamente intervir no sentido de tentar transformar as condições econômicas por exemplo.⁴²

Em *Senhores e caçadores*, Thompson trata de forma detalhada de aspectos das mudanças na vida material dos habitantes da floresta e das “respostas” destes aos acontecimentos; respostas que incluíam não a mera adaptação à nova realidade e sim algumas formas de resistência que lançavam mão de idéias da cultura tradicional e que, mais tarde, passariam a incorporar e tirar algumas vantagens

³⁹MT, p. 15.

⁴⁰ANDERSON (1985), p. 28.

⁴¹MT, p. 182.

⁴²TRIMBERGER (1984), p. 220.

da ideologia igualitária da própria lei que favorecia a propriedade privada.⁴³

Apesar dos problemas que possa ter a definição do conceito de experiência em *A miséria da teoria*, é preciso reconhecer sua importância ao colocar limites e situar no tempo, como parte do processo histórico, as determinações da vida material,⁴⁴ além de chamar a atenção para as vivências, os valores (*as normas, regras, expectativas etc. necessárias e aprendidas no habitus de viver.*⁴⁵ nas relações produtivas e familiares das pessoas) e os sentimentos (*as pessoas não experimentam sua própria experiência apenas como idéias, no âmbito do pensamento e de seus procedimentos (...) elas também experimentam sua experiência como sentimento e lidam com estes sentimentos na cultura (...) ou na arte ou nas convicções religiosas.*⁴⁶ A partir da preocupação com a experiência, os sujeitos se tornam parte ativa na história, e os historiadores passam a analisar *os sistemas pelos quais a vida familiar e social é estruturada e a consciência social encontra realização e expressão.*⁴⁷

A questão da determinação estrutural e das possibilidades de ação humana (*agency*) é enfrentada por Thompson que busca entender a *ambivalência crucial de nossa presença humana em nossa própria história, parte sujeitos, parte objetos, agentes voluntários de nossas próprias determinações involuntárias.*⁴⁸ Diante desta questão, endossa a definição de *determinação* como *fixação de limite*,

⁴³Em *A Formação da Classe Operária...*, Thompson também polemiza nestes termos com os economicistas mostrando a existência de uma consciência plebéia refratária às novas experiências no ser social; tais experiências eram tratadas culturalmente pelas pessoas, dando origem a uma consciência transformada. MERRILL (1984), p. 7.

⁴⁴KAYE, (1984), p. 235.

⁴⁵MT, p. 194.

⁴⁶MT, p. 188.

⁴⁷MT, p. 189.

⁴⁸MT, p. 101.

exercício de pressões e não como *programação pré-determinada* ou *implantação de necessidade* (dá um peso às condições materiais de existência sobre a formação da consciência e as possibilidades de ação – e contestação – dos sujeitos, mas não um peso absoluto). Dentro destes limites (estruturas), as pessoas podem atuar, contribuindo inclusive, em certos casos, para o alargamento dos limites.⁴⁹

A opção por este tipo de abordagem se justifica não só pela *lógica do processo histórico*⁵⁰ tal como Thompson a vê, mas também por uma escolha moral que afeta o próprio presente: a possibilidade da liberdade humana (mesmo com limites) – *é muito importante que nos consideremos livres*⁵¹ – uma crença na capacidade de atuar na história.⁵² A mensagem implícita é: se a ação é vista como uma força importante na história, então o futuro pode ser escrito em parte pelo ativismo no presente. O resultado coletivo será um tanto diferente das vontades individuais, mas este precioso espaço de

⁴⁹A formação de classe, por exemplo, seria um processo de auto-confecção (já que depende do tratamento que é dado à experiência, depende também da consciência de classe) sob condições determinadas ligadas às relações produtivas. (MT, p. 121) Idéia desenvolvida em *A Formação da Classe...*

⁵⁰MT, pp. 124, 176, 181.

⁵¹MT, pp. 169-170.

⁵²ANDERSON (1985), pp. 29-31, 35, 42, 62, faz algumas ressalvas (ação/conhecimento efetivo tem estado hierarquicamente limitado ao longo da história humana o que sugere assimetrias entre determinação e auto-determinação no passado entre necessidade e ação – com relação a *A Formação da Classe...*, a *paridade entre ação e condicionamento permanece como um postulado que nunca é comprovado*), acrescenta uma classificação de tipos de *agency*, uma ausência apontada como falha no livro de Thompson, e apela para uma clarificação conceitual dos vários sentidos e formas da “experiência”.

Thompson encara as diferenças de seu tipo de trabalho e do que faz Anderson, de certa forma, como diferenças de preocupações: com a cultura e com o poder (que trata muito pouco da cultura e da experiência introjetada. MERRILL (1984), p. 17.

ação parcialmente livre não deve deixar de ser explorado.⁵³ Assim, qualquer tipo de “estruturalismo”⁵⁴ precisa ser visto não só como equivocado, mas também como perigoso.

EXPERIÊNCIA

Para Thompson, o modelo “base/superestrutura”, que de metáfora de uma relação tornou-se uma categoria abstrata e, com os estruturalistas, uma descrição da realidade,⁵⁵ deve ser rejeitado; como a história é um processo estruturado (isto é, embora sujeito a certas pressões e limites, continua aberto e só parcialmente determinado), sua lógica só pode ser descrita em termos de análise histórica.⁵⁶ No caso dos valores morais, por exemplo, Thompson se recusa a encará-los como derivados ou secundários com relação ao “nível econômico”; isto seria uma visão mecânica, um pré-julgamento e/ou apenas uma hipótese não submetida ao exame histórico e que, além disso, refere-se à uma definição limitada da vida material.⁵⁷

Senhores e caçadores é também uma demonstração dessa forma de interpretar a história: estuda os limites da hegemonia de uma classe e a relação dialética entre classe e poder. Ao examinar as conseqüências da Lei Negra, Thompson aponta para os ganhos dos Whigs (ideológicas e materiais, como a acumulação de capital, o aumento da exploração, do poder e da concentração de proprieda-

⁵³BESS (1993) p. 29.

⁵⁴Thompson alerta para vários tipos de idéias que tendem a resvalar para a não liberdade: *somos estruturados por relações sociais, falados por estruturas lingüísticas previamente dadas, pensados por ideologias (...) gerados por normas sexuais patriarcais, (...) cultivados por mentaliths e representados pelo roteiro da história.* MT, p. 170.

⁵⁵MT, p. 125.

⁵⁶MT, p. 97, 112.

⁵⁷MT, p. 190.

des) ao lado dos frutos da resistência oferecidas pelos habitantes das florestas que, apesar da repressão, conseguiram manter (e talvez aumentar) vários dos direitos comunais no século XVIII, embora isso tenha, a longo prazo, significado *apenas um adiamento*. Isto foi possível tanto pela resistência dos florestanos e pelas dificuldades práticas de manter um controle e impor uma disciplina social regularmente, quanto pela manutenção, nas florestas, de conceitos de propriedade *arcaicos, defasados com relação ao espírito da época*. Embora os direitos comunais fossem praticamente irrelevantes se comparados aos dos grandes senhores, significavam a sobrevivência das pessoas humildes que procuravam mantê-los a todo custo inclusive pela força ou pelo roubo. E, enquanto isso, os modos capitalistas (economia monetária, a transformação de cargos e prerrogativas em propriedades vendáveis etc) e a Lei (que favorecia a noção de propriedade absoluta dos bens em oposição aos complexos direitos de uso comum) avançavam e destruíam aos poucos a “economia prática” da plebe nas florestas (cujos direitos, muitas vezes, foram transformados em “crimes”).⁵⁸ Por um longo tempo os habitantes das florestas procuraram reivindicar até nos tribunais seus antigos direitos, mas a aplicação da justiça se dava de maneira diferencial para os senhores e para os mais pobres; *mas a principal desigualdade residia numa sociedade de classe onde os direitos de uso não-monetário estavam sendo reificados em direitos de propriedade capitalistas, através da mediação dos tribunais de justiça*.⁵⁹ Thompson ilustra com detalhes as complexidades da aplicação da Lei Negra e defende seu objeto de pesquisa diante de outras correntes teóricas e historiográficas: dos que acreditam na estabilidade e tolerância do século XVIII inglês baseadas em um consenso mediado pelo “domínio da lei”, dos que desqualificariam um estudo restrito a uns poucos ladrões e mortos diante das mortes em massa e mudanças socio-demográficas em

⁵⁸SC, pp. 323-325.

⁵⁹SC, p. 330.

grande escala, dos marxistas esquemáticos que definem a lei como *uma parcela de uma "superestrutura" que se adapta por si às necessidades de uma infra-estrutura de forças produtivas e relações de produção* e um instrumento da dominação de classe, dos que valorizam apenas grandes temas universais e estudos de longa duração.⁶⁰

Em suas conclusões gerais, Thompson discorda da visão simplista que pressupõe, sem necessidade de pesquisa, que a lei não passa de uma *máscara do domínio de uma classe*. Aceita e reconhece que, de fato, como mostraram os estudos, a lei cumpre algumas *funções classistas e mistificadoras*. (...) *A lei, considerada como [1] instituição (os tribunais com seu teatro e procedimentos classistas) ou pessoas (os juízes, os advogados) pode ser muito facilmente assimilada à lei da classe dominante. Mas nem tudo que está vinculado "a lei" subsume-se à estas instituições*. A lei também pode ser vista como [2] um conjunto de regras que se relaciona, muitas vezes conflituosamente, com outros valores sociais (definições alternativas de propriedade, justiça e direitos por exemplo) e como [3] um campo possuidor de uma lógica (regras e procedimentos) própria. [1] A evolução da Lei Negra expressa a ascendência dos Whigs e serviu, de certa forma, para legitimar sua hegemonia, propriedade e *status*, atuando como ideologia, *como mediação e reforço das relações de classe existentes*. Entretanto, [2] os dominados também brigavam por "sua própria lei"⁶¹ as normas da comunidade contra os procedimentos institucionalizados da classe dominante – "A Lei" –, e mantinham uma noção de justiça mesmo quando suas regras passaram a ser consideradas "ilegais". A idéia da lei ser concebida como "superestrutura" não se sustenta diante do argumento de que *a lei, muitas vezes era uma definição da efetiva da prática*

⁶⁰SC, pp. 349-350. Ver também as considerações sobre o sentimento de "isolamento" de Thompson entre os historiadores acadêmicos em PALMER (1981), pp. 106-107.

⁶¹SC, p. 351, PALMER (1981), p. 107.

rural há séculos,⁶² (...) o Direito não se mantinha polidamente num 'nível', mas estava em cada nível: estava imbricado no modo de produção e nas próprias relações de produção (como direitos de propriedade, definições da prática agrária) [que por sua vez não funcionariam sem ele], e estava simultaneamente presente na filosofia de Locke; intrometia-se bruscamente em categorias estranhas, reaparecendo emperucado e togado num disfarce de ideologia; dançava uma quadrilha com a religião, moralizando sobre o teatro de Tyburn; era um braço da política e a política era um de seus braços; era uma disciplina acadêmica, sujeita ao rigor de sua própria lógica autônoma; contribuía para as definições da identidade tanto de governantes quanto de governados; acima de tudo fornecia uma arena para a luta de classes, nas noções alternativas do Direito que se degladiavam.⁶³ E, acrescentem-se a estas constatações, as modificações na lei como consequência, ao mesmo tempo em que servia como impulso, do desenvolvimento das relações sociais estruturadas em termos capitalistas.

A lei, no século XVIII, mediava as relações de classe existentes de acordo com uma lógica, em certa medida, própria e independente, como critérios relacionados a noções de igualdade e universalidade (mesmo que, ainda legalmente, vários tipos de pessoas fiquem excluídos). Para ser eficaz ideologicamente, a lei deve parecer justa (sendo que a classe dominante também deve estar idealmente submetida à ela). Desta forma, em certo sentido, os dominantes acabavam tendo seu poder limitado pela retórica da lei que terminava por impor-lhes algumas regras e restrições ao uso direto da força. Os dominados, por sua vez, também chegavam a lançar mão da retórica de igualdade pela lei, direito à privacidade e liberdade de

⁶²SC, p. 352.

⁶³MT, p. 110. Para ANDERSON (1985), no entanto, a idéia de "níveis" não deve ser descartada: o direito do ponto de vista empírico pode estar onipresente na sociedade sendo que, do ponto de vista analítico, corresponde à superestrutura, p. 80.

nascimento (idéias herdadas de lutas passadas contra o absolutismo) em sua auto-defesa, e, algumas vezes, a mesma lei que defendia os dominantes e suas propriedades era lembrada pelas pessoas mais pobres que acreditavam ter certos direitos com relação ao uso da terra. Quando em alguns momentos a lei parece favorecer os dominados em certas decisões dos tribunais, por exemplo, paradoxalmente, fortalece o poder dominante, pois sua retórica de igualdade sai fortificada e, ao mesmo tempo, coloca certos limites ao exercício deste mesmo poder que permanece atrelado à ela, à lei.⁶⁴

Ao utilizar o termo *hegemonia* com relação ao século XVIII,⁶⁵ Thompson não quer expressar consenso (não supõe a admissão por parte dos pobres da dominação, paternalista por exemplo, dos senhores em seus próprios termos, pois a subordinação, em parte, também implicava em negociação), e sim a existência de um campo de batalha onde os interesses dos senhores se confrontam com os da plebe em termos de disputas e negociações, mas que não se caracteriza por conflitos revolucionários, nem pela necessidade de uso contínuo da força física ou da coerção para que se mantenha a ordem social.⁶⁶ A hegemonia diz respeito a uma longa disputa entre a elite e os pobres que é tanto simbólica quanto real e que, em última análise, tem como vitoriosos a força dos privilégios e o poder da autoridade. Mas esta “vitória”, compreensível dada a desigualdade entre os componentes, também contém reciprocidade e troca correspondendo a bem mais do que uma simples e irrestrita forma de

⁶⁴SC, pp. 353-356.

⁶⁵Thompson afirma que, nesta época, havia uma forte cultura plebéia bastante distanciada da cultura dos senhores (*gentry*), algumas vezes resistente ou mesmo oposta à esta, outras vezes acomodada, mas operando sempre dentro determinados limites pautados pela hegemonia dos dominantes. KAYE (1984) p. 198.

⁶⁶Desenvolvido especialmente em *La Sociedad Inglesa del Siglo XVIII: lucha de clases sin clases?*, 1978. Ver KAYE (1984), p. 197.

dominação.⁶⁷ Além disso, a hegemonia definia os limites externos, ou seja, as possibilidades do que poderia ser política e socialmente praticado e assim influenciava tais práticas (oferecia a estrutura de um sistema de relações de dominação e subordinação), *mas dentro deste traçado arquitetônico poderiam desenvolver-se muitas cenas distintas e desenvolver-se dramas diversos.*⁶⁸

Genovese, historiador norte-americano, parece concordar com Thompson: *hegemonia implica antagonismos de classe; no entanto, implica também, num dado tempo histórico, a capacidade de uma determinada classe conter esses antagonismos num domínio em que sua legitimidade não seja perigosamente contestada.*⁶⁹ Ao comentar a “função hegemônica do direito”, Genovese argumenta, bastante próximo a Thompson, que *relegar o direito à categoria de fenômeno superestrutural e derivativo obscurece o grau de autonomia que ele cria para si mesmo. Pelo menos nas sociedades modernas, os fundamentos teóricos e morais da ordem jurídica e a real história específica de suas idéias e instituições influenciam passo a passo, a ordem social mais ampla e o sistema de domínio de classes, pois no mundo ocidental moderno classe alguma poderia governar por muito tempo sem alguma capacidade de apresentar-se como guardião dos interesses e das aspirações dos governados.*⁷⁰ Na sociedade escravista do Sul dos Estados Unidos, o direito era um instrumento para a hegemonia da classe dominante, os senhores de escravos (uma classe que se desenvolveu *em resposta dialética a outras classes*, os escravos e os brancos livres), ao mesmo tempo em que se mostrava como *uma força ativa e parcialmente autônoma*, mediadora entre as classes e limitadora do poder dos dominantes (ao obrigá-los algumas vezes a ceder diante dos dominados). Para poder atuar, a

⁶⁷PALMER (1981), p. 88.

⁶⁸*Lucha de clases sin clases?*, p. 59.

⁶⁹GENOVESE (1988): um estudo sobre o mundo dos escravos nos Estados Unidos, p. 48.

⁷⁰GENOVESE (1988), p. 48.

lei deve mostrar-se justa o suficiente legitimando-se eticamente diante das várias classes e não só da classe dominante.⁷¹ Voltando a Thompson, uma das reflexões mais gerais que emergem de seu estudo diz respeito à diferença existente entre o *poder arbitrário* e o *domínio da lei*. A lei pode encobrir injustiças e falsidades, pode ser terrível e cruel como a Lei Negra (e mesmo esta submeteu os dominantes a um certo controle) e não é totalmente imparcial e a-histórica. Mas, em si, *o domínio da lei, a imposição de restrições efetivas ao poder e a defesa do cidadão frente às pretensões de total intromissão do poder*, e o valor de igualdade e universalidade⁷² parecem ser uma conquista importante da humanidade, uma realização cultural cuja negação seria um erro gravíssimo (abriria brechas enormes às pretensões do poder desarmando as pessoas comuns diante dele).⁷³

PARA FINALIZAR, MAIS UMA HISTÓRIA⁷⁴

Na noite de onze de fevereiro de 1970, o professor Thompson recebeu um telefonema de alguns dos estudantes mobilizados na luta pela democratização do processo educacional. Eles haviam encontrado, em arquivos confidenciais da universidade, dossiês a respeito das atividades políticas dos estudantes e membros do *staff* que estavam sendo secretamente fiscalizados por funcionários da universidade; entre outras coisas, estes documentos classificavam as pessoas

⁷¹GENOVESE (1988), p. 48.

⁷²“A lei”, enquanto uma lógica da igualdade, sempre deve tentar transcender as desigualdades do poder de classe, ao qual é instrumentalmente atrelada para servi-lo. E “a lei”, enquanto ideologia, a qual pretende reconciliar os interesses de todos os graus de homens, sempre deve entrar em conflito com o sectarismo ideológico de classe – SC, p. 360, 361.

⁷³SC, pp. 357-361. Notar mais uma vez a preocupação social consciente que perpassa a obra de Thompson.

⁷⁴Extraída de BESS (1993), pp. 25-26.

de acordo com suas visões políticas e um deles referia-se à deportação de um dos historiadores ausente do país. Em resposta, Thompson fotocopiou os principais documentos e os distribuiu na manhã seguinte (sua intenção era de pressionar para que fosse iniciada uma investigação dos administradores da universidade). Diante da repercussão que se seguiu à divulgação dos documentos, Thompson sofreu dois tipos de ataque: os liberais e conservadores criticaram sua violação da privacidade da universidade enquanto os esquerdistas ridicularizaram seus esforços de restaurar a imparcialidade aos procedimentos oficiais da universidade. Thompson contra-argumentou afirmando que a idéia de imparcialidade não era um mero engodo, mas representava um princípio fundamental pelo qual as pessoas deveriam lutar, as regras poderiam constituir-se em defesas da democracia e das liberdades civis...

...Algum tempo depois, entre outros trabalhos, Thompson publica *Senhores e caçadores*.

BIBLIOGRAFIA

- ANDERSON, Perry, *Teoría, Política y Historia; un debate con E. P. Thompson*. Siglo Veintiuno, México, 1985. [Arguments within English Marxism, 1980].
- BASSANEZI, Carla, "Estudos de Gênero e Teoria Social". Texto, Campinas, mimeo, julho 1993.
- BESS, Michael, "E. P. Thompson: The Historian as Activist". **The American Historical Review**, v. 98, n° 1, feb. 1993.
- GENOVESE, Eugene, *A Terra Prometida; o mundo que os escravos criaram*. v. 1. Rio de Janeiro. Paz e Terra. Brasília. CNPq, 1988. [Roll, Jordan, Roll, 1974]

- HUNT, Lynn, "História, cultura e texto", *A Nova História Cultural*. São Paulo. Martins Fontes, 1992.
- KAYE, Harvey, *The British Marxist Historians*. Oxford. Polity Press, 1984.
- MERRIL, Mike, "Interview with E. P. Thompson". MARHO. *Visions of History*. New York, Pantheon Books, 1984. [1976]
- PALMER, Bryan, *The Making of E. P. Thompson: marxism, humanism, and history*. Toronto. New Hogtown Press, 1981.
- SCOTT, Joan, "Women in The Making of the English Working Class", *Gender and Politics of History*. New York. Columbia University Press, 1988.
- SHARPE, Jim, "A História Vista de Baixo". BURKE (org).A Escrita da História; novas perspectivas. São Paulo. UNESP, 1992.
- TILLY, Louise. "Genre, Histoire des Femmes et Histoire Sociale", *Genèses*. (2), déc. 1990.
- THOMPSON, Edward P. A., *Formação da Classe Operária Inglesa*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987. [The Making of the English Working Class - 1963]
- , *Senhores e Caçadores; a origem da Lei Negra*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987. (Whigs and Hunters - 1975)
- , *La Sociedad Inglesa del Siglo XVIII: Lucha de clases sin clases?*. Tradición, Revuelta y Consciencia de clase; estudios sobre la crisis de la sociedad preindustrial. Barcelona. Grijalbo, 1979. [Eighteenth-Century English Society; class struggle without class? -1978]

- THOMPSON, Edward P. A., *A Miséria da Teoria ou um Planetário de Erros; uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro. Zahar, 1978. [The Poverty of Theory - 1978]
- TRIMBERGER, Ellen, "E. P. Thompson: Understanding the Process of History". SKOCPOL (ed). *Vision and Method in Historical Sociology*. London. Cambridge University Press, 1984.
- VARIKAS, Eleni, "Genre, Experience et subjectivité; a propos du desaccord Tilly-Scott". Texto. Paris, 1991.

DO OPERÁRIO PADRÃO AO OPERÁRIO PATRÃO

Ana Elizabete Mota

A atual conjuntura econômico-social e política do Brasil tornou-se objeto de uma ampla discussão levada a efeito pelos mais diversos e até antagônicos setores da sociedade. Rompendo as fronteiras do Congresso Nacional, das Universidades, das entidades de classes e dos gabinetes ministeriais, ela ganha a rua no seu sentido mais preciso.

O fato de a esquerda não conseguir imprimir uma direção a este rico movimento, descaracterizando – de certa maneira – seu histórico papel de protagonista de um projeto social alternativo, causa perplexidade.

Partilhando de um discurso genérico, marcado essencialmente pelo balanço econômico da “década perdida” – ora tematizada como herança do modelo econômico implantado no pós-64, ora como produto do catastrofismo da crise global do capitalismo – as principais lideranças políticas da esquerda brasileira enfrentam a situação social do país sob o discurso da “retomada do crescimento econômico”, tendo como estratégia a formação de alianças para sair da crise.

A referência jornalística da crise, tornada lugar comum, equaliza formulações e problemáticas que possuem gêneses absolutamente distintas. Sob a égide da crise são tratadas questões que vão do

solapamento do projeto socialista até ao papel do Estado na regulação econômica e, mesmo, a questões como a fome, o desemprego e a corrupção. O que, longe de explicitar as particularidades da conjuntura brasileira, atua como o principal nutriente da *formação de consensos* acerca do “fim da história”.

O discurso *da* crise ou *sobre a* crise é formador de uma cultura política que rebate no esgarçamento de referenciais teóricos, políticos e ideológicos, permitindo indicar alternativas à ordem do capital.

Os principais movimentos sociais surgidos no país durante o ano de 1994, provavelmente estarão destituídos do caráter de movimento das classes trabalhadoras, porque construídos sob a batuta de um suposto interesse geral da sociedade em denunciar a barbárie social brasileira. As campanhas “contra a fome”, “pela ética na política” e “contra os massacres urbanos” etc., são exemplares do afirmado.

É incontestável o mérito de tais iniciativas, se analisadas do ponto de vista de uma solidariedade humana genérica ou mesmo da publicização das questões sociais. No entanto, é necessário ir além das aparências e ultrapassar os objetivos prático-operativos destes movimentos, para percebê-los também como portadores de uma determinada cultura política que os diferencia radicalmente da experiência organizativa dos trabalhadores, construída ao longo da década de 80.

Refiro-me ao fato destes incorporarem – em larga medida – um discurso salvacionista, de natureza transclassista, que *sitia* qualquer elemento de direção política explícita, como bem evidencia a sua auto-caracterização de movimentos supra-partidários, supra-políticos, supra-ideológicos.

Assim, por mais visibilidade e impactos que produzam a divulgação da existência de 32 milhões de miseráveis ou a existência de focos de corrupção no Congresso, este conjunto de manifestações do fazer político burguês não foi suficiente para pôr a nu as determinações gerais e as particularidades da atual crise brasileira,

nem sequer para evidenciar as formas estratégicas e táticas de seu enfrentamento.

Existe, portanto, um nexó entre a emergência destes movimentos e as tímidas e nebulosas propostas surgidas no âmbito dos sindicatos, centrais e partidos de esquerda que, neste momento, sofrem de uma profunda ausência de *gerenciamento*.

Explorar esta *crise de diferenciação* como produto de uma cultura política da crise é o objetivo deste artigo. Sinteticamente: quero discutir a *gestação de uma cultura política da crise*. Defino-a, desde já, como um movimento formador de ideologias, valores e representações que procura tornar subjetiva a objetividade da ordem burguesa, tecendo a “espontaneidade racional” (GRAMSCI) da classe subalterna, ao imprimir ao ocasional e transitório o caráter de permanente.

Trata-se de um movimento molecular, isto é, daqueles “que envolvem os indivíduos e os grupos modificando-os insensivelmente, no curso do tempo, de modo tal que o quadro de conjunto se modifica sem a aparente participação consciente dos atores sociais”. (BADALONI, 1991:109)

Por isso, tal “cultura” pode ser formadora da hegemonia do grande capital e protagonista do consentimento ativo das classes subalternas, na medida que seja capaz de elaborar uma visão socializadora da crise, conseguindo estruturar campos de lutas, indicar frentes consensuais de intervenção e demarcar espaços de alianças. (Cf. DIAS, 1993)

Essa cultura tenta construir um novo conformismo social, cujos interesses privados da classe burguesa devem se tornar genéricos e universais via saída conjunta para a crise neutralizando o patrimônio político-organizativo dos trabalhadores brasileiros, depois de uma década de lutas reativas e ofensivas sobre/contra o movimento ditatorial e concentrador do capital iniciado no pós 64.

Muitos cientistas sociais têm escrito e debatido sobre a crise dos anos 80. Sem que se possa reproduzir nos limites deste artigo os diversos enfoques analíticos que sobre ela circulam faço algumas constatações a partir das quais é possível pensá-la como crise orgânica da sociedade contemporânea.

Refiro-me aqui à *débâcle* do socialismo real, ao esgotamento do *Welfare State* como um padrão de intervenção estatal nas sociedades desenvolvidas e ao sitiamento das alternativas econômicas para os países do Terceiro Mundo (em especial a América Latina). Este último, visível tanto nas pressões oriundas do monitoramento do seu endividamento externo, como nas injunções produzidas pela internacionalização do capital financeiro e pela re-divisão mundial da produção e dos mercados.

Este quadro – objeto de diferentes óticas de análise –, vem sendo discutido a partir de alguns eixos conceituais que o “politizam” no âmbito do discurso e dos projetos, tanto da direita, quanto da esquerda. Neste sentido, a categoria-chave do debate vem sendo a regulação estatal *vis-a-vis* a auto-regulação do mercado.

A polarização do debate entre socialismo-capitalismo vem sendo apresentada a partir da crítica aos papéis do Estado em detrimento de outras categorias de análise que lhes dariam inteligibilidade enquanto projetos societais.

Este enfoque reduz o conjunto das relações econômicas, sociais e políticas da sociedade contemporânea a uma mera implosão de modelos de intervenção estatal, estabelecendo uma causalidade mecânica entre crise e presença/ausência do Estado. Aqui, economismo e politicismo se fundem, tendo como resultado o ocultamento das determinações fundamentais.

Deste prisma, pode-se dizer que no primeiro *round* da luta, a direita tem levado a melhor “na crise”: não apenas porque vem conseguindo socializar a sua visão da crise, como porque, ao fazê-lo, parece estar imprimindo uma direção política que é constitutiva de sua tentativa de hegemonia – a formação de uma cultura da crise

funcional aos seus interesses de classe. Parece, pois, que a direita conseguiu colocar a esquerda no canto do ringue!

Neste sentido, a adoção de um *discurso acrítico sobre a crise* e suas formas de superação, como parece estar acontecendo no Brasil, desemboca no que Conceição Tavares chama de estragos devastadores. Segundo Tavares (1991:53), “*a idéia atual dos ‘progressistas’ é sua insistência na modernização, na inserção internacional dinâmica, na eficiência do Estado, como condições para empreender de novo o crescimento*”.

O rebatimento da crise no Brasil se dá em dois planos gerais: um, determinado pelo sistema financeiro mundial e pelo reordenamento dos mercados e da produção internacionais, implicando essencialmente nos chamados ajustes econômicos (financiamentos, juros, importações/exportações etc.); o outro, referente à adoção de resoluções essencialmente políticas que dêem sustentação às medidas de ajuste.

O elenco dessas medidas é vasto, mas seu principal “gargalo” é a política de pactos entre empresários/governo/trabalhadores e a tentativa de revisão constitucional, que teria por objetivo sancionar mudanças de ordem legal-institucional relativas à entrada do capital estrangeiro, ao monopólio estatal da exploração do solo e à liberalização de algumas contribuições sociais vinculadas à folha de salário das empresas como é o caso da Previdência Social.

Certamente que algumas medidas de curto prazo não dependem da Revisão e já estão incorporadas à agenda governamental: as tentativas de saneamento do *déficit* público, a realização da reforma fiscal e a privatização de empresas produtivas estatais e de alguns serviços públicos na área da infra-estrutura.

Os rebatimentos da “crise”, é claro, não se resumem à mera listagem dessas medidas. Estas indicações corroboram minha suposição de que, também no Brasil, o tratamento “da crise” – expresso no discurso e nos projetos do governo, dos partidos, dos empresários e... até de trabalhadores, *particulariza um determinado modo de*

construção de uma cultura da crise nos marcos do pensamento neoliberal.

Tendo como sujeitos dominantes e dirigentes desse processo as classes proprietárias vinculadas ao setor industrial-financeiro e à burocracia estatal a eles associados, seu núcleo central se projeta na direção do desmonte dos mecanismos “democráticos” de regulação da produção social que “*contenham qualquer componente (...) de controle do movimento do capital, em prol, é claro, dos seus interesses particulares de classe*”. (NETTO, 1993:81)

Avento a idéia de que se trata também, da gestação de uma cultura da “vontade corporativa”, na medida que se funda em estreitas vinculações entre interesses imediatos do trabalhador e dos grandes ramos do complexo industrial e financeiro. *Sua emergência se dá na exata medida em que para afirmar a “vontade corporativa” é necessário negar, ainda que inconscientemente, a “vontade coletiva”, articuladora de projetos de classe.*

A “vontade coletiva” seguindo a tradição gramsciana é conceituada como “*a consciência atuante da necessidade histórica, como protagonista de um drama histórico real e efetivo (...) no sentido de alcançar uma forma superior e total de civilização moderna*”. (GRAMSCI, 1988:7)

Ainda que a priori não encerre uma oposição, a “vontade corporativa” representa um movimento que aglutina interesses particulares e imediatos dos trabalhadores em função da sua inserção em uma mesma comunidade. No entanto, em níveis mais desenvolvidos essa “vontade corporativa” poderia configurar-se como uma “renúncia da hegemonia”¹ do coletivo de trabalhadores.

¹ Discutindo a história do conceito de hegemonia, Perry Anderson cita Lenin para demarcar a distinção entre a fase corporativa e fase hegemônica na ação política dos trabalhadores: “é a consciência da idéia de hegemonia e a sua colocação em prática nas próprias atividades que transformam as corporações no seu conjunto em uma classe”. (ANDERSON, 1986:18). Sobre o tema, ver as próprias colocações de Gramsci acerca do processo

A burguesia tenta, assim, construir um novo conformismo baseado na fragmentação da vontade coletiva dos trabalhadores e na construção – para aqueles – de uma vontade corporativa sob a batuta do fracasso das experiências coletivistas do socialismo real e ancorados em uma suposta democratização do capital cujas regras não são construídas no espaço público, mas no âmbito de cada corporação ou, como se diz agora, mais “modernamente”, de cada conglomerado em particular.

Sem subordinar a atividade crítica ao fatural, mas encarando-o como uma sinalização do real, vejo a experiência do *Programa Nacional de Desestatização (PND)* – principal explicitação do discurso da “modernização” do capitalismo brasileiro dos anos 90 –, como referência para discutir uma das estratégias implementadas pelo Governo e pelos empresários e banqueiros para viabilizar a agenda da privatização: a adesão dos trabalhadores ao Programa. Fato que, desde já, considero um dos melhores produtos da cultura da crise.

Essa adesão dos trabalhadores é representada pela criação de um novo personagem no cenário social brasileiro – o “operário patrão” – que pode ser a versão pós-moderna do ex-operário padrão da ditadura ou do operário Brasil dos anos 80. Ambos patrocinados pelas Federações das Indústrias e pela Fundação Roberto Marinho.

Ironias à parte, o operário patrão não é um desdobramento mecânico e linear do antigo operário-padrão. Embora sejam produtos de necessidades que nascem no mundo do trabalho – a disciplina taylorista dos anos 70 e a chamada flexibilização pós-fordista dos anos 90 – algo os separa definitivamente neste momento: a representação da sua inserção no salariato.

Enquanto os primeiros se reconheciam individual e coletivamente como vendedores de força de trabalho ao capital, como assalariados, os atuais trabalhadores-proprietários constroem uma antinomia so-

de construção da hegemonia, especificamente quando trata o “o momento econômico-corporativo” enquanto “expressão de uma relação de força”. (GRAMSCI, 1988:49-51).

bre a sua própria condição: trabalham como operários, mas devem se reconhecer como patrão apesar da sua participação acionária nas empresas não exceder 20% do capital. Aliás, esta foi a palavra de ordem veiculada na cidade de Timóteo (MG), quando terminou o pacífico leilão de privatização da Acesita. Alardeavam os autofalantes da Usina: *“acionem as sirenes, pois agora o peão vai ser patrão!”*. Peão-patrão, patrão-peão, peão-patrão-de-peão, este é o único patrão do mundo que necessita de qualificativos ocupacionais, porque não é um patrão como os outros: provavelmente, além de peão, ele deve ser preto e pobre.

Sua condição de “patrão” não se dá em função do controle sobre o capital das empresas, mas pela sua condição simbólica de “dono” e pelo papel quase decisivo que têm desempenhado na formação dos consórcios e acordos de acionistas feitos com grandes grupos - bancos, indústrias e construtoras que formam o novíssimo monopólio do aço no Brasil. Como diz a revista *Veja*, “os novos barões do aço, catedráticos em fortuna, o industrial Gerdau e o banqueiro Bozzano, agora têm trabalhadores como sócios das suas empresas”. (*Veja*, 15-09-1993)

Lembremos, também, o recente consórcio formado pelos empregados da Açominas com a Mendes Júnior, a Villares, a White Martins e a Vale do Rio Doce, que promete ter o monopólio da fabricação de tarugos de aço, já que a Açominas, com 67% do mercado, junta-se a Villares que também fabrica o mesmo produto.

Parece, pois, evidente que o atual operário patrão é um produto político da ação estratégica do capital, tanto quanto o foi o operário padrão. O que os distingue é o *método de construção do esgarçamento das suas identidades de classe*.

No primeiro caso, prevalecia a prática coercitiva - o modelo padrão de disciplina, da assiduidade, da produtividade e do puritanismo. No momento atual vale a persuasão, o convencimento, a elaboração de uma cultura dissolvedora da solidariedade inter-classe e restauradora da conciliação entre classes antagônicas, marcada pela

formação de uma nova subjetividade: *a condição comum de “ser patrão”*. Ainda que trabalhe como peão, ganhe como peão, ele deve começar a pensar como patrão.

Sobre essa antinomia dos operários-padrão e patrão cabem, também, algumas considerações fatuais. Tome-se, por exemplo, a “pedagogia” da formação dos clubes de acionistas dos empregados. Os clubes de acionistas são instituições com personalidade jurídica que habilitam os empregados junto a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) das Bolsas, para participar dos leilões de privatização. Seu método de formação retrata bem esta dialética da destruição/contrução da solidariedade entre as classes trabalhadora e capitalista. Seu objetivo não é apenas a qualificação legal-institucional do trabalhador como mais um agente do mercado, um potencial parceiro-investidor dos grandes grupos compradores. Sua finalidade é criar uma forma de organização por fora do espaço sindical, sem operar rupturas com os sindicatos para legitimar a privatização, criando, assim, a expressão material do consenso. Afinal, dizem os seus defensores: os trabalhadores estão salvando o emprego.

A formação dos clubes é a ante-sala de uma organização de “trabalhadores-proprietários” que, tão logo sejam acionistas, terão que consentir com as demissões pós-privatização e os planos de reestruturação da produção.

Os trabalhadores operam a lógica do “mal-menor”; suas justificações para participar deste processo são a crítica ao clientelismo e empreguismo da gestão estatal, a defesa do funcionamento das fábricas e a manutenção do emprego. Aliás, justificações absolutamente pertinentes.

O que causa espécie é o fato de que os criadores e gestores do clientelismo – os quadros dirigentes das estatais – não têm origem “de peão”; a acumulação do passivo e a política de subsídios nestas empresas também não foi opção “de peão”, mas a salvação do emprego torna-se uma responsabilidade dele.

Mas, tão logo o peão se reveste do estatuto de “dono”, os argumentos da viabilidade econômica das empresas terminam por se sobrepor ao ideário da manutenção dos empregos. Assim, mais de 6000 trabalhadores foram despedidos destas ex-estatais e Vicentinho não precisou ir ao Vale do Aço! Não cabe, obviamente, nos limites deste artigo, uma reflexão cuidadosa sobre a questão das Câmaras Setoriais, aspecto particular deste tipo de saída para a crise.

De fato, a burguesia industrial e financeira, para além da sua condição de classe dominante, quer tornar-se classe dirigente obtendo o consentimento ativo de segmentos das classes subalternas em torno do núcleo mais duro do seu projeto: *o Estado mínimo versus o mercado máximo, base da criação do cidadão-proprietário-consumidor.*

Ora, falar de Estado mínimo em um país cuja regulação estatal desde, pelo menos, o Plano de Metas de JK, foi sempre “truncada” (OLIVEIRA, 1990:44) porque destituída de regras, soa, no mínimo, estranho. Neste caso, tudo me leva a crer que a desregulamentação de que se fala no Brasil é apenas um código utilizado para qualificar a necessidade de reestruturação dos diversos capitais face as “novas demandas” da produção seletiva internacional em prol, é claro, da formação de novos nichos de acumulação, como é o caso da “oligopolização” da indústria do aço.

Não é a constatação do poder da burguesia para realizar redirecionamentos na intervenção do Estado na economia que ampara a minha argumentação da “gestação de uma cultura política da crise”. Isto é inconteste. O novo, pelo contrário, reside no fato da burguesia não querer mais socializar “pelo alto” este poder. Isto é, para naturalizá-lo como expressão da sua ordem, além das condições materiais, é necessário tornar este projeto hegemônico. O eixo da adesão à sua ordem passa a ser: “acesso ao lucro para todos”!

Este processo não surgiu com o Programa de Privatização, como produto da eficiência pedagógica do governo Collor. Trata-se de um “movimento molecular”, gestado a partir dos finais da década de

80 e que tem na campanha eleitoral de 1989 um marco significativo, quando a tensão contida nos discursos da direita e da esquerda torna-se explícita.

Enquanto a direita criticava o “tamanho do Estado” e defendia a desestatização via liberação de atividades para a chamada iniciativa privada, a esquerda criticava a ausência de regulação estatal e defendia a desprivatização do Estado, no sentido de publicizar a sua intervenção.

Derrotada a esquerda, o discurso liberal passa a ser objeto de uma ampla ofensiva através da articulação entre empresários, burocracia estatal e mídia, cujo objetivo parece claro: *quebrar a resistência dos setores organizados para integrá-los à sua ordem*. Esta ofensiva aconteceu em vários planos.

No âmbito *governamental*, o projeto de “reconstrução nacional” estabelece a sua meta – “a redução do Estado que deve se dedicar a funções essenciais na área da saúde, educação e infra-estrutura; a liberalização da economia (...) para que o mercado se recomponha e a competitividade alcance níveis internacionais”. (**Folha de S. Paulo**, 15-03-1991). Dentre as medidas de impacto, estavam a reforma administrativa e a privatização das estatais, como foi o caso da USIMINAS, que ocorreu em outubro de 91.

No espaço da mídia, a ofensiva foi centralizada no processo de privatização das estatais. *A televisão “trabalhou” os números e os jornais, as pesquisas de opinião*. É interessante observar a estratégia da grande imprensa: divulgação ampla do apoio dos operários à privatização das empresas como meio de desqualificação do discurso sindical cutista.

É interessante, também detalhar, a estratégia da imprensa. Baseada numa pesquisa de opinião, ela informava sobre os altos índices de sindicalização na região do ABC demonstrava o apoio dos trabalhadores ao pagamento da dívida externa, as preferências do trabalhador pelo emprego nas empresas multinacionais e, por fim, indicava-os como eleitores de Lula. Boa conclusão: apesar de sindi-

calizados e de votarem em Lula, os trabalhadores querem a privatização, o pagamento da dívida e defendem as multinacionais. Ou seja, suas ideologias estão em descompasso com o projeto da esquerda. Mas, não é só isso... no mesmo período tomou conta da imprensa escrita e falada a reportagem dos “homens gabirus” do Nordeste, permitindo mais um alerta: ou operário de multinacional com ideais privatistas ou a saga do “homem gabiru”!

No campo *empresarial*, pode-se dizer, com base na leitura de Oliveira (1990:45-52), que a “*descoberta imprevista*” dos anos 90 é o “*grau de articulação existente hoje no amplo conjunto das poderosas burguesias no Brasil*”. Os vetores desta articulação passam pela fusão do capital bancário com o industrial; pelas participações do capital estrangeiro nas empresas ditas nacionais; pela simbiose entre empresas estatais produtivas e empresas privadas nacionais e estrangeiras — via formação de *holding* e pela ampliação da organização corporativa dos empresários.

Assim, já integradas na ordem mundial, as burguesias necessitam penetrar todos os espaços de resistência para tornar seu projeto universal e hegemônico. E, para isso, é necessário não apenas ser classe dominante, mas também, e especialmente, classe dirigente.

No Brasil, a década de 80 pode ter sido o cenário da derrota na economia, da ação organizada das classes trabalhadoras, mas certamente não o foi no campo da política. Elas adquiriram uma cara através do novo sindicalismo, da criação da CUT, da formação do PT, de um amplo leque de movimentos reivindicatórios. Enfim, elas construíram formas de alteridade no espaço da resistência e embriões da ultrapassagem do nível “econômico-corporativo para o das reformas políticas e econômicas”. (GRAMSCI, 1988:43)

Se assim é, como então entender a “fertilidade” da construção dessa cultura do operário patrão?

As respostas estariam mais na capacidade que teve o capital de tecer o seu projeto a partir do mundo do trabalho, sob o impulso do discurso modernizador embutido nas saídas da crise, de tratar

“politicamente” as bases materiais e culturais da sua reestruturação produtiva gestada desde os anos 80, do que na análise das fragilidades políticas das classes trabalhadoras.

Quais foram as bases objetivas desse processo?

No mundo da produção material, temos toda uma reestruturação da produção que, formadora de uma determinada cultura técnica, subsume a resistência do trabalho ao ideário da produtividade e da qualidade total das mercadorias, no interior de uma re-divisão não apenas do trabalho, mas do mercado produtor. *Reestruturação essa que captura, psíquica e materialmente, o saber do trabalho como arma da sua própria subordinação, construindo no cotidiano do trabalhador, em cada empresa, uma linguagem de conciliações e salvacionismo da crise face à ameaça do desemprego e do fechamento das fábricas.* Entre a diminuição das unidades de produção, a terceirização do trabalho como alternativa de emprego marginal e a solidariedade mercantil entre patrões e assalariados – ambos supostamente ameaçados pela recessão – gesta-se um novo projeto para o trabalho, *marcado pelo ethos do trabalho subalternizado e consentido.* A hegemonia do econômico se sobrepõe e tenta massacrar os ideários políticos. Na verdade, a recomposição do trabalhador coletivo se dá não apenas no processo técnico de trabalho, mas no processo político-cultural.

No âmbito da resistência político-institucional dos trabalhadores, captura-se o que de mais caro o movimento organizado conseguiu: a identidade de interesses e as motivações para o “combate”. Tornam-se, assim, parceiros do enfrentamento de uma crise que não foi por eles tecida. De interlocutores críticos, conflituos, tenta-se transformá-los em colaboradores, aliados de um projeto salvacionista de última hora.

No âmbito da subjetividade, procura-se construir uma identidade sobre a suposta equalização dos “prejuízos” da crise para todas as classes. Busca-se a realização de formas subjetivas de consentimento, expressas nas defesas do “mal menor”, dos sacrifícios recompensados, da cultura da frente de salvação...

Neste sentido, as classes dirigentes buscam capitalizar, no âmbito da sua cultura política, as derrotas conjunturais dos movimentos organizados de trabalhadores - principalmente aquelas relacionadas com salários, emprego e poder de decisão - transformando-as em causa e conseqüência da adesão ao projeto da modernidade do grande capital, apostando no sucesso da fragmentação dos interesses imediatos da classe trabalhadora. Isto é, tenta-se socializar a nova e moderna expressão da racionalidade da ordem burguesa: *o ideário do cidadão-proprietário ou do operário-padrão, que pode também se transformar no operário-padrão desta sociedade.*

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDERSON, Perry. *As antinomias de Gramsci*, São Paulo, Jorués, 1986.
- BADALONI, Nicolas. "Gramsci: a filosofia de práxis com revisão", in: HOBBSAWM, E. *A história do marxismo*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1991, vol. X.
- DIAS, Edmundo F. "Educação e cidadania: classes e racionalidades". in *Cadernos da ANDES*, nº 10, Brasília, 1993.
- GRAMSCI, Antonio. *Maquiavel, a política e o estado moderno*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1988.
- JORNAL FOLHA DE S. PAULO**, 15 de março de 1991.
- NETTO, José Paulo. *Crise do socialismo e ofensiva medieval*. São Paulo, Cortez, 1993.
- OLIVEIRA, Francisco de. "Os protagonistas do drama: Estado e Classes Sociais no Brasil", in: LARANJEIRA, S. (org.) *Classes e movimentos sociais na América Latina*. São Paulo, HUCITEC, 1990.
- REVISTA VEJA**, 15 de setembro de 1993.
- TAVARES, Maria da Conceição. "Economia e Felicidade", in: **Revista Novos Estudos CEBRAP**, no. 30, São Paulo, 1991.

RESENHA

AUSTER, Paul. *Leviatã*. Ed. Best Seller/Círculo do Livro, São Paulo, 1993.

Leviatã é um romance moderno e urbaníssimo, que fala de vários personagens, filhos dessa mesma moderna urbanidade. O principal deles é Benjamin Sachs, nascido em 6 de agosto de 1945 e que se auto-denomina filho da bomba de Hiroshima. Auster não força aqui uma coincidência fortuita: Sachs torna-se pacifista contra a guerra no Vietnã em finais de 60, é preso em razão desse engajamento e, nos anos 90, torna-se um terrorista procurado por explodir réplicas da estátua da Liberdade que, para ele, seriam o símbolo da hipocrisia americana.

Vista assim, a narrativa parece absurdamente linear e desvenda uma engrenagem por demais poderosa regendo o romance de Auster. É totalmente enganoso pensar que sua prosa se pautar por essa linearidade. Auster entretetece uma teia mais complexa sobre a experiência moderna e a coloca sob a regência do acaso. Todos os diversos personagens que passeiam pelo romance – e são vários – transformam suas vidas ao sabor de casualidades e coincidências intercambiando experiências mas, sobretudo, identidades. E disto resulta uma prosa leve, ainda quando se trata de definir o que entende como o dado mais marcante da experiência humana deste século – na voz de Benjamin Sachs: a bomba é um fator central no mundo, o que nos destacará das demais gerações, a derradeira fronteira do espírito. E como a bomba e seus estilhaços com os quais nos deparamos no primeiro parágrafo do livro, dilacerando o corpo de Benjamin Sachs, é de fragmentos que se compõe a vida moderna, segundo a narrativa de *Leviatã*.

O que parece emergir desse texto narrado por Peter Aaron, um escritor da mesma geração de Benjamin Sachs, é que atrás da prosa leve os destinos estão à deriva. Isto é, a vida moderna coordenada

pelo acaso parece ser mais do que uma presa de um sistema que se faz invisível, mas totalmente presente na coordenação dos destinos dos homens. Quanto mais ao acaso, maior é a carência de projeto de uma geração que já nasceu assistindo aos horrores da história contemporânea, já protestou contra ela, e sucumbiu. Quanto mais casual a existência, mais forte parece ser a engrenagem que a rege. Não se trata exclusivamente do Estado, que perpassa o romance com sua presença controladora em vários níveis; é mais que isso, é o caos e o caldo da modernidade que definem destinos, sobretudo quando a história parece ter escapado das mãos dos homens.

Os personagens desse romance de Auster são aqueles que encontramos também na experiência cinematográfica de Win Wenders (para quem, aliás, Auster fez recentemente um roteiro), o *flaneur* e o *voyeur* modernos, que vagam pelo mundo em busca de si mesmos depois da perda da idéia de pátria, família e nação. Quase todos os personagens de *Leviatã* vagam nessa busca e se espreitam. E por fim, nós próprios espreitamos a vida de Sachs contada por Peter Aaron, antes que o FBI, que espreita todo mundo, dê outra versão dela.

A representação da impalpabilidade da experiência moderna fica por conta da fotógrafa Maria Turner, que no romance registra com sua câmara fotográfica as mais diversas e aleatórias trajetórias, incluindo a sua própria, numa demonstração de que, talvez, restem poucas formas de se conferir concretude à existência contemporânea.

A crítica tem aclamado Paul Auster como um dos grandes escritores da geração americana da atualidade. Propõe-no como o escritor do mal-estar americano. O próprio autor define-se como um escritor realista. Para ele, seus personagens não poderiam ser diferentes, porque a história é assim, e os fazem ser o que são. Para ele, os EUA são um país ao mesmo tempo terrível e maravilhoso, de cujo caldo cultural podem surgir as mais disparatadas personalidades, revelando faces ocultas, inclusive nas próprias pessoas que se amam e se julgam conhecer.

Ao contrário de Wenders, entretanto e pelo menos, ao final dessa estória de mal-estar no mundo, sobra um significativo estado de afeto entre as pessoas que o compõe. E não é por outra razão que Peter Aaron (o narrador) se propõe a tornar pública a história de Benjamin Sachs. Em meio ao caos, pelo menos, o afeto.

Célia Aparecida Tolentino

Professora de Sociologia da Faculdade de Filosofia e Ciências da
UNESP em Marília, Doutoranda em Ciências Sociais na
UNICAMP.

Área: Desenvolvimento e Pensamento Social.

RESENHA

BROWNE, Paul. "Lukács later Ontology", in **Science and Society**, vol. 54, n° 2, 1990.

OLDRINI, Guido. "Gramsci e Lukács Avversari del Marxismo della II Internazionale", in **Giornale Critico della Filosofia Italiana**, fasc. II, Maio/Agosto, 1991.

OLDRINI, Guido. "Lukács e la via marxista al concetto di *persona*", in **Marxismo Oggi**, Junho, 1993.

TERTULIAN, Nicolas. "Le concept d'aliénation chez Heidegger et Lukács", in **Archives de Philosophie**, Julho/Setembro, 1993.

TERTULIAN, Nicolas. "Georg Lukács et le Stalinisme", in **Les Temps Modernes**, n° 563, Julho/Setembro, 1993.

É interessante acompanhar o debate que se desdobra internacionalmente acerca da *Ontologia* de Lukács. Suas principais características, do ponto de vista formal, ocorrerem principalmente através de artigos ou coletâneas de artigos e exibem uma divisão bastante nítida em países. Enquanto nos EUA e na Austrália, países onde a influência de Agnes Heller e Ferenc Feher se faz mais presente, predomina a vertente que considera a *Ontologia* como um mero retorno à filosofia medieval pela mediação do caráter de fé da "crença" de Lukács no comunismo; na França e na Itália temos as tentativas mais consistentes de abordar esta obra como um avanço decisivo para o marxismo contemporâneo.¹

¹Da primeira vertente, os títulos mais significativos são Congdon, L. *The Young Lukács*, University of North Caroline Press, 1983; Heller, A. (org.) *Lukács Reappraised*, New York, 1983; Marcus, J. e Tarr, Z. *Georg Lukács - Theory, Culture and Politics*, Transaction Publishers, USA, 1989. Um panorama abrangente da segunda vertente pode ser encontrado nas atas do colóquio "Para uma nova filosofia política. Aos 100 anos do nascimento de G. Lukács e E. Bloch", realizado em Milão. Publicadas sob o título Musillani, R. (org.) *Filosofia e Prassi*, ed. Diffusioni, Milão, 1989. Cópias xerografadas dos cinco artigos resenhados, bem como

Nesta resenha nos ocuparemos de cinco artigos publicados na Europa e no Canadá, nos últimos quatro anos, que defendem, cada um a seu modo, a importância da *Ontologia* para o debate contemporâneo.

O primeiro deles foi publicado em 1990 por Paul Browne, professor da Universidade de Ottawa, na revista **Science and Society**. Em frontal contraposição ao artigo de Agnes Heller, "Lukács later philosophy", in Heller (org.), *Lukács Reappraised*, New York, 1983, argumenta Browne que o retorno a Marx, proposto por Lukács em seus últimos escritos, é "de um modo genuinamente dialético, um passo avante no desenvolvimento de um novo patamar do materialismo histórico". O reconhecimento da historicidade do ser, do seu caráter de *complexo de complexos* – isto é, da sua contraditória totalidade – permite ao filósofo húngaro avançar na "elucidação da estrutura categorial do ser". Argumenta Browne que Lukács superou com sucesso as antinomias entre o social e o natural tão características do Iluminismo, ao mesmo tempo que evitou as armadilhas do absoluto hegeliano. Desse modo, forneceu os fundamentos teóricos para "uma concepção da totalidade das relações, historicamente constituídas, entre indivíduos, estruturas sociais, a totalidade social e a natureza". O artigo de Browne, além da sua competente abordagem das principais categorias da *Ontologia* de Lukács, é de particular importância por ser um dos poucos em língua inglesa.

Em 1991, o **Giornale Critico della Filosofia Italiana** publicou o artigo de Guido Oldrini, professor na Università degli Studi di Bologna, "Gramsci e Lukács Aversari del Marxismo della II Internazionale". Neste escrito, Oldrini busca se contrapor à concepção de que, nos anos 30, o marxismo de Lukács implicaria na adesão ao mecanismo e materialismo ingênuo do estalinismo. E, para isso, recorre à oposição de Gramsci e de Lukács ao marxismo da II Internacional.

dos títulos desta nota, podem ser obtidas mediante solicitação ao Centro de Documentação Lukács, Biblioteca Central, Universidade Federal de Alagoas, CEP 57072-970, Maceió, Alagoas.

Argumenta o autor que a concepção teórica de fundo, bem como a análise de fenômenos singulares por parte dos dois pensadores são radicalmente incompatíveis com todo e qualquer mecanicismo ou materialismo ingênuo, pois reconhece o papel ativo da consciência na conformação da sociabilidade. Além de um forte argumento a favor da importância e da originalidade das posições de Lukács para o desenvolvimento do marxismo nos anos 30, que o conduziam (juntamente com Gramsci, ainda que com intensidade e por vias distintas) a uma compreensão renovadora do marxismo enquanto ontologia, o artigo de Oldrini tem também o mérito de assinalar uma proximidade teórica de fundo, decisiva, entre Lukács e Gramsci que vai para muito além do plano político imediato: algo como conceber o pensamento marxiano enquanto uma nova *Weltanschauung*.

O ano de 1993 foi particularmente fértil na publicação de trabalhos em defesa da *Ontologia* de Lukács. Na Itália, Guido Oldrini publicou “Lukács e la via marxista al concetto di *persona*” “Le concept d’aliénation chez Weidegger et Lukács”.

O artigo de Oldrini, sem se propôr a esgotar o tema, reúne de forma abertamente polêmica os elementos mais significativos da *Ontologia* de Lukács, os quais lhe permitem demonstrar o equívoco daqueles que consideram ser o marxismo, com o seu característico reconhecimento da prioridade da reprodução material na esfera social, incapaz de tratar dos fenômenos da individualidade e da subjetividade. Com toda razão, argumenta Oldrini, que Lukács demonstrou que apenas concebendo a individualidade como elemento fundamental da totalidade social pode ser ela considerada no seu ser-precisamente-assim, evitando-se toda e qualquer fetichização do indivíduo ou a sua redução à assim denominada “infra-estrutura”. Segundo Oldrini, para Lukács, “a individualidade não pode ser de modo algum concebida como um *prius* abstrato, um dado imediato, um ponto de partida ou – para usar uma expressão do próprio Lukács – como uma ‘forma originária fundamental, de certo modo antropológica, do ser-homem’, mas sim como aquele ‘para-si’ que

surge pouco a pouco, através de atos conscientes de escolhas entre alternativas, no curso do desenvolvimento objetivo do desenvolvimento do ser social.” Longe de não conseguir trabalhar com as categorias da subjetividade e da individualidade, a *Ontologia* de Lukács seria, para Oldrini, um momento privilegiado para o avanço da compreensão de suas articulações internas mais decisivas. .

“Le concept d’aliénation chez Heidegger et Lukács”, de Tertulian, enfrenta a polêmica por um outro ângulo, ainda que o núcleo conceitual decisivo do artigo possua enorme proximidade com os artigos de Oldrini acima resenhados. O fenômeno do estranhamento (*Entfremdung*) seria abordado por Lukács e Heidegger por meio de formas rigorosamente antinômicas. Enquanto, neste último, o estranhamento é uma condição da existência humana, dada pelo esquecimento do “ser”, e cuja superação apenas teria lugar através de uma “escatologia secularizada” que reaproximasse os homens do contato originário com o ser; em Lukács, a concepção é completamente oposta. O estranhamento tem seu fundamento no desenvolvimento histórico do gênero humano, e a sua superação exige o desenvolvimento de formas crescentemente evoluídas da generalidade humana. Neste desenvolvimento, jogam um papel crescente as valorações e processos valorativos típicos da moral e da ética, que, cada um a seu modo, contribuiriam para elevar à consciência, em escala social, tanto a contraditoriedade real entre a reprodução do indivíduo e a da totalidade social, como também a insuperável necessidade, para a continuidade do devir-humano dos homens, do predomínio dos valores genéricos sobre aqueles meramente particulares, característico do *bourgeois* que se compreende como superior e antinomicamente distinto da totalidade social. Entre Heidegger e Lukács, e não apenas nas considerações acerca do fenômeno do *Entfremdung*, há uma enorme e intransponível autonomia, conclui Tertulian.

O último lance do debate acerca da *Ontologia* foi dado pelo artigo de Tertulian, “Lukács et le stalinisme”. O seu pano de fundo é a pu-

blicação do livro de Arpad Kadarkay, *Georg Lukács, Life, Thought an Politics* (Cambridge, Massachusetts, 1991), no qual é argumentado que Lukács se rendeu ao estalinismo sacrificando suas melhores potencialidades intelectuais da juventude a um dogmatismo teoricamente estéril. Desta perspectiva, a *Ontologia* nada mais seria que resultante da decadência do pensador húngaro que, no fim de sua vida, teria tentado justificar sua crença no comunismo elaborando uma ontologia, tal como os cristãos medievais construíram uma ontologia para fundamentar a sua crença em Deus.

Tertulian, neste longo artigo (mais de 40 páginas), se propõe a demonstrar a falsidade desta interpretação ao tomar como central a questão: foi Lukács um estalinista? A resposta de Tertulian é negativa. Todavia, ele não deixa de explorar os meandros da relação entre Lukács e a ordem soviética, de modo a demonstrar como a produção teórica de Lukács, mesmo nos anos 30 em Moscou, e até mesmo naqueles momentos em que se alinhou politicamente e aparentemente cedeu à ortodoxia oficial, exibia um inequívoco caráter de oposição às concepções estalinistas mais decisivas. Ao matizar entre o alinhamento político ao lado do estalinismo e uma oposição frontal a *Weltanschauung* marxista vulgar, Tertulian lança as bases para a sua posição neste debate: Lukács optou por combater “de dentro” o estalinismo, por considerar que a ordem soviética possuía maiores potencialidades à efetivação da emancipação humana que o mundo ocidental. Se Lukács estava correto ou não nesta avaliação, ainda que uma questão importante, não altera o fato de Lukács, teórica e praticamente, ter sido um opositor no interior do próprio estalinismo.

A riqueza do artigo de Tertulian, contudo, não se esgota nesta comparação, certamente decisiva, entre a *Weltanschauung* de Lukács e a do estalinismo (momento em que, uma vez mais, encontramos uma forte proximidade com o artigo de Oldrini acerca de Lukács e Gramsci, acima considerado). Ele expõe uma quantidade impres-

sionante de momentos nos quais Lukács se opôs ao estalinismo por ações concretas, desvelando uma faceta de militante anti-estalinista do filósofo húngaro há muito esquecida. Esta associação entre o teórico e o militante anti-estalinista *no interior do próprio estalinismo* é que permite a Tertulian argumentar, de forma decisiva, jamais ter sido Lukács um estalinista.

Sérgio Lessa

Professor de Filosofia Política pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Doutorando em Ciências Sociais na UNICAMP.

Área de interesse: Trabalho e Sindicalismo.

RESENHA

Neoliberalismo e Socialismo: um debate incorporado pela ANDES-Sindicato Nacional

O Movimento Docente organizado no Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN) possui, desde 1991, um importante – e pouco divulgado – instrumento de elaboração e debate: a **Revista Universidade e Sociedade**.

O sexto número, publicado em fevereiro de 1994, é particularmente ilustrativo das especificidades de um “sindicalismo de intelectuais” que, incorporando as contribuições de professores e pesquisadores (militantes ou não), se debruça teoricamente sobre problemas candentes da conjuntura internacional e nacional, buscando intervir em uma perspectiva questionadora/problematizadora, orientada para a transformação social. As suas três primeiras partes dedicam-se a temas cruciais como “Neoliberalismo e socialismo na redefinição da ordem social”, “Novas tecnologias, reorganização do trabalho e seguridade social” e “Neoliberalismo na América Latina”. A última se volta para a “Educação no contexto da reorganização mundial”, expressando o compromisso cotidiano do Movimento Docente com a defesa da educação pública e gratuita de qualidade, socialmente relevante, como eixo básico e próprio da sua ação sindical.

Os artigos incluídos na primeira parte, pela abrangência dos temas, interessam sobremaneira aos pós-graduandos em Ciências Sociais. Em *O Desafio Presente – o Neoliberalismo e a Estratégia de Organização do Capital*, Márcio Antônio de Oliveira, Professor da UFJF e então Presidente do Sindicato Nacional, abre o debate fazendo uma breve retrospectiva histórica das origens da atual crise econômica e social, com ênfase na América Latina e no Brasil. Entendendo-a como decorrência do processo impositivo de acumulação/reprodução ampliada do capital e chamando a atenção para as suas formas atuais de justificação, marcadamente ideológicas

(em que a vaga “pós-moderna” reforça o neoliberalismo), o autor enfatiza a importância política do “novo sindicalismo” brasileiro diante do desafio de construir uma nova sociedade. Se é no terreno ideológico que o capital se afirma e impõe novas formas concentradoras de poder, controle e dominação, cabe aos trabalhadores e à sociedade organizada um embate que expresse, nesse terreno, o interesse efetivo da sua libertação, através de caminhos precisos: *“a luta pela cidadania, o aprofundamento da democracia, a configuração da liberdade como direito eminentemente social e a luta por sua realização”*. Isto requer *“recompôr iniciativas, recuperar as referências dialéticas (transformadoras, dinâmicas)”* em contraposição *“à asfixia e à esterilidade que o capital tenta lhes impor”*. São caminhos que exigem pensamento, ação e objetivos necessariamente coletivos: *“não há solução individual”*, conclui ele.

Em *Exterminadores do Futuro a Lógica dos Neoliberais*, Reginaldo C. Corrêa de Moraes, professor do Departamento de Ciência Política do IFCH/UNICAMP, faz uma crítica aguda e irônica do pensamento neoliberal e aponta (sem catastrofismos) os sérios riscos de uma barbárie futura. Desvelando clichês, reconstituindo as origens do neoliberalismo e precisando o sentido de suas formulações mais contundentes na atualidade, o autor polemiza sobretudo com as teses de Friedrich Hayek acerca das virtudes naturais do mercado e da “sociedade aberta”, tentando demonstrar que, na verdade, as inovações neoliberais propostas escondem a “velha lógica do capital”. A originalidade do artigo está em recorrer à própria teoria econômica burguesa para denunciar as perigosas armas ideológicas representadas pelas construções neoliberais contemporâneas. Para o autor, os projetos econômicos e sociais desencadeados pelo neoliberalismo constituem, *“literalmente e sem qualquer metáfora, máquinas de morte, volta e meia justificadas com um social-darwinismo mais ou menos envergonhado”*. Admitindo a possibilidade histórica de *“tristes demonstrações da barbárie anunciada”*, ele considera que talvez a ocorrência desses “argumentos de

ordem prática” demonstrem, mais uma vez, os altos custos sociais das crenças neoliberais. E se pergunta sobre a capacidade humana de suportá-los, sobre as possibilidades concretas de se evitar mais esse “erro”, com seu cortejo de graves desdobramentos.

Nesta mesma linha de denúncia e crítica, o artigo *“Eppur si Muove” – o Tempo, a História*, de Silvio Frank Alem, (ex-Secretário Geral da ANDES-SN, recentemente falecido), se demarca por abordar o tema através de uma cuidadosa análise da conjuntura internacional e nacional. Professor de História da UFPB e militante histórico do Movimento Docente, o autor considerava que suas reflexões eram sobretudo fruto de um trabalho de elaboração coletiva, fortemente vinculado a um sindicalismo cuja peculiaridade reside em ser realizado por trabalhadores em educação: *“menos alienados pelo capital”*, capazes de uma crítica permanente ao economicismo e ao corporativismo, em que a luta contra a deterioração salarial e das condições de trabalho se conjuga com a determinação em oferecer um “produto de qualidade” (a educação) à sociedade. Detendo-se na chamada Terceira Revolução Industrial como cerne das formas atuais de reprodução ampliada do capital, ele chamava a atenção para a necessidade de analisar as suas repercussões no mundo do trabalho, na estrutura de classes (com ênfase nas atuais configurações da classe operária) e nos movimentos sociais, apontando para o desafio teórico-histórico de dar conta de um *“mundo plural de ações e de movimentos de um sem número de grupos de interesses, constituintes de novos sujeitos coletivos da vida social”*, como reafirmação (redimensionada/atualizada) da luta de classes. A *débâcle* do Leste é apreendida em seus nefastos desdobramentos econômicos, políticos e culturais, nos diferentes países envolvidos. Ela não significaria, contudo, o “fim da história”, nem da possibilidade de um projeto político emancipador. O capitalismo, amparando-se na ideologia neoliberal da “volta ao passado”, viveria uma séria crise, cujas dimensões teórica, política e ética teriam nítidas expressões na vida cotidiana. Sendo seus desfechos imprevisíveis a curto e médio pra-

zos, impunha-se, para o autor, a “busca da unidade dessa multiplicidade de organizações e ações características das lutas deste fim de século”, como um “novo fazer político” que reafirme a idéia de processo histórico e de emancipação humana.

Francisco José Soares Teixeira, Professor da UFCE e Técnico do Sistema Nacional de Emprego (SINE/CE), em *Notas para uma Crítica do Fim da Sociedade do Trabalho*, mergulha fundo nas teses correntes sobre o tema. Abordando a dialética do capital e do trabalho como “processo de coisificação das relações sociais”, ele desnuda, detalhadamente, os mecanismos de uma “nova sociedade do trabalho” engendrada pelo desenvolvimento do capitalismo, apontando suas implicações atuais e detendo-se nos “novos determinantes do Estado” e em sua instabilidade permanente e crescente, cujas resoluções são claramente “temporárias”, no campo das políticas sociais. Dialogando com teóricos como Offe, Harvey e Habermas, o autor vai ao cerne do debate e das polêmicas atualmente em curso no Doutorado em Ciências Sociais da UNICAMP no que se refere à centralidade do trabalho, oferecendo contribuições e problematizações interessantes, sob um prisma solidamente atualizador da visão de mundo marxiana.

A Crise Contemporânea e a Nova Ordem Mundial, de Ângela Tude de Souza, Professora do Departamento de Sociologia do IFCH/UNICAMP, representa um instigante exercício de pensar gramscianamente a crise atual como crise orgânica, em conexão com a idéia de revolução passiva na nova ordem mundial. Partindo de uma reconstituição do debate atual sobre a crise e a reestruturação dessa ordem, a autora convida a refletir sobre dimensões como: o engendramento e amadurecimento da crise enquanto enraizados na relação de forças que configurou a expansão imperialista do capitalismo tardio; a atual incapacidade de as classes dirigentes garantirem a “coordenação” entre as demandas da acumulação capitalista mundial e os “fundamentos nacionais para a adesão, o consentimento e a legitimação da ordem burguesa”; a relação entre crise e reestru-

turação produtiva como “*unidade histórica real, que não pode ser cindida para efeito teórico-analítico ou prático-estratégico*”. Interligando sempre economia, política e ideologia, o percurso da autora permite resgatar a problemática das classes sociais e de suas lutas na perspectiva de que a crise de direção intelectual e moral, transpondo os umbrais das práticas dominantes veiculadas pelos aparelhos públicos e privados das classes tradicionais, exige, para a sua plena inteligibilidade, a consideração do “*caráter determinante da nova composição (técnica e política) das classes trabalhadoras e do processo de recomposição das forças presentes no próprio campo da esquerda*”.

Jacob Gorender integra o debate teórico com uma crítica às análises de Kurz e Francisco de Oliveira, em *Teses em confronto: do catastrofismo (...) ao Social-Democratismo (...)*, apontando méritos e problemas do livro do primeiro (*O Colapso da Modernização*) e do artigo do segundo (“A Economia Política da Social-Democracia”, publicado na **Revista da USP**, nº 17). As polêmicas que esses textos suscitam são indicativas, para o autor, de uma reativação positiva do pensamento marxista que, embora ainda defensivo, revela vitalidade na proposição de novas teses e perspectivas de análise (arrefecido o impacto inicial provocado pela queda do Muro de Berlim), diante dos desdobramentos da derrocada do Leste e, sobretudo, dos problemas estruturais da crise capitalista contemporânea e do processo traumático de instauração do capitalismo nos países do Leste Europeu.

A primeira parte de **Universidade e Sociedade** reúne ainda, em torno do tema “Neoliberalismo e Socialismo”, análises e posicionamentos engajados, a exemplo dos de Jorge Lorenzetti (então dirigente da CUT Nacional), em “Sindicalismo cutista: ruptura ou renovação”. Espaço criado por intelectuais orgânicos comprometidos com as classes trabalhadoras, a Revista, como o título sugere, se abre à pluralidade de concepções teórico-políticas vigentes na sociedade contemporânea, apreendendo a função social da

universidade como *locus* privilegiado de elaboração/difusão do conhecimento crítico. Pela sua natureza e pelos problemas que aborda, expressa uma tentativa de unidade teoria-prática no campo sindical que enriquece, com sua presença e com a qualidade apresentada, a discussão no campo das ciências humanas e sociais.

Ignez Navarro de Moraes

Professora do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba - UFPB (Campus I). Mestre em Educação. Doutoranda em Ciências Sociais na UNICAMP. Área de interesse: Trabalho e Sindicalismo.

RESENHA

A Caminho do 1º Mundo? – O México e o Tratado de Livre Comércio da América do Norte

A economia mundial está passando por um acelerado processo de transformação desde o início dos anos 80. O reaquecimento do comércio internacional, que fez face à depressão da 2ª crise do petróleo em 1978, foi estimulado pelos Estados Unidos através de um conjunto de medidas que ficou conhecido como *Reaganomics*.

Estas medidas, de perfil extremamente conservador, implicavam na ampliação do *déficit* na balança de pagamentos do país, em corte severo nos gastos sociais do governo, na diminuição dos impostos como tentativa de estimular os investimentos internos – o que não ocorreu; implicavam ainda no crescimento dos gastos em tecnologia militar de ponta e na valorização do dólar como forma de garantir a sua hegemonia, dirigindo os capitais externos para o país. O resultado foi um novo surto de crescimento da economia dos países industrializados que perdurou até 1989.

A outra face da moeda foi a repercussão de tais políticas nos países da periferia do sistema, com efeitos catastróficos para a América Latina. (KAUFMAN, 1989)

Região altamente endividada, na medida que os petrodólares eram abundantes e baratos, de súbito teve que encarar o problema, pelas pressões exercidas a partir de governos e bancos credores privados que detinham maior parcela da dívida. O corte nos fluxos de capital externo levou à inadimplência, a partir do “setembro negro” de 1982, quando o México declarou sua moratória, logo seguido pelo Brasil. Desde então, os países da América Latina desenvolvem políticas econômicas de ajuste que só têm agravado as condições de vida da maior parte de suas populações.

Os estímulos à exportação acelerada visando *superávits* comerciais para saldar o serviço da dívida têm provocado concentração

de renda e de riqueza, achatamento sistemático dos salários, crescimento do setor informal, processo inflacionário crônico, determinados pela ciranda financeira que imobiliza os Estados nacionais e amplia os processos de ingovernabilidade.

Toda essa seqüência de pequenas e grandes tragédias fez com que o montante da dívida externa não fosse diminuído, embora a região tenha transferido para o exterior, entre 1982 e 1990, a bagatela de 220 bilhões de dólares que, em sua maioria, dirigiu-se para os Estados Unidos.

O processo de globalização financeira, associado à 3ª Revolução Industrial a partir da informática e da automação, como vetores tecnológicos do novo ciclo, provocou um acirramento da competição internacional entre as grandes corporações, luta feroz a estimular os processos de regionalização plurinacionais como mecanismo de defesa, num período onde os ventos da incerteza sopram intensamente sobre o comércio mundial.

A União Européia de hoje, sob a hegemonia da Alemanha, é resultado de um lento mas eficaz processo de articulação que teve início em 1951, quando, pelo Tratado de Paris, foi criada a Comunidade Européia do Carvão e do Aço.

O quase moribundo GATT - Acordo Geral de Tarifas e Comércio a ser em breve substituído pela Organização Mundial de Comércio, conforme protocolo recentemente assinado no mês de abril em Marrakech por 97 países - por mais que tenha tentado normatizar e regulamentar as políticas e práticas comerciais de um conjunto tão heterogêneo de países, e a Rodada Uruguai é a expressão cabal do que estou falando, teve que ceder à criação destes espaços regionais, em que pese representarem uma transgressão do princípio de não discriminação, tida como a pedra angular do Acordo.

Um exemplo contundente nesse processo, e que expõe a força do regionalismo, fica evidente quando os indicadores econômicos apontam que a Europa Ocidental transacionou 67,5% do total de suas

exportações em 1980, no interior da própria Comunidade Européia. Este número cresceu para 77,25% em 1990.

O confronto entre os três grandes polos que hegemonomizam a economia mundial, por mais que se fale em globalização e fim dos Estados nacionais, tem resultado na criação dos espaços regionais como a CEE, o NAFTA, o MERCOSUL, o PACTO ANDINO, a ASEAN. (QUIJANO, 1991)

O NAFTA (North America Free Trade Agreement), objeto destes comentários, é fruto desse processo mundial e, embora represente uma arquitetura bem mais modesta que a Comunidade Européia, – falo em termos de unidade econômica e não em tamanho e importância de mercado – tem suas razões estratégicas.

De fato, a grande novidade do NAFTA é a incorporação do México, pois a integração do Canadá com os EUA está consolidada há muito e foi ratificada em 1988, com o Acordo de Livre-Comércio Canadá-EUA, resultante de um crescente intercâmbio desde 1945. (PEREIRA & PRESSER, 1993)

O estreito relacionamento entre esses dois países fica evidenciado pelo fato de que, em 1987, 71% dos investimentos diretos no Canadá eram americanos. As exportações para os EUA eram superiores a 70% das exportações totais canadenses e as importações provenientes dos EUA representavam dois terços das importações totais do Canadá. As barreiras tarifárias entre os dois vizinhos, antes mesmo do acordo de 1988, eram muito baixas, sendo que 80% das exportações canadenses, que tinham como destino os EUA, eram *duty free*, e apenas 5% dessas exportações eram taxadas em mais de 5%.

A disparidade entre os integrantes desse rico mercado é uma característica do NAFTA. Os Estados Unidos têm um Produto Interno Bruto de 6 trilhões de dólares, o Canadá de 600 bilhões e o México de 300 bilhões de dólares.

Após o *default* mexicano em 1982, o país vem passando por transformações substantivas. Em 1983 foi anunciado, com o governo

de Miguel de la Madrid, um Plano Nacional de Desenvolvimento (1984/88) que objetivava integrar o México às novas correntes do comércio internacional. Desde então, de país fortemente protecionista, vem se consolidando como uma economia aberta, reduzindo suas tarifas e terminando com as restrições quantitativas às exportações, sob fortes pressões do governo norte-americano. (EVANS & GEREFFI, 1987).

De fato, o México capitulou diante dos EUA. Em 1989 estabeleceu nova regulamentação para os investimentos estrangeiros, inclusive suprimindo para diversos setores a obrigatoriedade de certas compras nacionais. As indústrias locais de equipamentos para computadores e *software*, estratégicas no quadrante da 3ª Revolução Industrial, serão praticamente devoradas pela concorrência americana. (COHEN, 1987)

Na indústria de autopeças os americanos exigiram maior liberdade de importação e o fim das regras restritivas ao investimento direto no setor.

A petroquímica, ainda é de propriedade estatal – de acordo com a constituição, vários sub-setores foram liberados para investimentos estrangeiros, diga-se norte-americana – mas é grande a pressão tanto do Canadá quanto dos EUA para que o México estabeleça restrições à entrada de capitais europeus e japoneses, que venham a se utilizar da região comum de fronteira na forma de um trampolim de exportação para o mercado norte-americano.

No setor de serviços, os americanos exigem a liberação dos investimentos em bancos, mercados financeiros e transportes terrestres.

A lei de propriedade industrial foi aprovada em 1991, segundo exigências dos EUA, que inclusive a estão sugerindo aos demais países latino-americanos como modelar.

Com essas medidas, o México tem renunciado a qualquer determinação autônoma sobre política econômica. A dependência do país nas suas relações externas com os EUA é crescente, haja visto

que em 1990, 69% das exportações mexicanas tinham como destino os EUA e 70% de suas importações eram provenientes desse país. (VEGA, 1992)

Só para ressaltar o grau de diferenciação, nesse aspecto, com o Brasil, temos um comércio muito mais diversificado, sendo em média 30% com a CEE; 22% com a América Latina; 20% com os EUA e 16% com a Ásia. O Brasil tem praticado o multilateralismo; é um *global trader*.

Esta abertura comercial do México tem provocado o crescimento do *déficit* na balança de pagamentos, que vem num crescendo desde 1989. Em 1991 chegou a superar a casa dos 10 bilhões de dólares e estima-se para 1995 um *déficit* superior a 20 bilhões de dólares. Só a forte entrada de capitais no país tem contornado momentaneamente essa situação. Os investimentos diretos e em carteira passaram de 3,8 bilhões de dólares em 1990 para 11 bilhões em 1991. O mais grave é que, em sua maior parte, são recursos especulativos de curto prazo, podendo a qualquer momento, se deslocar para aplicações em mercados mais rentáveis. (SKLAIR, 1992).

O mais dramático no caso mexicano é que mesmo com investimentos norte-americanos tão significativos, não tem havido no país um incremento correspondente a nível de emprego, de aumentos salariais ou de maior qualificação e incorporação tecnológica. A região de fronteira com os Estados Unidos, onde estão instaladas mais de 2.000 maquiadoras, em sua maior parte capital intensivo – basta lembrar a super moderna fábrica da FORD em Hermosillo – pouco estão integradas com o restante da economia mexicana, importam quase a totalidade de suas peças e equipamentos do país vizinho, exercendo pouca sinergia para o conjunto das indústrias do país.

Para os EUA e suas grandes corporações não poderia ser melhor, pois os *green fields* são uma barreira contra a imigração, pagam baixos salários em relação ao padrão norte-americano, enfrentam sindicatos despreparados, evitam o controle ambiental mais rigoroso no país de origem, recebem condições favoráveis de instalação e,

dentro em breve, estarão ocupando o espaço dos setores industriais mexicanos.

A manutenção do desequilíbrio nas contas mexicanas tem tornado o país extremamente vulnerável às imposições e exigências de seu maior parceiro comercial. (TAVARES, 1993)

Os últimos acontecimentos no país demonstram que o México vive graves enfrentamentos políticos, que o PRI – Partido Revolucionário Institucional – à frente do governo desde 1930, não tem conseguido abafar.

O México tem uma tradição autoritária, e iniciou em 1910 uma Revolução Popular que durou vinte anos, para terminar com o regime de Porfírio Diaz que se “elegera naquele ano presidente pelo sexto mandato consecutivo”. A violência política tem sido uma constante e, recentemente, na gestão Salinas de Gortari, foram assassinados cem ativistas da oposição. O cardeal Posadas foi assassinado em maio de 1993. Em janeiro de 1994 ocorre a Rebelião de Chiapas, ao sul do país, uma guerra de guerrilhas numa região pobre e de alta concentração de rendas.

Ainda em março desse ano foi seqüestrado o proprietário do maior banco privado do país e, para culminar o assassinato de Luis Donaldo Colosio, candidato do PRI à sucessão presidencial.

Ao que tudo indica, o crime foi decidido pelos “bruxos” do partido, no interior da própria “família revolucionária”, temerosa da queda de popularidade de seu candidato nas pesquisas. A tragédia teria o efeito perverso do “voto de comiseração”, atraindo para o PRI os eleitores indignados.

A concretização do NAFTA, que para a elite dominante do país representa a porta do México para o 1º Mundo, não poderia ser fechada por uma derrota eleitoral.

Até que ponto as políticas de globalização em países da periferia – pelos efeitos de aceleração das desigualdades que acarretam – são compatíveis com reformas nas instituições políticas e com a democracia?

SUGESTÕES DE LEITURAS TEMÁTICAS

- BAZDRESCH, C. & LEVY, S., "Populism and Economic Policy in Mexico, 1970-1982", in Dornbush, R. & Edwards, S. *The Macroeconomics of Populism in Latin America*. Chicago, The University of Chicago Press, 1991.
- CANUTO, Otaviano, "Ajustamento Estrutural e a Orientação Exportadora: Lições da Coréia do Sul e do México", *Texto para Discussão*, UNICAMP/IE, n° 12, 1993.
- CASTANEDA, J. & HEREDIA, C., "O México e o NAFTA", *Política Externa*, v. 2, n° 1, jun/jul/ago, pp. 70:90, São Paulo, Paz e Terra, 1993.
- CLINE, William, *Informática e Desenvolvimento. Política Comercial e Industrial na Argentina, Brasil e México*, Rio de Janeiro, Nórdica, 1988.
- COHEN, Manuel Perlo, "Exploring the Spatial Effects of Internationalization of Mexico Economic", in Castells & Henderson, *Global Restructuring and Territorial Development*, London, Sage, 1987
- EVANS, Peter & GEREFFI, Gary "Transnational Corporations, Dependent Development and State Policy in the Semiperiphery: A comparison of Brazil and México", in James L. Dietz & James H. Street, *Latin America's economic development. Institutional and Structuralist Perspectives*, pp. 159:190. Lynne Rienner Publisher, Colorado, 1987.
- GALINDO, Magdalena, "Causas e Limites da Direitização no México". in Augustin Cueva, *Tempos Conservadores*, pp. 131:168, Hucitec São Paulo, 1989.
- GREEN, Rosário, "O México e a Integração Econômica", *Política Externa*, v. 2, n° 1, jun/jul/ag, pp. 60:69, Paz e Terra, São Paulo, 1993.
- KAUFMAN, Robert, "Economic Orthodoxy and Political Change in México, The stabilization and adjustment policies of the de la Madrid Administration ", in. Barbara Staling & Robert Kaufman (ed), *Debt and Democracy in Latin America*, pp. 109:125, West View Press, São Francisco 1989.

- KRUGMAN, Paul, "The Uncomfortable Truth About NAFTA", *Foreign Affairs*, v. 72, n° 5, nov/dec, pp 13:19. New York, 1993.
- ORME Jr, William, "NAFTA: Myths versus facts", *Foreign Affairs*, v. 72, n° 5, nov/dec. pp.2:12. New York, 1993
- PEREIRA, Lia Valls & PRESSER, Mário, "A Iniciativa para as Américas, o NAFTA e o MERCOSUL", in *MERCOSUL, Integração na América Latina e as Relações com a Comunidade Européia* (Vários autores), Projeto IRES/DESEP, Ed. Cajá, São Paulo, 1993.
- QUIJANO, José Manuel, "El escenario latinoamericano de la integración". *Nueva Sociedad*, n° 115, sept/oct., pp. 22:3. Caracas, 1991.
- RICUPERO, Rubens & AMARAL, Sérgio, "O NAFTA e o BRASIL". *Política Externa*, v. 2, n° 1. jun/jul/ago, pp.91:101. Paz e Terra, São Paulo, 1993.
- SALAS-PORRAS, Alejandra, "Globalización y Proceso Corporativo de los Grandes Grupos Económicos en Mexico", *Revista Mexicana de Sociología*, n° 2, pp. 133:162. D. C. Universidad Nacional Autónoma de Mexico, México, 1992.
- SKALIR, Leslie. "Las Maquillas en Mexico: una Perspectiva Global", *Revista Mexicana de Sociología*, ano LIV, n° 2, abr/jun. D.C. Universidad Nacional Autónoma de Mexico, México, 1992.
- TAVARES, Maria da Conceição, "As políticas de ajuste no Brasil: os limites da resistência", in M. C. Tavares & J. L. Fiori, *(Des)ajuste Global e Modernização Conservadora*, pp. 75:126. Paz e Terra, São Paulo, 1993.
- VEGA, Gustavo, "México e o Acordo norte-americano". *Política Externa*, v. 1, n° 2, set/out/nov, pp. 138:173. Paz e Terra, São Paulo, 1992.

Marcos Costa Lima

Professor do Deptº de Ciências Sociais da Univ. Fed. de Pernambuco (UFPe). Doutorando em Ciências Sociais na UNICAMP. Área de interesse: Tecnologia e Meio Ambiente.

NORMAS PARA APRESENTAÇÃO DE ARTIGOS

- . A Revista *Temáticas* publica contribuições (artigos, comunicações e resenhas) dos doutorandos em Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - IFCH da UNICAMP.
- . Os artigos não devem exceder 30 páginas, em espaço 1,5, incluindo referências e as notas de rodapé. O autor deverá enviar uma cópia impressa e uma em disquete, num dos seguintes programas: Word Perfect, ChiWriter, Word 5.0 ou Word 4.0.
- . As resenhas de livros serão limitadas ao máximo de três páginas.
- . Os trabalhos submetidos à *Temáticas* deverão ser inéditos.
- . Os trabalhos submetidos à revista serão julgados pelo editor e pelo secretário de redação, a partir de parecer por escrito de membros do Conselho Editorial.
- . Os trabalhos só serão submetidos ao Conselho Editorial quando o editor e o secretário de redação verificarem o cumprimento das normas referidas.

- . Os originais submetidos à revista serão considerados definitivos e, caso sejam aprovados para publicação, as provas tipográficas não serão submetidas à correção pelo autor.
- . O simples envio de trabalhos à Revista implica autorização para a publicação. A Revista *Temáticas* não remunera direitos autorais.
- . A revista *Temáticas* compromete-se a dar sempre uma resposta por carta aos autores que submeterem trabalhos à sua editoria. Em caso de aprovação, poderão ser solicitadas modificações. Em caso de recusa, não serão comunicadas as razões.